



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE INSTITUTOS FEDERAIS DE  
EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES DE MÉTODOS DE ANÁLISE**

Graziele de Almeida

Lajeado, novembro de 2018

Graziele de Almeida

## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES DE MÉTODOS DE ANÁLISE**

Monografia apresentada na disciplina de Estágio Supervisionado em Contabilidade II, do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Ma. Elaine Gorgen Strehl

Lajeado, novembro de 2018

## RESUMO

Por meio da análise das demonstrações contábeis é possível conhecer a situação econômico-financeira das entidades, analisando o desempenho ao longo do tempo, bem como comparar com entidades que atuam no mesmo setor. Este estudo tem por objetivo analisar a situação econômico-financeira dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com sede no estado do Rio Grande do Sul, nos períodos compreendidos entre 2015 e 2017. Quanto à metodologia, a pesquisa é aplicada e descritiva, com abordagem do problema quali-quantitativa, os procedimentos técnicos e a coleta de dados enquadram-se como pesquisa bibliográfica e documental e na análise dos dados são utilizadas as técnicas qualitativa e quantitativa. Optou-se por aplicar as técnicas de análise horizontal, vertical e extrair os indicadores econômico-financeiros constantes na obra de Mauss (2012). Da análise, percebe-se que os indicadores dos grupos de liquidez, atividade, endividamento, resultado e os oriundos da Lei Federal nº 4.320/1964 (BRASIL, 1964), apresentaram resultados semelhantes nos três Institutos Federais, com poucas variações nos três períodos analisados. Ademais, o estudo proporcionou analisar a evolução de cada instituição ao longo do período compreendido entre 2015 e 2017.

**Palavras-chave:** Institutos Federais. Demonstrações contábeis. Análise das demonstrações contábeis.

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 – Participação do ativo circulante e ativo não circulante do IFFar ..... | 60 |
| Gráfico 2 – Participação do passivo e patrimônio líquido do IFFar .....            | 61 |
| Gráfico 3 – Participação do ativo circulante e ativo não circulante do IFRS.....   | 63 |
| Gráfico 4 – Participação do passivo e patrimônio líquido do IFRS.....              | 64 |
| Gráfico 5 – Participação do ativo circulante e ativo não circulante do IFSul ..... | 66 |
| Gráfico 6 – Participação do passivo e patrimônio líquido do IFSul.....             | 67 |
| Gráfico 7 – Grupos com maior representatividade nas VPAs do IFFar .....            | 73 |
| Gráfico 8 – Grupos com maior representatividade nas VPDs do IFFar.....             | 74 |
| Gráfico 9 – Grupos com maior representatividade nas VPAs do IFRS .....             | 76 |
| Gráfico 10 – Grupos com maior representatividade nas VPDs do IFRS .....            | 77 |
| Gráfico 11 – Grupos com maior representatividade nas VPAs do IFSul .....           | 78 |
| Gráfico 12 – Grupos com maior representatividade nas VPDs do IFSul .....           | 79 |
| Gráfico 13 – Capital circulante líquido.....                                       | 81 |
| Gráfico 14 – Índice de liquidez corrente .....                                     | 82 |
| Gráfico 15 – Índice de liquidez seca.....  | 83 |
| Gráfico 16 – Índice de liquidez livre.....   | 84 |
| Gráfico 17 – Índice de liquidez geral .....  | 84 |
| Gráfico 18 – Giro dos ativos permanentes .....                                     | 85 |
| Gráfico 19 – Giro do ativo total.....  | 86 |
| Gráfico 20 - Imobilização do patrimônio líquido.....                               | 87 |
| Gráfico 21 – Endividamento geral .....   | 88 |
| Gráfico 22 – Garantia de capital de terceiros .....                                | 89 |
| Gráfico 23 – Composição do endividamento.....                                      | 90 |

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 24 – Resultado patrimonial .....                           | 91 |
| Gráfico 25 – Resultado orçamentário em valores absolutos .....     | 92 |
| Gráfico 26 – Resultado orçamentário em índices.....                | 93 |
| Gráfico 27 – Resultado orçamentário – Relação receita/despesa..... | 94 |
| Gráfico 28 – Margem bruta orçamentária.....                        | 94 |
| Gráfico 29 – Retorno do ativo total .....                          | 95 |
| Gráfico 30 – Retorno do capital próprio.....                       | 96 |
| Gráfico 31 – Retorno patrimonial.....                              | 96 |
| Gráfico 32 – Resultado da execução financeira .....                | 97 |
| Gráfico 33 – Resultado patrimonial acumulado total .....           | 98 |

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 – Órgãos da administração pública indireta .....                                     | 19 |
| Quadro 2 – Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público .....               | 22 |
| Quadro 3 – Estrutura do balanço orçamentário .....  | 28 |
| Quadro 4 – Estrutura do balanço financeiro .....  | 30 |
| Quadro 5 – Estrutura do balanço patrimonial .....   | 32 |
| Quadro 6 – Estrutura da demonstração das variações patrimoniais .....                         | 34 |
| Quadro 7 – Estrutura da demonstração dos fluxos de caixa .....                                | 35 |
| Quadro 8 – Estrutura da demonstração das mutações do patrimônio líquido .....                 | 37 |
| Quadro 9 – Indicadores do grupo de liquidez .....   | 40 |
| Quadro 10 – Indicadores do grupo de atividade .....   | 41 |
| Quadro 11 – Indicadores do grupo de endividamento .....                                       | 42 |
| Quadro 12 – Indicadores do grupo de resultado .....   | 43 |
| Quadro 13 – Indicadores oriundos das demonstrações contábeis da Lei Federal nº 4.320/64 ..... | 44 |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1 – Análises horizontal e vertical dos balanços patrimoniais do IFFar, nos anos de 2015 a 2017 ..... | 56  |
| Tabela 2 - Análises horizontal e vertical dos balanços patrimoniais do IFRS, nos anos de 2015 a 2017 .....  | 57  |
| Tabela 3 – Análises horizontal e vertical dos balanços patrimoniais do IFSul, nos anos de 2015 a 2017 ..... | 58  |
| Tabela 4 - Análises horizontal e vertical das DVPs do IFFar, nos anos de 2015 a 2017 .....                  | 69  |
| Tabela 5 – Análises horizontal e vertical das DVPs do IFRS, nos anos de 2015 a 2017 .....                   | 70  |
| Tabela 6 – Análises horizontal e vertical das DVPs do IFSul, nos anos de 2015 a 2017 .....                  | 71  |
| Tabela 7 - Indicadores econômico-financeiros do IFFar, nos anos de 2015 a 2017 .....                        | 99  |
| Tabela 8 - Indicadores econômico-financeiros do IFRS, nos anos de 2015 a 2017 .....                         | 99  |
| Tabela 9 - Indicadores econômico-financeiros do IFSul, nos anos de 2015 a 2017 ..                           | 100 |
| Tabela 10 - Indicadores econômico-financeiros dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017 .....        | 102 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|       |  |
|-------|--|
| %     | Por cento  |
| §     | Parágrafo  |
| AC    | Ativo circulante                                   |
| BP    | Balanço patrimonial                                |
| CASP  | Contabilidade aplicada ao setor público            |
| CCL   | Capital circulante líquido                         |
| CFC   | Conselho Federal de Contabilidade                  |
| CP    | Curto prazo  |
| DCASP | Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público |
| DFC   | Demonstração dos fluxos de caixa                   |
| DMPL  | Demonstração das mutações do patrimônio líquido    |
| DOU   | Diário Oficial da União                            |
| DRE   | Demonstração do resultado do exercício             |
| DVP   | Demonstração das variações patrimoniais            |
| GAP   | Giro dos ativos permanentes                        |



|        |  |
|--------|--|
| GAT    | Giro dos ativos totais   |
| ICE    | Índice de composição do endividamento  |
| IEG    | Índice de endividamento geral  |
| IFFar  | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha  |
| IFRS   | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul   |
| IFs    | Institutos Federais  |
| IFSul  | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  |
| IGCT   | Índice de garantia de capital de terceiros   |
| ILC    | Índice de liquidez corrente  |
| ILG    | Índice de liquidez geral   |
| ILL    | Índice de liquidez livre   |
| ILS    | Índice de liquidez seca  |
| IPL    | Imobilização do patrimônio líquido   |
| IPSAS  | <i>International Public Sector Accounting Standards</i> - Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público  |
| IPSASB | <i>International Public Sector Accounting Standards Board</i> - Conselho Internacional de Padrões Contábeis do Setor Público |
| LAI    | Lei de acesso à informação   |
| LDO    | Lei de diretrizes orçamentárias  |
| LOA    | Lei orçamentária anual   |
| LP     | Longo prazo  |

|        |  |
|--------|--|
| LRF    | Lei de Responsabilidade Fiscal                                 |
| MBO    | Margem bruta orçamentária                                      |
| MCASP  | Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público              |
| NBCASP | Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público |
| PC     | Passivo circulante   |
| PCASP  | Plano de contas aplicado ao setor público                      |
| PL     | Patrimônio líquido   |
| PPA    | Plano Plurianual   |
| RO     | Resultado orçamentário   |
| ROA    | Retorno do ativo total   |
| ROE    | Retorno do capital próprio                                     |
| RP     | Resultado patrimonial  |
| RPPS   | Regime próprio de previdência social                           |
| SIAFI  | Sistema Integrado de Administração Financeira                  |
| STN    | Secretaria do Tesouro Nacional                                 |
| VPA    | Variações patrimoniais aumentativas                            |
| VPD    | Variações patrimoniais diminutivas                             |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>12</b> |
| <b>1.1 Tema .....</b>   | <b>14</b> |
| <b>1.1.1 Delimitação do tema.....</b>                                       | <b>14</b> |
| <b>1.2 Problema de pesquisa .....</b>                                       | <b>14</b> |
| <b>1.3 Objetivos .....</b>  | <b>15</b> |
| <b>1.3.1 Objetivo geral.....</b>  | <b>15</b> |
| <b>1.3.2 Objetivos específicos.....</b>                                     | <b>15</b> |
| <b>1.4 Justificativa.....</b>   | <b>16</b> |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>   | <b>18</b> |
| <b>2.1 Administração pública.....</b>                                       | <b>18</b> |
| <b>2.1.1 Estrutura da administração pública.....</b>                        | <b>18</b> |
| <b>2.2 Contabilidade aplicada ao setor público (CASP).....</b>              | <b>20</b> |
| <b>2.2.1 Planejamento público .....</b>                                     | <b>23</b> |
| <b>2.2.1.1 Plano plurianual (PPA).....</b>                                  | <b>23</b> |
| <b>2.2.1.2 Lei de diretrizes orçamentárias (LDO) .....</b>                  | <b>24</b> |
| <b>2.2.1.3 Lei orçamentária anual (LOA).....</b>                            | <b>25</b> |
| <b>2.2.2 Transparência na gestão pública.....</b>                           | <b>26</b> |
| <b>2.3 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP) .....</b> | <b>27</b> |
| <b>2.3.1 Balanço orçamentário.....</b>                                      | <b>28</b> |
| <b>2.3.2 Balanço financeiro .....</b>                                       | <b>30</b> |
| <b>2.3.3 Balanço patrimonial .....</b>                                      | <b>31</b> |
| <b>2.3.4 Demonstração das variações patrimoniais (DVP) .....</b>            | <b>33</b> |
| <b>2.3.5 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC).....</b>                    | <b>34</b> |
| <b>2.3.6 Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL).....</b>    | <b>36</b> |
| <b>2.3.7 Notas explicativas .....</b>                                       | <b>37</b> |
| <b>2.4 Análise das demonstrações contábeis .....</b>                        | <b>38</b> |
| <b>2.4.1 Análise horizontal e vertical .....</b>                            | <b>39</b> |
| <b>2.4.2 Indicadores econômicos e financeiros .....</b>                     | <b>40</b> |
| <b>2.4.3 Indicadores oriundos da Lei Federal nº 4.320/64.....</b>           | <b>44</b> |
| <b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>                                   | <b>46</b> |
| <b>3.1 Tipos de pesquisa .....</b>  | <b>46</b> |
| <b>3.1.1 Caracterização quanto ao modo de abordagem do problema .....</b>   | <b>46</b> |
| <b>3.1.2 Caracterização quanto ao procedimento técnico.....</b>             | <b>47</b> |

|   |     |
|---|-----|
| 3.1.3 Caracterização quanto ao objetivo geral.....  | 47  |
| 3.2 População e amostra da pesquisa.....  | 48  |
| 3.3 Coleta de dados.....  | 48  |
| 3.4 Tratamento e análise dos dados.....   | 49  |
| 3.5 Limitação do método .....   | 49  |
| 4 DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DE PESQUISA .....   | 50  |
| 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....   | 53  |
| 5.1 Análise das demonstrações contábeis dos Institutos Federais .....   | 53  |
| 5.1.1 Análise horizontal e vertical .....   | 54  |
| 5.1.1.1 Análise horizontal e vertical dos balanços patrimoniais dos Institutos Federais.....                    | 54  |
| 5.1.1.1.1 Análise horizontal dos balanços patrimoniais do IFFar .....   | 59  |
| 5.1.1.1.2 Análise vertical dos balanços patrimoniais do IFFar .....   | 60  |
| 5.1.1.1.3 Análise horizontal dos balanços patrimoniais do IFRS .....  | 61  |
| 5.1.1.1.4 Análise vertical dos balanços patrimoniais do IFRS.....   | 63  |
| 5.1.1.1.5 Análise horizontal dos balanços patrimoniais do IFSul .....   | 64  |
| 5.1.1.1.6 Análise vertical dos balanços patrimoniais do IFSul .....   | 65  |
| 5.1.1.2 Análise horizontal e vertical das demonstrações das variações patrimoniais dos Institutos Federais..... | 67  |
| 5.1.1.2.1 Análise horizontal das demonstrações das variações patrimoniais do IFFar.....                         | 72  |
| 5.1.1.2.2 Análise vertical das demonstrações das variações patrimoniais do IFFar.....                           | 73  |
| 5.1.1.2.3 Análise horizontal das demonstrações das variações patrimoniais do IFRS .....                         | 75  |
| 5.1.1.2.4 Análise vertical das demonstrações das variações patrimoniais do IFRS .....                           | 76  |
| 5.1.1.2.5 Análise horizontal das demonstrações das variações patrimoniais do IFSul.....                         | 77  |
| 5.1.1.2.6 Análise vertical das demonstrações das variações patrimoniais do IFSul.....                           | 78  |
| 5.2 Análise dos indicadores econômico-financeiros .....   | 80  |
| 5.2.1 Indicadores do grupo de liquidez .....  | 81  |
| 5.2.2 Indicadores do grupo de atividade .....   | 85  |
| 5.2.3 Indicadores do grupo de endividamento .....   | 88  |
| 5.2.4 Indicadores do grupo de resultado.....  | 90  |
| 5.2.5 Indicadores oriundos da Lei Federal nº 4.320/1964.....  | 97  |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 103 |
| REFERÊNCIAS.....  | 108 |
| APÊNDICES .....   | 113 |
| APÊNDICE A - Cálculo dos indicadores econômico-financeiros dos Institutos Federais do ano de 2015.....          | 114 |
| APÊNDICE B - Cálculo dos indicadores econômico-financeiros dos Institutos Federais do ano de 2016.....          | 118 |
| APÊNDICE C - Cálculo dos indicadores econômico-financeiros dos Institutos Federais do ano de 2017.....          | 122 |

## 1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) é um importante instrumento de gestão que contribui para o planejamento público. Além disso, fornece informações úteis à sociedade, buscando garantir a transparência e a prestação de contas, produzindo dados para a avaliação do desempenho e para a tomada de decisão dos gestores públicos. Consoante Andrade (2002), a contabilidade pública não apenas possibilita o registro e o acompanhamento permanente da situação da entidade, mas proporciona uma ferramenta para a tomada de decisão com relação ao seu patrimônio.

A contabilidade das entidades públicas no Brasil possuía enfoque orçamentário, no entanto, com a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), o foco passou a ser o patrimônio público (BENITES; GOULARTE, 2017). Nessa direção, para Quintana et. al. (2011), percebe-se a ênfase do setor público no controle orçamentário e financeiro, contudo com a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal e com a edição das NBCASP, o patrimônio passou a ter destaque na administração pública.

A publicação das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPSAS) pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) e também com edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), contribuíram para algumas transformações na contabilidade de entidades públicas. Essas mudanças surgiram devido à necessidade de um novo modelo de

gestão pública, com foco patrimonial, por meio de procedimentos reconhecidos e utilizados internacionalmente (MCASP, 2017).

Com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao setor Público (NBCASP) e também por meio dos Manuais de contabilidade do setor público (MCASP), segundo Mauss (2012), é possível verificar que os demonstrativos financeiros públicos estão sendo padronizados, com a mesma estrutura da iniciativa privada, portanto, favorecendo e facilitando a utilização dos métodos de análise já existentes. Neste contexto, pressupõe-se que as técnicas de análise aplicadas na iniciativa privada podem ser úteis para as entidades públicas, cabendo ao analista realizar as adequações necessárias.

A análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta de avaliação muito utilizada em empresas privadas. Por meio dela é possível examinar o desempenho da organização para decisões futuras e avaliação da situação econômico-financeira. Por esta razão, os órgãos governamentais também podem tornar como prática rotineira a análise em seus demonstrativos contábeis. A análise de balanços, para Assaf Neto (2012), pretende, por meio das informações contábeis fornecidas pelas empresas, relatar a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras.

No entanto, compreender as demonstrações contábeis não é algo simples quando não se é contador ou quando não se tem conhecimento na área contábil, devido às estruturas técnicas e complexas. Nessa direção, a análise e a interpretação das demonstrações contábeis contribuem para facilitar o entendimento e auxiliar o gestor público na tomada de decisões (BENITES; GOULARTE, 2017).

Além disso, a análise das demonstrações contábeis possibilita a comparação de entidades que atuam no mesmo segmento, contrapondo semelhanças e diferenças. Nessa perspectiva, optou-se nesta pesquisa, por analisar os resultados obtidos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com sede no Estado do Rio Grande do Sul, nos períodos compreendidos entre 2015 e 2017, aplicando as análises horizontal, vertical e os indicadores econômicos e financeiros nas demonstrações contábeis, extraídas dos Relatórios de Gestão e do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Atualmente existem três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia localizados no estado do Rio Grande do Sul, sendo eles: Instituto Federal Farroupilha, Instituto Federal do Rio Grande do Sul e o Instituto Federal Sul-rio-grandense. São autarquias federais, criadas com a publicação da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica gratuita, vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretária de Educação Profissional e Tecnológica (IFRS, 2017).

## **1.1 Tema**

Análise das demonstrações contábeis de entidades públicas de educação.

### **1.1.1 Delimitação do tema**

Na presente pesquisa são analisadas as demonstrações contábeis dos períodos compreendidos entre 2015 e 2017 dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com sede no estado do Rio Grande do Sul.

## **1.2 Problema de pesquisa**

Segundo Bruni (2011), a análise financeira pode ser empregada em diferentes situações, tais como, no planejamento estratégico, no desenvolvimento e na avaliação do plano de negócios e na análise da competitividade. Além da mensuração de riscos e futuras aquisições e fusões das entidades.

A análise de balanços, consoante Assaf Neto (2012, p. 50), “é fundamentalmente comparativa, ou seja, determinado índice, quando avaliado isoladamente não produz informações suficientes para uma correta conclusão”. Por isso, faz-se necessário analisar mais de um exercício, entidades que atuam no mesmo segmento, para que se possa ter uma melhor avaliação da situação atual (ASSAF, 2012).

Neste contexto, Gitman (2010), salienta que é possível realizar a comparação entre os índices em corte transversal e em séries temporais. A análise em corte transversal pode ser empregada para comparar os índices financeiros e analisar o desempenho de diferentes empresas que atuam no mesmo setor, em um mesmo período de tempo.

Dada a relevância da análise contábil e da comparação entre entidades que atuam no mesmo setor, esta pesquisa pretende abordar a seguinte questão: Qual a situação econômico-financeira dos três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com sede no estado do Rio Grande do Sul, nos períodos compreendidos entre 2015 e 2017?

### **1.3 Objetivos**

Os objetivos, desta pesquisa, estão divididos em geral e específicos. Segue a respectiva descrição.

#### **1.3.1 Objetivo geral**

Conforme Silva (2010), o objetivo geral de uma investigação é o fim teórico e prático que se propõe alcançar, apresentando uma visão geral do assunto. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é: Analisar a situação econômico-financeira dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com sede no estado do Rio Grande do Sul, nos períodos compreendidos entre 2015 e 2017, por meio das análises horizontal, vertical e dos indicadores econômico- financeiros.

#### **1.3.2 Objetivos específicos**

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- Aplicar a análise horizontal e vertical nas demonstrações contábeis;



- Aplicar os indicadores da análise econômico-financeira nas demonstrações contábeis;
- Comparar os resultados obtidos dos três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com sede no Estado do Rio Grande do Sul.

#### **1.4 Justificativa**

Segundo Mauss (2008, p. 9), “Da mesma forma que nas empresas privadas, o gestor público tem na contabilidade um instrumento de informação para o exercício do controle e da análise dos fatos da natureza financeira e econômica”. Nessa direção, a análise das demonstrações contábeis consiste em uma importante contribuição para fins gerenciais, para a tomada de decisões e também para a auditoria, por meio de um maior controle de recursos e dispêndios públicos, tendo em vista, que as entidades públicas visam o bem comum e possuem finalidade social.

Conforme Lima Jr. (2007) *apud* Mauss (2012), na iniciativa privada, a análise e a interpretação das demonstrações financeiras são consideradas como um instrumento estratégico para a tomada de decisões, enquanto que no âmbito do serviço público, isso não acontece, e, sequer são encontradas obras literárias que tratam a respeito. Já Trevisan et al. (2009), destacam que, diferentemente da contabilidade comercial, em que os indicadores contábeis são comuns e padronizados, no setor público não há uma padronização.

Para a Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, esta pesquisa justifica-se pela relevância do assunto abordado, contribuindo como fonte de pesquisa para futuros acadêmicos, atuantes e gestores da área pública, tendo em vista, que há poucos estudos sobre essa temática. No que se refere aos estudos sobre a análise das demonstrações contábeis dos Institutos Federais, as pesquisas são ainda mais escassas. Atualmente há um estudo sobre o tema, em que fundamenta-se esta pesquisa, sob o título de Análise comparativa dos indicadores econômico-financeiros dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com sede no Rio Grande do Sul, autoria de Mauren Corrêa Santos Benites e Jeferson Luís Lopes Goularte.

Além disso, a pesquisa coopera na divulgação do tema e a necessidade de desenvolver indicadores padrões para a análise de entidades públicas. Ademais, o desenvolvimento deste trabalho proporcionará ao pesquisador conhecimento sobre contabilidade pública e análise das demonstrações de órgãos governamentais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo são apresentados conceitos e estudos de diversos referenciais teóricos que tratam sobre o tema em estudo. Para tanto, este capítulo foi dividido em seções a saber: Administração Pública, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e Análise das Demonstrações Contábeis.

### **2.1 Administração pública**

Conforme Meirelles (1984) *apud* Kohama (2012, p.9), a “Administração pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”. Nessa direção, administrar os bens e serviços públicos consiste em zelar pelo patrimônio público, aplicando os recursos públicos de modo a satisfazer as necessidades e o bem estar da sociedade.

#### **2.1.1 Estrutura da administração pública**

A administração pública, em sua estrutura, é composta por órgãos da administração direta ou centralizada e por órgãos da administração indireta ou descentralizada. Sendo assim, o art. 37 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), designa que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios

de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

A administração direta ou centralizada, conforme Kohama (2012, p.14), “é aquela que se encontra interligada e ligada, na estrutura organizacional, diretamente ao chefe do Poder Executivo”. Sendo, no âmbito federal, constituída dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, no âmbito estadual pelo Gabinete do Governador e Secretarias de Estado e no âmbito municipal devendo seguir estrutura semelhante (KOHAMA, 2012).

Já a administração indireta ou descentralizada, conforme Kohama (2012, p. 14), “é aquela atividade administrativa, caracterizada como um serviço público ou de interesse público, transferida ou deslocada do Estado, para outra entidade por ele criada ou cuja criação é por ele autorizada”. Dentre os órgãos pertencentes à administração indireta ou descentralizada estão as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

A legislação que dispõe sobre a estrutura da administração pública federal é o Decreto-lei Nº 200/1967 (BRASIL, 1967), alterado pelo Decreto-lei Nº 900/1969 (BRASIL, 1969) e pela Lei Nº 7.596/1987 (BRASIL, 1987). Já a Lei Nº 13.303/2016 (BRASIL, 2016), normatiza o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Na sequência, no Quadro 1, estão elencados os órgãos indiretos da administração pública.

Quadro 1 – Órgãos da administração pública indireta

| Órgãos          | Definição  | Exemplos   |
|-----------------|--|--|
| Autarquia       | É o serviço autônomo, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios. Criado por lei para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada (DECRETO-LEI Nº 200/1967, texto digital).  | Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Estado do RS.       |
| Empresa Pública | É entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União. Criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito (DECRETO-LEI Nº 200/1967, texto digital). | Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. |

(Continua...)

| Órgãos                      | Definição   | Exemplos  |
|-----------------------------|---|---|
| Sociedade de Economia mista | É a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta (DECRETO-LEI Nº 200/1967, texto digital).  | Petrobrás, Eletrobrás, Banco do Brasil.                               |
| Fundação Pública            | São entidades com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes (DECRETO-LEI Nº 200/1967, texto digital). | Fundação Nacional do Índio, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Os órgãos pertencentes à administração direta e os órgãos da administração indireta devem seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Nesse sentido, a contabilidade pública é aplicada às pessoas jurídicas de Direito Público, sendo a União, os Estados, os Municípios, as autarquias e fundações e as empresas públicas, quando utilizarem recursos públicos. (LIMA e CASTRO, 2003).

Nessa direção, na próxima seção é abordado o tema Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

## 2.2 Contabilidade aplicada ao setor público (CASP)

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) é “o ramo da contabilidade geral que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução das entradas e saídas dos recursos públicos que afetam e fazem variar o patrimônio de uma entidade pública” (MAUSS, 2008, p.7). Além disso, proporciona à sociedade, o entendimento sobre os atos e fatos da gestão pública e seu patrimônio.

O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social (CFC, 2008, p.6).

Consoante Lima (2005) *apud* Mauss (2012), a contabilidade aplicada ao setor público é sustentada por quatro pilares normativos, os quais são: a Lei Federal nº 4.320/1964; a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T SP); e as portarias, instruções normativas e manuais técnicos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A Lei de Finanças Públicas nº 4.320/64 (BRASIL, 1964, texto digital), em seu *caput* “estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”, normatizando a contabilidade pública no Brasil. Enquanto que a Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000, texto digital), em seu *caput* “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”.

Com o intuito de uniformizar as práticas contábeis aos padrões internacionais de contabilidade, o Ministério da Fazenda publicou a portaria nº 184/2008 (BRASIL, 2008), que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelos entes públicos em relação aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Determinando à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a responsabilidade de desenvolver ações na direção de incentivar a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Nessa direção, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), editou no ano de 2008, as dez primeiras Normas de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), 16. 1 – 16.10, por meio das resoluções 1.128/08 à 1.137/08. Já no ano de 2011, editou a décima primeira norma, 16.11, por meio da resolução 1.366/11. No entanto, no ano de 2016, algumas NBC T SP foram convergidas aos padrões internacionais. No Quadro 2 apresentam-se as NBC T SP vigentes:

Quadro 2 – Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público

| Numeração                          | CFC Resolução  | Norma  |
|------------------------------------|----------------|--|
| NBC TSP<br>Estrutura<br>Conceitual | DOU 04/10/2016 | Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público |
| NBC TSP 01                         | DOU 28/10/2016 | Receita de Transação sem Contraprestação   |
| NBC TSP 02                         | DOU 28/10/2016 | Receita de Transação com Contraprestação   |
| NBC TSP 03                         | DOU 28/10/2016 | Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes   |
| NBC TSP 04                         | DOU 06/12/2016 | Estoques   |
| NBC TSP 05                         | DOU 06/12/2016 | Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente  |
| NBC TSP 06                         | DOU 28/09/2017 | Propriedade para Investimento  |
| NBC TSP 07                         | DOU 28/09/2017 | Ativo Imobilizado  |
| NBC TSP 08                         | DOU 28/09/2017 | Ativo Intangível   |
| NBC TSP 09                         | DOU 28/09/2017 | Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa   |
| NBC TSP                            | DOU 28/09/2017 | Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa   |
| NBC T 16.6<br>R1                   | DOU 31/10/2014 | Demonstrações Contábeis  |
| NBC T 16.7                         | 1.134/08       | Consolidação de Demonstrações Contábeis  |
| NBC T 16.8                         | 1.134/08       | Controle Interno   |
| NBC T 16.9                         | 1.134/08       | Depreciação, Amortização e Exaustão  |
| NBC T 16.10                        | 1.137/08       | Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público  |
| NBC T 16.11                        | 1.136/11       | Sistema de Informação de Custos do Setor Público   |

Fonte: Adaptado pela autora, conforme Conselho Federal de Contabilidade (2018).

O Decreto-lei nº 6.976/2009 (BRASIL, 2009) definiu que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é o órgão responsável pelo Sistema de Contabilidade Federal. Nessa direção, no ano de 2009, a STN elaborou e publicou o primeiro Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), onde constam as práticas contábeis que devem ser seguidas por todos os entes da federação. Atualmente está na sua 7ª edição.

No ano de 2013 foi publicada a portaria nº 634 pela STN, que determina as regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Estabelecendo a todos os entes da federação a adotarem o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) até o final do exercício do ano de 2014, a fim de padronizar os registros contábeis e consolidar as contas públicas (MCASP, 2017).

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público “deve permitir a integração dos

planos hierarquicamente interligados, comparando suas metas programadas com as realizadas [...]", de acordo com a NBC T 16.3 (CFC, 2008, texto digital). Na próxima seção serão apresentados os instrumentos de planejamento utilizados pelas entidades da administração pública.

## **2.2.1 Planejamento público**

Para Quintana et. al. (2011, p.7), "percebe-se que em todos os níveis da organização político-administrativa da entidade pública deve haver planejamento, seja na administração direta ou indireta". De acordo com o art. 165 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), os três instrumentos de planejamento das entidades públicas são: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), os quais serão descritos na sequência.

### **2.2.1.1 Plano plurianual (PPA)**

O Plano Plurianual é um plano de médio prazo, com o intuito de ordenar as ações do governo para o alcance dos objetivos e metas fixados para um período de quatro anos, a nível federal, estadual e municipal (KOHAMA, 2012). A Constituição Federal (BRASIL, 1988, texto digital), em seu art. 165 e § 1º, salienta que:

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Por meio do Plano Plurianual, o poder executivo planeja todas as suas ações para os próximos quatro anos. Nesse sentido, o § 1º do art. 167 da Constituição Federal (BRASIL, 1988, texto digital) define que "nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade".

Já o § 9º do art. 165 da Constituição Federal (BRASIL, 1988, texto digital), designa que cabe à lei complementar "dispor sobre o exercício financeiro, a



vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual”. No entanto, conforme Quintana et. al.(2011), a lei complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000), que deveria regulamentar este parágrafo teve o seu art. 3º vetado, e, por isso, continua valendo o que consta na Constituição Federal.

O Plano Plurianual, conforme Quintana et. al. (2011, p. 9), “servirá de base para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), constituindo-se em instrumento de maior relevância na estrutura de planejamento”.

### **2.2.1.2 Lei de diretrizes orçamentárias (LDO)**

O segundo instrumento de planejamento é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Constituição Federal, em seu art. 165 § 2º (BRASIL, 1988, texto digital), esclarece que:

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Nesse sentido, Lima e Castro (2003, p. 21), reconhecem que “estabelece, também, a partilha dos recursos orçamentários entre os três poderes e o Ministério Público, bem como os parâmetros para a administração da dívida pública”. Além do que está previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000, texto digital), em seu art. 4º determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias também disporá sobre:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea *b* do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;
- c) (VETADO)
- d) (VETADO)
- e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

A Lei de diretrizes orçamentárias deve ser elaborada anualmente. Os Estados

e os Municípios deverão seguir os prazos estabelecidos nas suas Constituições e suas Leis Orgânicas, respectivamente (KOHAMA, 2012).

Conforme a Lei nº 101/2000 (BRASIL, 2000), em seu no art. 4º e § 1º, integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, onde determina as metas anuais, em valores correntes e constantes, relacionadas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois subsequentes. Também conterà o Anexo de Riscos Fiscais, que segundo o § 3º do art. 4º da Lei complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000, texto digital), “onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem”.

### **2.2.1.3 Lei orçamentária anual (LOA)**

A LOA é o último estágio do processo orçamentário, é considerado o instrumento de planejamento mais operacional, “existe para viabilizar o alcance dos objetivos e metas propostos no PPA, em conformidade com as diretrizes pelo LDO” (QUINTANA et. al., 2011, p. 23). Na LOA constam os gastos do governo para o próximo ano.

Lima e Castro (2003) salientam que o orçamento é um processo contínuo, dinâmico e flexível, que indica os planos e programas de trabalho, ajustando o ritmo de execução ao fluxo de recursos previstos, em termos financeiros, para determinado período.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988, texto digital), em seu art. 165, § 5º esclarece que a LOA compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Após a apresentação dos instrumentos de planejamento, é importante

discorrer sobre a transparência na gestão pública, conforme seção a seguir.

### **2.2.2 Transparência na gestão pública**

A Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 (BRASIL, 2000), é a lei complementar que tem como finalidade estabelecer as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Sendo assim, Quintana et. al. (2011, p.1), “Sob o aspecto da gestão pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal traz um novo parâmetro para as ações das pessoas que atuam como gestores no nível municipal, estadual e federal”.

Nesse contexto, Mauss (2008, p.1), afirma que:

Segundo a própria lei, esse novo modelo de gestão pressupõe a ação planejada e transparente, prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, possibilitando o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições por ela estabelecidos.

Já para Quintana et al. (2011, p. 139), “com a edição da Lei Complementar nº 101/2000, fica demonstrada a intenção do legislador em fortalecer cada vez mais a transparência e ampliar o controle das contas públicas”. Ademais, a lei complementar possibilitou maior controle e acompanhamento dos recursos e dispêndios públicos.

Após a publicação da Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000), foi publicada a Lei nº 12.527/2011 (BRASIL, 2011), também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), a qual tem a finalidade de regular o acesso a informações, conforme previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Esta Lei “dispõe sobre os procedimentos a serem seguidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações de interesse coletivo ou particular” (BRASIL, 2011, texto digital).

Podemos compreender que, de acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo, além do acesso aos registros administrativos e a

informações sobre atos de governo. Compete à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para a consulta daqueles que necessitarem. De acordo com o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o parecer prévio, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, são considerados instrumentos de transparência da gestão fiscal, em que será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Depois de divagar sobre a transparência na gestão pública, na sequência, serão conceituadas as demonstrações contábeis aplicadas às entidades públicas.

### **2.3 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP)**

Demonstração contábil “é a técnica contábil que evidencia, em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio de entidades do setor público e suas mutações” (CFC, 2008). Nessa direção, de acordo com o MCASP (2017, p. 25), “o objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão”.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) estão dispostas nos anexos da Lei nº 4.320/64 (BRASIL, 1964), no entanto, pela portaria 438/2012 da Secretária do Tesouro Nacional (STN) tiveram suas estruturas atualizadas. Segundo a NBC T 16.6 (CFC, 2008), são consideradas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP):

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;

- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- Notas Explicativas.

Dada a relevância dos demonstrativos citados para esta pesquisa, na sequência, apresentam-se o conceito e a estrutura de cada um.

### 2.3.1 Balanço orçamentário

De acordo com o art. 102, da Lei nº 4.320/64 (BRASIL, 1964, texto digital), “o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas”. Nessa direção, a NBC T 16.6 afirma que o balanço orçamentário “é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária”, revelando o resultado orçamentário. Por meio do confronto entre o orçamento inicial e suas modificações, o resultado poderá ser superávit ou déficit.

Conforme o MCASP (2017), o Balanço Orçamentário é composto por três quadros: quadro principal, quadro da execução dos restos a pagar não processados e quadro da execução dos restos a pagar processados. No Quadro 3 é apresentada a estrutura a ser seguida.

Quadro 3 – Estrutura do balanço orçamentário

| <b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</b>   |                     |                        |                        |       |
|-------------------------------|---------------------|------------------------|------------------------|-------|
| <b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b> | Previsão<br>Inicial | Previsão<br>Atualizada | Receitas<br>Realizadas | Saldo |
| <b>Receitas Correntes</b>     |                     |                        |                        |       |
| Receita Tributária            |                     |                        |                        |       |
| Receita de Contribuições      |                     |                        |                        |       |
| Receita Patrimonial           |                     |                        |                        |       |
| Receita Agropecuária          |                     |                        |                        |       |
| Receita Industrial            |                     |                        |                        |       |
| Receita de Serviços           |                     |                        |                        |       |
| Transferências Correntes      |                     |                        |                        |       |
| Outras Receitas Correntes     |                     |                        |                        |       |
| <b>Receitas de Capital</b>    |                     |                        |                        |       |
| Operações de Crédito          |                     |                        |                        |       |
| Alienação de Bens             |                     |                        |                        |       |
| Amortizações de Empréstimos   |                     |                        |                        |       |
| Transferências de Capital     |                     |                        |                        |       |
| Outras Receitas de Capital    |                     |                        |                        |       |

(Continua...)

(Conclusão)

| <b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</b>                   |                     |                        |                        |                        |                   |       |
|---|---------------------|------------------------|------------------------|------------------------|-------------------|-------|
|   | Previsão<br>Inicial | Previsão<br>Atualizada | Receitas<br>Realizadas | Saldo                  |                   |       |
| <b>SUBTOTAL DAS RECEITAS</b>                  |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Operações de Crédito/Refinanciamentos         |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Operações de Crédito Internas                 |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Mobiliária                                    |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Contratual                                    |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Operações de Crédito Externas                 |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Mobiliária                                    |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Contratual                                    |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| <b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>           |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Déficit                                       |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| <b>TOTAL</b>                                  |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| <b>Saldos de Exercícios Anteriores</b>        |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Recursos arrecadados em exercícios anteriores |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Superávit Financeiro                          |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Reabertura de créditos adicionais             |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| <b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>                 | Dotação<br>Inicial  | Dotação<br>Atualizada  | Despesas<br>Empenhadas | Despesas<br>Liquidadas | Despesas<br>Pagas | Saldo |
| <b>Despesas Correntes</b>                     |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Pessoal e encargos sociais                    |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Juros e encargos da dívida                    |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Outras despesas correntes                     |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| <b>Despesas de Capital</b>                    |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Investimentos                                 |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Inversões Financeiras                         |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Amortização da Dívida                         |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| <b>Reserva de Contingência</b>                |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| <b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>                  |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| <b>Amortização da Dívida/Refinanciamento</b>  |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Amortização da Dívida Interna                 |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Dívida Mobiliária                             |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Outras Dívidas                                |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Amortização da Dívida Externa                 |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Dívida Mobiliária                             |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Outras Dívidas                                |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| <b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>           |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Superávit                                     |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| <b>TOTAL</b>                                  |                     |                        |                        |                        |                   |       |
| Reserva do RPPS                               |                     |                        |                        |                        |                   |       |

Fonte: Adaptado pela autora, conforme o MCASP (2017).

### 2.3.2 Balanço financeiro

Segundo o art. 103, da Lei nº 4.320/64 (BRASIL, 1964), o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos do exercício anterior, e os do exercício seguinte. Nesse sentido, Lima e Castro (2003, p. 193), o balanço financeiro “apresentará todos os ingressos e dispêndios de recursos conjugados com os saldos de caixa inicial e final do exercício”.

De acordo com o MCASP (2017, p. 376), o balanço financeiro evidenciará:

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

No Quadro 4 é apresentada a estrutura do Balanço Financeiro.

Quadro 4 – Estrutura do balanço financeiro

| <b>BALANÇO FINANCEIRO</b>                                       |             |                        |                           |  |
|---|-------------|------------------------|---------------------------|--|
| <b>INGRESSOS</b>  |             |                        |                           |  |
|   | <b>NOTA</b> | <b>EXERCÍCIO ATUAL</b> | <b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b> |  |
| <b>Receita Orçamentária (I)</b>                                 |             |                        |                           |  |
| <b>Ordinária</b>  |             |                        |                           |  |
| <b>Vinculada</b>  |             |                        |                           |  |
| Recursos Vinculados à Educação                                  |             |                        |                           |  |
| Recursos Vinculados à Saúde                                     |             |                        |                           |  |
| Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS                 |             |                        |                           |  |
| Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS                 |             |                        |                           |  |
| Recursos Vinculados à Assistência Social                        |             |                        |                           |  |
| (...)   |             |                        |                           |  |
| Outras Destinações de Recursos                                  |             |                        |                           |  |
| <b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>                |             |                        |                           |  |
| Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária           |             |                        |                           |  |
| Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária |             |                        |                           |  |
| Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS   |             |                        |                           |  |
| Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS   |             |                        |                           |  |
| <b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>                    |             |                        |                           |  |
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados                     |             |                        |                           |  |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados                         |             |                        |                           |  |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados                     |             |                        |                           |  |
| Outros Recebimentos Orçamentários                               |             |                        |                           |  |
| <b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>                         |             |                        |                           |  |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                                   |             |                        |                           |  |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados                     |             |                        |                           |  |
| <b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>                          |             |                        |                           |  |

(Continua...)

(Conclusão)

| BALANÇO FINANCEIRO   |      |                 |                    |
|--|------|-----------------|--------------------|
| DISPÊNDIOS   |      |                 |                    |
|  | NOTA | EXERCÍCIO ATUAL | EXERCÍCIO ANTERIOR |
| <b>Despesa Orçamentária (VI)</b>                                 |      |                 |                    |
| <b>Ordinária</b>   |      |                 |                    |
| <b>Vinculada</b>   |      |                 |                    |
| Recursos Destinados à Educação                                   |      |                 |                    |
| Recursos Destinados à Saúde                                      |      |                 |                    |
| Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS                  |      |                 |                    |
| Recursos Destinados à Previdência Social – RGPS                  |      |                 |                    |
| Recursos Destinados à Assistência Social                         |      |                 |                    |
| (...)  |      |                 |                    |
| Outras Destinações de Recursos                                   |      |                 |                    |
| <b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>               |      |                 |                    |
| Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária           |      |                 |                    |
| Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária |      |                 |                    |
| Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS   |      |                 |                    |
| Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS   |      |                 |                    |
| <b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>                      |      |                 |                    |
| Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados                     |      |                 |                    |
| Pagamentos de Restos a Pagar Processados                         |      |                 |                    |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados                      |      |                 |                    |
| <b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>                      |      |                 |                    |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                                    |      |                 |                    |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados                      |      |                 |                    |
| <b>TOTAL X = (VI + VII + VIII + IX)</b>                          |      |                 |                    |

Fonte: Adaptado pela autora, conforme o MCASP (2017).

### 2.3.3 Balanço patrimonial

Consoante Lima e Castro (2003, p. 198), o Balanço Patrimonial “é o demonstrativo que evidencia a posição das contas que constituem o ativo e o passivo, apresentando a situação estática dos bens, direitos e obrigações e indicando o valor do saldo patrimonial da Entidade”. Já de acordo com a NBC T 16.6 (CFC, 2008, texto digital), o Balanço Patrimonial, “estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública”. No Quadro 5 é apresentada a estrutura do Balanço Patrimonial.



Quadro 5 – Estrutura do balanço patrimonial

| BALANÇO PATRIMONIAL   |      |                 |                    |
|---|------|-----------------|--------------------|
| ATIVO   | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| <b>Ativo Circulante</b>                                       |      |                 |                    |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                                 |      |                 |                    |
| Créditos a Curto Prazo  |      |                 |                    |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo          |      |                 |                    |
| Estoques  |      |                 |                    |
| VPD Pagas Antecipadamente                                     |      |                 |                    |
| <b>Total do Ativo Circulante</b>                              |      |                 |                    |
| <b>Ativo Não Circulante</b>                                   |      |                 |                    |
| Realizável a Longo Prazo                                      |      |                 |                    |
| Créditos a Longo Prazo  |      |                 |                    |
| Investimentos Temporários a Longo Prazo                       |      |                 |                    |
| Estoques  |      |                 |                    |
| VPD Pagas Antecipadamente                                     |      |                 |                    |
| Investimentos   |      |                 |                    |
| Imobilizado   |      |                 |                    |
| Intangível  |      |                 |                    |
| <b>Total do Ativo Não Circulante</b>                          |      |                 |                    |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>   |      |                 |                    |
| <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                           |      |                 |                    |
| <b>Passivo Circulante</b>                                     |      |                 |                    |
| Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo |      |                 |                    |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo                    |      |                 |                    |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo                   |      |                 |                    |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo                              |      |                 |                    |
| Obrigações de Repartições a Outros Entes                      |      |                 |                    |
| Provisões a Curto Prazo                                       |      |                 |                    |
| Demais Obrigações a Curto Prazo                               |      |                 |                    |
| <b>Total do Passivo Circulante</b>                            |      |                 |                    |
| <b>Passivo Não Circulante</b>                                 |      |                 |                    |
| Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo |      |                 |                    |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo                    |      |                 |                    |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo                   |      |                 |                    |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo                              |      |                 |                    |
| Provisões a Longo Prazo                                       |      |                 |                    |
| Demais Obrigações a Longo Prazo                               |      |                 |                    |
| Resultado Diferido  |      |                 |                    |
| <b>Total do Passivo Não Circulante</b>                        |      |                 |                    |

(Continua...)

(Conclusão)

| <b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>                      |             |                        |                           |
|---|-------------|------------------------|---------------------------|
| <b>Patrimônio Líquido</b>                       | <b>Nota</b> | <b>Exercício Atual</b> | <b>Exercício Anterior</b> |
| Patrimônio Social e Capital Social              |             |                        |                           |
| Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital     |             |                        |                           |
| Reservas de Capital                             |             |                        |                           |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial                |             |                        |                           |
| Reservas de Lucros                              |             |                        |                           |
| Demais Reservas                                 |             |                        |                           |
| Resultados Acumulados                           |             |                        |                           |
| (-) Ações/Cotas em Tesouraria                   |             |                        |                           |
| <b>Total do Patrimônio Líquido</b>              |             |                        |                           |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> |             |                        |                           |

Fonte: Adaptado pela autora, conforme o MCASP (2017).

#### 2.3.4 Demonstração das variações patrimoniais (DVP)

De acordo com o art. 104 da Lei nº 4.320/64 (BRASIL, 1964, texto digital), “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício”. A NBC T 16.6 indica que esse demonstrativo demonstrará as variações quantitativas, as variações qualitativas e o resultado patrimonial. Sendo que, segundo a norma, as variações quantitativas referem-se a transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido e as variações qualitativas são oriundas de transações alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido (CFC, 2008).

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), de acordo com o MCASP (2017, p. 393), “permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade”. No Quadro 6 é evidenciada a estrutura deste demonstrativo.

Quadro 6 – Estrutura da demonstração das variações patrimoniais

| <b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</b>                      |             |                        |                           |
|---|-------------|------------------------|---------------------------|
|   | <b>Nota</b> | <b>Exercício Atual</b> | <b>Exercício Anterior</b> |
| <b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>                          |             |                        |                           |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria                         |             |                        |                           |
| Contribuições   |             |                        |                           |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos                     |             |                        |                           |
| <br>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras                 |             |                        |                           |
| Transferências e Delegações Recebidas                               |             |                        |                           |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos       |             |                        |                           |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas                          |             |                        |                           |
| <b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>            |             |                        |                           |
| <b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>                           |             |                        |                           |
| Pessoal e Encargos  |             |                        |                           |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais                          |             |                        |                           |
| Uso de bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo                     |             |                        |                           |
| <br>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras                  |             |                        |                           |
| Transferências e Delegações Concedidas                              |             |                        |                           |
| Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos        |             |                        |                           |
| Tributárias   |             |                        |                           |
| Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados |             |                        |                           |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas                           |             |                        |                           |
| <b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>            |             |                        |                           |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)</b>            |             |                        |                           |

Fonte: Adaptado pela autora, conforme o MCASP (2017).

A DVP tem desempenho semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Entretanto, a DRE revela o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido e é considerado como um dos principais indicadores de desempenho da entidade privada. No setor público o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, ele é utilizado para mensurar quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais (MCASP, 2017).

### 2.3.5 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com a NBC T 16.6 (CFC, 2008, texto digital), “permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa

e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos”.

A DFC pode ser elaborada pelo método direto ou indireto e é composta pelos fluxos de operações, de investimentos e de financiamentos, evidenciando assim as circulações havidas no caixa e seus equivalentes. O fluxo de caixa das operações inclui os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação pública. O fluxo de caixa dos investimentos abrange os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante e o fluxo de caixa dos financiamentos compreende à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos, conforme a NBC T 16. (CFC, 2008). No Quadro 7 é ilustrada a estrutura referente à elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Quadro 7 – Estrutura da demonstração dos fluxos de caixa

| <b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>                           |             |                        |                           |
|---|-------------|------------------------|---------------------------|
|   | <b>Nota</b> | <b>Exercício Atual</b> | <b>Exercício Anterior</b> |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>                |             |                        |                           |
| <b>Ingressos</b>  |             |                        |                           |
| Receitas derivadas e originárias                                  |             |                        |                           |
| Transferências correntes recebidas                                |             |                        |                           |
| <b>Desembolsos</b>  |             |                        |                           |
| Pessoal e demais despesas   |             |                        |                           |
| Juros e encargos da dívida  |             |                        |                           |
| Transferências concedidas   |             |                        |                           |
| <b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>     |             |                        |                           |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>             |             |                        |                           |
| <b>Ingressos</b>  |             |                        |                           |
| Alienação de bens   |             |                        |                           |
| Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos            |             |                        |                           |
| <b>Desembolsos</b>  |             |                        |                           |
| Aquisição de ativo não circulante                                 |             |                        |                           |
| Concessão de empréstimos e financiamentos                         |             |                        |                           |
| Outros Desembolsos de investimentos                               |             |                        |                           |
| <b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</b> |             |                        |                           |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>             |             |                        |                           |

(Continua...)

(Conclusão)

| <b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>                               |             |                        |                           |
|---|-------------|------------------------|---------------------------|
|   | <b>Nota</b> | <b>Exercício Atual</b> | <b>Exercício Anterior</b> |
| <b>Ingressos</b>  |             |                        |                           |
| Operações de crédito  |             |                        |                           |
| Integralização do capital social de empresas dependentes              |             |                        |                           |
| Transferências de capital recebidas                                   |             |                        |                           |
| Outros ingressos de financiamento                                     |             |                        |                           |
| <b>Desembolsos</b>  |             |                        |                           |
| Amortização/Refinanciamento da dívida                                 |             |                        |                           |
| Outros desembolsos de financiamentos                                  |             |                        |                           |
| <b>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</b>   |             |                        |                           |
| <b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)</b> |             |                        |                           |
| Caixa e Equivalentes de caixa inicial                                 |             |                        |                           |
| Caixa e Equivalentes de caixa final                                   |             |                        |                           |

Fonte: Adaptado pela autora, conforme o MCASP (2017).

### 2.3.6 Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL)

A DMPL, segundo o MCASP (2017, p. 406), “demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade”. Já conforme a NBC T 16.6, “evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros”.

De acordo com o MCASP (2017, p. 406), os itens pertencentes a esse demonstrativo são:

- a. os ajustes de exercícios anteriores;
- b. as transações de capital com os sócios, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria e os juros sobre capital próprio;
- c. o superávit ou déficit patrimonial;
- d. a destinação do resultado, por exemplo: transferências para reservas e a distribuição de dividendos; e
- e. outras mutações do patrimônio líquido.

No Quadro 8 consta a estrutura da DMPL.

Quadro 8 – Estrutura da demonstração das mutações do patrimônio líquido

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO |                   |  |                 |                       |                |                 |               |                       |       |
|---|-------------------|--|-----------------|-----------------------|----------------|-----------------|---------------|-----------------------|-------|
| ESPECIFICAÇÃO                                   | Part./Cap. Social | Adiant. P/ fut. aum. De capital (AFAC) | Reserva Capital | Ajustes Aval. Patrim. | Reserva Lucros | Demais Reservas | Result. Acum. | Ação/Cotas em Tesour. | TOTAL |
| <b>Saldos iniciais</b>                          |                   |  |                 |                       |                |                 |               |                       |       |
| Ajustes de exercícios anteriores                |                   |  |                 |                       |                |                 |               |                       |       |
| Aumento de capital                              |                   |  |                 |                       |                |                 |               |                       |       |
| Resgate/Reemissão de Ações e Cotas              |                   |  |                 |                       |                |                 |               |                       |       |
| Juros sobre capital próprio                     |                   |  |                 |                       |                |                 |               |                       |       |
| Resultado do exercício                          |                   |  |                 |                       |                |                 |               |                       |       |
| Ajustes de avaliação patrimonial                |                   |  |                 |                       |                |                 |               |                       |       |
| Constituição/Reversão de reservas               |                   |  |                 |                       |                |                 |               |                       |       |
| Dividendos a distribuir (R\$... por ação)       |                   |  |                 |                       |                |                 |               |                       |       |
| <b>Saldos finais</b>                            |                   |  |                 |                       |                |                 |               |                       |       |

Fonte: Adaptado pela autora, conforme o MCASP (2017).

### 2.3.7 Notas explicativas

A NBC T 16.6 designa que “as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis” (CFC, 2008, texto digital). Sendo que, “as informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis” (Ibidem).

Ademais, as notas explicativas, conforme o MCASP (2017, p. 411), tem por objetivo “facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas”. Além disso, as notas explicativas compreendem os “critérios utilizados na elaboração das demonstrações

contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho” e outros acontecimentos não evidenciados nas demonstrações contábeis, de acordo com NBC T 16.6 (CFC, 2008, texto digital).

A implantação das notas explicativas como demonstração contábil, é considerada por Benites e Goularte (2017), uma grande inovação, pois até então eram vistas como informações complementares aos balanços e demonstrativos contábeis. Nesse sentido, Gitman (2010), salienta que as notas explicativas fornecem informações detalhadas a cerca dos procedimentos contábeis, cálculos e transações implícitas aos lançamentos contábeis.

Tendo em vista os conceitos e as estruturas dos demonstrativos apresentados, cabe agora discorrer sobre a análise dos demonstrativos contábeis.

## **2.4 Análise das demonstrações contábeis**

Analisar as demonstrações contábeis, conforme Assaf Neto *apud* (2007) Mauss (2012), consiste em uma prática antiga em empresas privadas e significa verificar o desempenho da organização, por meio de comparações de indicadores passados, com indicadores de organizações que atuam no mesmo setor. Os demonstrativos contábeis apresentam os saldos patrimoniais e os resultados da empresa, no entanto, é por meio da análise que se pode avaliar o desempenho e obter dados e informações sobre a situação econômica e financeira da organização.

O objetivo da análise das demonstrações contábeis, de acordo com Padoveze e Benedicto (2010), refere-se à indicação de informações numéricas, normalmente de dois ou mais exercícios, com o intuito de auxiliar os gestores, acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, governo, investidores e outras pessoas interessadas em conhecer a situação da empresa ou tomar decisão. Nesse sentido, Matarazzo (2008, p. 28), afirma que “a análise de balanços permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada, permite estimar o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades”.

Na iniciativa privada, as informações geradas pela análise das

demonstrações, além de auxiliar os usuários internos, são úteis para a tomada de decisão dos usuários externos, como é o caso de investidores, que analisam a viabilidade de investir o seu capital em determinada empresa, avaliando o retorno do capital investido. Nas entidades públicas, por sua vez, os usuários das informações geradas, podem ser: gestores, cidadãos, ONGs, instituições financeiras, outras esferas de governo, fornecedores, entidades reguladoras, Tribunais de Contas, credores e colaboradores (MAUSS 2012).

Segundo Assaf Neto (2012), as principais técnicas de análise de balanços são: análise horizontal, análise vertical, indicadores econômico-financeiros e o diagrama de Índices. Além desses, Mauss (2012), salienta que nas entidades públicas podem ser aplicados os indicadores oriundos das demonstrações contábeis da Lei Federal nº 4.320/64 (BRASIL, 1964). Nesta pesquisa, serão aplicadas as análises horizontal e vertical, os indicadores econômico-financeiros e os indicadores oriundos da Lei nº 4.320/64 (Ibidem).

#### **2.4.1 Análise horizontal e vertical**

Conforme Bruni (2011, p. 105), “As análises horizontal e vertical consistem nas duas formas mais elementares de análise de demonstrativos financeiros que existem”. Essas técnicas são apresentadas, geralmente, em números percentuais e podem auxiliar o gestor a analisar a evolução de uma entidade, em um determinado período.

De acordo com Mauss (2012), a análise horizontal apresenta as tendências de gestão ao longo do tempo, e, por meio da análise vertical, é possível estimar a representatividade de cada grupo em relação ao total dos ativos e passivos que são considerados como base 100%. Nessa direção, Matarazzo (2008, p. 249), afirma que “é desejável que as conclusões baseadas na análise vertical sejam complementadas pelas da análise horizontal”.



### 2.4.2 Indicadores econômicos e financeiros

Os indicadores econômicos e financeiros possibilitam extrair dados que permitem avaliar o desempenho da gestão, tanto no âmbito público quanto no privado. De acordo com Pereira e Teddo (2013, texto digital), “A análise financeira, realizada a partir de índices, indicadores ou coeficientes, auxilia as organizações no gerenciamento de suas contas e também como fator essencial para tomada de decisões”.

Segundo Mauss (2012), os grupos de indicadores de análise das demonstrações contábeis são: liquidez, atividade, endividamento e resultado. A seguir, os grupos são apresentados:

a) Indicadores de liquidez: “estudam a solvência ou a capacidade de honrar as obrigações assumidas pela entidade” (BRUNI, 2011, p. 122). Refletem a situação atual em termos de liquidez de uma entidade. No Quadro 9 estão elencados os indicadores de liquidez.

Quadro 9 – Indicadores do grupo de liquidez

| Indicador                        | Definição   | Fórmula   |
|----------------------------------|---|---|
| Capital circulante líquido (CCL) | Reflete a sobra financeira da entidade após o pagamento de todas as dívidas de curto prazo. Quanto maior, melhor, pois indica maior segurança para o gestor (MAUSS, 2012).  | $CCL = AC - \text{investimentos do RPPS}^1 - PC$                                    |
| Liquidez corrente (ILC)          | Demonstra o quanto a empresa dispõe para quitar as suas dívidas no curto prazo. “Quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro” (ASSAF NETO, 2012, p.177). | $ILC = \frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}}$                   |
| Liquidez seca (ILS) <sup>1</sup> | Indica “a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber” (ASSAF NETO, 2012, p. 177).   | $ILS = \frac{\text{ativo circulante} - \text{estoques}}{\text{passivo circulante}}$ |

<sup>1</sup> Regime Próprio de Previdência Social.

(Continua...)

(Conclusão)

| Indicador            | Definição   | Fórmula   |
|----------------------|---|---|
| Liquidez livre (ILL) | Mede “a saúde financeira no curto prazo sem as aplicações do RPPS e os estoques”. É necessário retirar essas aplicações, tendo em vista, a finalidade de cobrir aposentadorias e pensões futuras. Quanto maior melhor, sendo que se superior a 1, indica que a entidade terá recursos suficientes para quitar as dívidas (MAUSS, 2012, p. 209). | $ILL = \frac{AC - \text{estoques} - \text{aplicações do RPPS}}{\text{passivo circulante}}$  |
| Liquidez geral (ILG) | Revela a liquidez no curto e no longo prazo. Demonstrando a capacidade da entidade em saldar todos os seus compromissos (ASSAF NETO, 2012).   | $ILG = \frac{\text{ativo circulante} + \text{ativo realizável a longo prazo}}{\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo}}$ |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No indicador de liquidez seca, deve-se considerar que no serviço público, geralmente não ocorre a venda dos estoques, porque este é adquirido para a execução de serviços, e, por isso deve-se deduzi-los na fórmula para verificar qual é a capacidade real da organização em cobrir suas obrigações (MAUSS, 2012).

b) Indicadores de atividade: “permitem que seja analisado o desempenho operacional da empresa e suas necessidades de investimento em giro” (ASSAF NETO, 2012, p. 184). Esses indicadores foram adaptados para aplicá-los nas entidades públicas, com o intuito de analisar a eficiência da gestão. No Quadro 10 estão descritos os conceitos conforme Mauss (2012).

Quadro 10 – Indicadores do grupo de atividade

| Indicador                         | Definição  | Fórmula  |
|-----------------------------------|--|--|
| Giro dos ativos permanentes (GAP) | Demonstra a eficiência no uso das instalações e equipamentos da entidade, ao comparar as receitas aos ativos não circulantes. Quanto maior o resultado, melhor, indicando maior eficiência no uso dos ativos de longo prazo. | $GAP = \frac{\text{receita orçamentária}}{\text{investimento} + \text{imobilizado} + \text{intangível}}$ |
| Giro do ativo total (GAT)         | Indica a eficiência com que a entidade utiliza seus ativos para gerar receitas. Quanto mais alto o resultado, melhor a situação financeira da entidade.  | $GAT = \frac{\text{receita orçamentária}}{\text{ativo real total}}$                                      |

(Continua...)

(Conclusão)

| Indicador                                | Definição  | Fórmula   |
|--|--|---|
| Imobilização do patrimônio líquido (IPL) | Evidencia quanto o capital próprio foi utilizado para financiar os ativos permanentes. Em relação ao resultado obtido, quanto menor melhor, pois indica que a entidade pública não possui o seu patrimônio líquido imobilizado em longo prazo. | $IPL = \frac{\text{investimentos} + \text{imobilizado} + \text{intangível}}{\text{patrimônio líquido}}$ |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

c) Indicadores de endividamento: “estudam a estruturação das composições de fontes de financiamentos assumidas pela entidade e a relação existente entre capitais recebidos pelos sócios e de terceiros” (BRUNI, 2011, p. 122). No Quadro 11 estão elencados os indicadores de grupo de endividamento.

Quadro 11 – Indicadores do grupo de endividamento

| Indicador                               | Definição   | Fórmula  |
|---|---|--|
| Endividamento geral (IEG)               | Demonstra a dependência da empresa com relação a suas exigibilidades totais, isto é, do montante investido em seus ativos, qual a participação dos recursos de terceiros. (ASSAF NETO, 2012, p. 149). | $IEG = \frac{\text{passivo exigível total}}{\text{ativo total}}$   |
| Garantia de capital de terceiros (IGCT) | Representa quanto do Patrimônio Líquido é necessário para quitar as dívidas da entidade (MAUSS, 2012).  | $IGCT = \frac{\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo}}{\text{patrimônio líquido}}$ |
| Composição do endividamento (ICE)       | Indica “o percentual do endividamento concentrado no curto prazo”. Quanto menor, melhor (BRUNI, 2011, p. 155).  | $ICE = \frac{\text{passivo circulante}}{\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo}}$  |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

d) Indicadores de resultado: demonstram “qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa” (MATARAZZO, 2008, p. 175). No Quadro 12 estão relacionados os indicadores do grupo de resultado.

Quadro 12 – Indicadores do grupo de resultado

| Indicador                        | Definição   | Fórmula  |
|----------------------------------|---|--|
| Resultado patrimonial (RP)       | Demonstra a variação do patrimônio líquido do ano. A análise do resultado deve ser que quanto maior melhor, pois demonstra a sobra patrimonial total do período (MAUSS, 2012).  | $RP = \frac{\text{variação patrimonial ativa}}{\text{variação patrimonial passiva}}$   |
| Resultado orçamentário (RO)      | Determina a sobra da receita orçamentária em comparação à despesa orçamentária do período. O resultado ideal em valor absoluto é 0, e, relativo em 1, pois assim compreende-se que tudo que foi arrecado foi despendido no ano, ou seja, aplicado em prol da sociedade (MAUSS, 2012). | $RO = \text{receita orçamentária} - \text{despesa empenhada total}$ <p>ou</p> $RO = \frac{\text{resultado orçamentário}}{\text{receita orçamentária}}$ <p>e</p> $\text{Relação entre receita e despesa} = \frac{\text{despesa orçamentária}}{\text{receita orçamentária}}$ |
| Margem bruta orçamentária (MBO)  | Mede o percentual de receita após a dedução das despesas totais liquidadas. O resultado ideal é 1 (MAUSS, 2012).  | $MBO = \frac{\text{receita orçamentária} - \text{despesa liquidada}}{\text{receita orçamentária total}}$ <p>ou</p> $MBO = \frac{\text{resultado orçamentário liquidado}}{\text{receita orçamentária}}$   |
| Retorno do ativo total (ROA)     | Mede a partir dos ativos disponíveis, a eficácia ou o retorno sobre investimentos da administração na geração de lucros (GITMAN, 2010).   | $ROA = \frac{\text{resultado patrimonial}}{\text{ativo total}}$  |
| Retorno do capital próprio (ROE) | Mensura quanto a sociedade aufera de resultado de recursos próprios investidos (ASSAF NETO, 2007 <i>apud</i> MAUSS, 2012).  | $ROE = \frac{\text{resultado patrimonial}}{\text{patrimônio líquido}}$   |
| Retorno patrimonial              | Mede quanto da receita orçamentária foi convertida em resultado patrimonial. Quanto maior, melhor (MAUSS, 2012).  | $\text{Retorno} = \frac{\text{resultado patrimonial}}{\text{receita orçamentária total}}$  |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

### 2.4.3 Indicadores oriundos da Lei Federal nº 4.320/64

Não há indicadores padrões para serem aplicados nas demonstrações contábeis do setor público. No entanto, Mauss (2012, p. 220) afirma que “baseado na estrutura das demonstrações exigidas pela Lei Federal nº 4.320/64 (BRASIL, 1964), é possível extrair uma série de análises que nos fornecem informações de cunho financeiro”, sendo possível diagnosticar a realidade financeira da entidade.

Kohama (2011) elaborou uma série de quocientes, os quais julga adequados e importantes para a análise e interpretação dos resultados dos Balanços Públicos. Diante disso, Mauss (2012) selecionou os principais indicadores e acrescentou alguns novos, os quais estão descritos no Quadro 13.

Quadro 13 – Indicadores oriundos das demonstrações contábeis da Lei Federal nº 4.320/64

| Indicador                               | Definição  | Fórmula   |
|---|--|---|
| Capacidade de geração total de poupança | Demonstra a economia orçamentária do resultado corrente, que podem ser aplicados em despesas de capital.   | Resultado corrente = $\frac{\text{receitas correntes} - \text{despesas correntes}}{\text{receitas correntes}}$                                |
| Execução orçamentária de capital        | Indica o grau de capitalização ou descapitalização da entidade.  | Resultado de capital = $\frac{\text{receitas de capital}}{\text{despesa de capital}}$   |
| Resultado da execução financeira        | Mede o resultado total da execução financeira, mediante a soma a soma de todos os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários da entidade. | Resultado = $\frac{\text{ingressos (orçamentários + extraorçamentários)}}{\text{dispêndios (orçamentários + extraorçamentários) do período}}$ |
| Resultado patrimonial acumulado total   | Determina o superávit ou déficit patrimonial acumulado total da entidade.  | Resultado patrimonial total = $\frac{\text{soma do ativo real total}}{\text{soma do passivo real total}}$                                     |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Nas entidades públicas, por meio dos indicadores econômicos e também pelos indicadores oriundos da Lei Federal nº 4.320/64 (BRASIL, 1964), é possível realizar uma análise completa e abrangente do desempenho e da situação

econômica e financeira. Além disso, proporciona a comparação dos resultados com outras entidades que atuam no mesmo setor ou então com órgãos pertencentes a mesma esfera de governo.

Tendo em vista que as entidades públicas visam ao bem comum, a contabilidade pública verifica como os recursos e os dispêndios estão sendo aplicados, possibilitando avaliar a gestão pública. No contexto desta pesquisa, deve se considerar que nem todas as técnicas foram readequadas para serem utilizadas nas entidades, apenas aquelas que podem ser aplicadas nos Institutos Federais de Educação.

Após dissertar sobre os principais assuntos relacionados ao tema em estudo, cabe agora discorrer sobre a metodologia aplicada na presente pesquisa.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Consoante Marconi e Lakatos (2003), método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que permitem alcançar o objetivo, que consiste em conhecimentos válidos e verdadeiros, por meio de um caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando o cientista. A seguir, será apresentada a tipologia abordada nesta pesquisa.

#### **3.1 Tipos de pesquisa**

Pesquisa pode ser definida, conforme Gil (2017), como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo fornecer respostas aos problemas que são apresentados. No método da pesquisa são apresentados: a definição da pesquisa quanto a natureza da abordagem, os procedimentos técnicos, os objetivos, a população e amostra, o plano de coleta de dados, o plano de análise dos dados e a limitação do método.

##### **3.1.1 Caracterização quanto ao modo de abordagem do problema**

A natureza da abordagem da pesquisa se enquadra como quantitativa e qualitativa. São utilizadas as duas categorias, pois é realizada a abordagem teórica das técnicas de análise existentes, por meio da pesquisa bibliográfica e a interpretação e análise dos dados calculados.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Beuren (2003), refere-se a análises

mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. Enquanto que a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de técnicas estatísticas, tanto no momento da coleta quanto no tratamento de dados.

### 3.1.2 Caracterização quanto ao procedimento técnico

Os procedimentos técnicos utilizados nesta pesquisa são:

- a) **Pesquisa Bibliográfica:** A pesquisa é considerada bibliográfica, pois utiliza materiais que já foram anteriormente produzidos, como livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, entre outros. Segundo Marconi e Lakatos (2002), a pesquisa bibliográfica possibilita o contato direto do pesquisador com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre um determinado assunto.
- b) **Pesquisa Documental:** A pesquisa documental se difere da pesquisa bibliográfica por se tratar principalmente de fontes que ainda não receberam organização, tratamento analítico e publicação específica. Esse tipo de pesquisa é considerado uma fonte rica e estável de dados, além de possuir baixo custo e não exigir o contato direto do pesquisador com os sujeitos da pesquisa (CHEMIN, 2015). Nesta pesquisa são utilizados os demonstrativos contábeis dos períodos de 2015, 2016 e 2017, como fonte de pesquisa documental.

O presente trabalho utiliza concomitantemente as formas de pesquisa elencadas.

### 3.1.3 Caracterização quanto ao objetivo geral

Quanto aos objetivos, a pesquisa é considerada aplicada e descritiva, que consoante Gil (2017), possui como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Além disso, podem ser elaboradas com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. Nessa direção, Chemin (2015), indica que pode ser utilizada na pesquisa descritiva a forma de pesquisa bibliográfica e documental, como método de levantamento de dados.



### **3.2 População e amostra da pesquisa**

De acordo com Chemin (2015), a população pode ser entendida como a totalidade de elementos, sujeitos ou objetos que possuem informações relevantes para a compreensão do problema de pesquisa. Enquanto que a amostra refere-se a uma parte da população de estudo que deve procurar preencher duas exigências: a representatividade e a proporção.

A população desta pesquisa compreende os três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, localizados no Estado do Rio Grande do Sul, enquanto que a amostra serão os demonstrativos contábeis publicados por eles.

### **3.3 Coleta de dados**

A coleta de dados, conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 165), “é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”. No plano de coleta de dados, desta pesquisa, optou-se por utilizar a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Nesse sentido Gil (2012), afirma que, em algumas pesquisas, só é possível uma investigação social por meio de documentos.

Com o intuito de identificar as principais técnicas de análise são consultados diversos livros e a legislação pertinente. Nesse momento, é utilizada a pesquisa bibliográfica que, conforme Silva (2010), esclarece e debate um tema ou problema fundamentado em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos, entre outros.

A investigação documental, segundo Silva (2010, p. 55), “é realizada em documentos conservados em órgãos públicos e privados, tais como: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, [...]”. Nessa direção, a investigação documental, ocorre por meio de demonstrativos contábeis dos anos de 2015, 2016 e 2017 dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, extraídos dos Relatórios de Gestão e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

### **3.4 Tratamento e análise dos dados**

A análise de dados, conforme Chemin (2015), tem por objetivo classificar os dados e informações obtidas, para alcançar por meio de métodos dedutivos, indutivos, comparativos ou outros, as respostas para a pesquisa. Já Gil (2006, p. 163), afirma que a análise dos dados “envolve a descrição dos procedimentos a serem adotados tanto para a análise quantitativa quanto qualitativa”.

Nesse contexto, como plano de análise dos dados, pretende-se utilizar as técnicas qualitativa e quantitativa. A metodologia qualitativa busca analisar e interpretar os aspectos mais profundos, fornecendo “análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.”, de acordo com Marconi e Lakatos (2011, p. 269). Enquanto que no método quantitativo, os pesquisadores utilizam informações numéricas para analisar os resultados (ibidem).

Conforme Diehl e Tatim (2004), tanto na pesquisa de caráter quantitativo quanto qualitativo, há a necessidade de organizar os dados coletados para que os mesmos possam ser interpretados. Nesse sentido, de acordo com Leite (2008, p. 94), “os métodos qualitativos são auxiliares dos quantitativos e vice-versa”. Nesta pesquisa foram analisados os resultados obtidos, interpretando as tendências das entidades ao longo dos períodos compreendidos entre 2015 e 2017, por meio das análises horizontal, vertical e também dos indicadores econômico-financeiros, que foram calculados e demonstrados a partir de tabelas e gráficos.

### **3.5 Limitação do método**

A pesquisa teve como limitação do método a inexistência de indicadores padrões para serem aplicados nos demonstrativos contábeis das entidades públicas, no entanto, foram utilizadas as técnicas de análise propostas na obra de Mauss (2012). Nesse sentido, algumas fórmulas precisaram ser adaptadas devido às particularidades do objeto de estudo, como é o caso da receita orçamentária que consta na fórmula original apenas como receita, e para os Institutos Federais é necessário considerar também as transferências intragovernamentais, classificadas como variação patrimonial ativa. Além do mais, o estudo é aplicado em Institutos Federais, podendo variar se aplicado em outros órgãos públicos.

## 4 DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DE PESQUISA

Com a publicação da Lei nº 11.892 em 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. O art. 2º da referida Lei, define os Institutos Federais como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino [...]” (ibidem).

As finalidades e características dos Institutos Federais estão descritos no artigo 6º, da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008, texto digital):

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

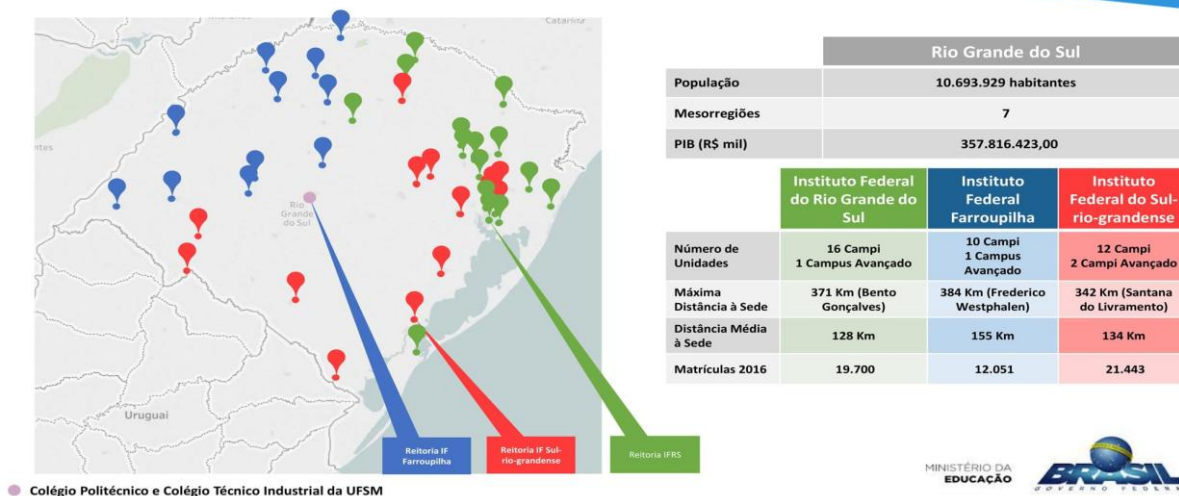
IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Atualmente, no estado do Rio Grande do Sul, existem três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs): Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Instituto Federal Rio Grande do Sul (IFRS) e Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). O IFFar possui onze campi e sua Reitoria está localizada na cidade de Santa Maria/RS, o IFRS conta com dezessete campi e sua Reitoria na cidade de Bento Gonçalves/RS e o IFSul, por sua vez, possui quatorze campi, com sua Reitoria sediada na cidade de Pelotas/RS.

Essas instituições “possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”, conforme parágrafo único, do artigo 1º da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008, texto digital). As três instituições de ensino oferecem cursos em diferentes níveis e modalidades, abrangendo ensino técnico de nível médio, cursos de formação inicial e continuada, licenciaturas, tecnólogos, bacharelados e pós-graduação *lato e stricto sensu*. (IFSul, 2018). Na Figura 1 apresenta-se o mapa dos Institutos Federais.

Figura 1 – Mapa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com sede no estado do Rio Grande do Sul

### Rio Grande do Sul - Situação Atual



Fonte: <<http://www.sintietfal.org.br/wp-content/uploads/2018/04/RearranjoRedeFederal.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

O IFFar possui como missão “Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável”. Surgiu pela integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete. Os campi estão localizados nas cidades de Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Augusto, Santo Ângelo, São Borja, São Vicente do Sul e Uruguaiana (IFFar, 2017).

O IFRS assume como missão:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável (IFRS, 2017).

O IFRS surgiu por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão. Sua área de atuação abrange dezessete campi localizados nas cidades de: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão (Ibidem).

Já o IFSul apresenta como missão:

Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social (IFSul, 2017).

O surgimento do IFSul deu-se por meio da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas. A instituição atua em quatorze campi, localizados nas cidades de Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Lajeado, Jaguarão, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas – Visconde da Graça, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires (Ibidem).

Depois de descrever o ambiente de pesquisa, cabe agora apresentar e analisar os resultados da pesquisa.

## **5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos por meio das análises realizadas nos demonstrativos contábeis, compreendidos entre os anos de 2015 e 2017, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com sede no estado do Rio Grande do Sul.

### **5.1 Análise das demonstrações contábeis dos Institutos Federais**

Os dados utilizados nesta pesquisa foram extraídos do SIAFI e dos Relatórios de Gestão. Os Institutos Federais elaboram anualmente o Relatório de Gestão, que consiste em um documento público em que são reunidas as ações realizadas ao longo do ano, atendendo a transparência e a prestação de contas públicas, conforme designa o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000). Para um melhor entendimento das análises realizadas é importante considerar as informações contidas no referido documento.

Os demonstrativos contábeis utilizados na pesquisa são: Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais.

Antes de realizar a análise, é necessário examinar as demonstrações contábeis. “Este trabalho é chamado padronização e consiste numa crítica às contas das demonstrações financeiras, bem como na transcrição delas para um modelo previamente definido” (MATARAZZO, 2008, p. 135). A padronização é realizada

pelos seguintes motivos: simplificação, comparabilidade, adequação aos objetivos da análise, precisão nas classificações de contas, descoberta de erros e intimidade do analista com as demonstrações financeiras da empresa (ibidem).

Ressalta-se que nos balanços patrimoniais das entidades públicas analisadas, a conta estoques é composta por materiais de consumo que são utilizados nas atividades da instituição, não sendo destinados à venda. Já a conta imobilizado é formada pelo somatório dos bens móveis e imóveis reduzidos os valores correspondentes a depreciação. Da mesma forma, a conta intangível está representada pelo seu valor após a amortização.

Diante do exposto, cabe agora demonstrar os resultados obtidos por meio das técnicas de análise horizontal e vertical.

### **5.1.1 Análise horizontal e vertical**

A análise horizontal consiste na comparação entre os valores de uma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. Já a análise vertical também é um processo comparativo, aplicada ao relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor afim, identificado no mesmo demonstrativo. As análises são apresentadas em porcentagem (ASSAF NETO, 2012).

A seguir, são apresentadas as análises horizontal e vertical dos balanços patrimoniais dos Institutos Federais.

#### **5.1.1.1 Análise horizontal e vertical dos balanços patrimoniais dos Institutos Federais**

As análises horizontal e vertical podem ser aplicadas em todos os demonstrativos contábeis, no entanto, optou-se nesta pesquisa aplicar somente nos balanços patrimoniais e nas demonstrações das variações patrimoniais, tendo em vista, que nas entidades do setor privado, as técnicas usualmente são aplicadas nos balanços patrimoniais e nas demonstrações do resultado do exercício.

Por meio da aplicação da análise horizontal e vertical nos balanços patrimoniais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, nos períodos compreendidos entre os anos de 2015 e 2017, chegou-se nos resultados apresentados nas Tabelas 1, 2 e 3. Na Tabela 1 estão demonstrados os balanços patrimoniais, as análises horizontal e vertical do IFFar, na Tabela 2 encontram-se os balanços patrimoniais, as análises horizontal e vertical do IFRS e na Tabela 3 estão dispostos os balanços patrimoniais e as análises horizontal e vertical do IFSul.



Tabela 1 – Análises horizontal e vertical dos balanços patrimoniais do IFFar, nos anos de 2015 a 2017

|  | 2015                  | 2016                  | 2017                  | Análise horizontal |                | Análise vertical |                |                |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|
|  |                       |                       |                       | 2015/2016          | 2015/2017      | 2015             | 2016           | 2017           |
| <b>ATIVO</b>   | <b>162.970.715,04</b> | <b>199.968.419,93</b> | <b>218.041.516,27</b> | <b>22,70%</b>      | <b>33,79%</b>  | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                                      | <b>6.130.899,70</b>   | <b>6.161.174,92</b>   | <b>5.951.801,03</b>   | <b>0,49%</b>       | <b>-2,92%</b>  | <b>3,76%</b>     | <b>3,08%</b>   | <b>2,73%</b>   |
| <b>ATIVO FINANCEIRO</b>                                      | <b>4.419.218,87</b>   | <b>4.733.645,81</b>   | <b>4.449.526,99</b>   | <b>7,11%</b>       | <b>0,69%</b>   | <b>2,71%</b>     | <b>2,37%</b>   | <b>2,04%</b>   |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                                | 3.447.035,92          | 2.926.730,02          | 2.705.492,46          | -15,09%            | -21,51%        | 2,12%            | 1,46%          | 1,24%          |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo                      | 972.182,95            | 1.806.915,79          | 1.744.034,53          | 85,86%             | 79,39%         | 0,60%            | 0,90%          | 0,80%          |
| <b>ATIVO NÃO FINANCEIRO</b>                                  | <b>158.551.496,17</b> | <b>195.234.774,12</b> | <b>213.591.989,28</b> | <b>23,14%</b>      | <b>34,71%</b>  | <b>97,29%</b>    | <b>97,63%</b>  | <b>97,96%</b>  |
| Estoques   | 1.711.680,83          | 1.427.529,11          | 1.502.274,04          | -16,60%            | -12,23%        | 1,05%            | 0,71%          | 0,69%          |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>                                  | <b>156.839.815,34</b> | <b>193.807.245,01</b> | <b>212.089.715,24</b> | <b>23,57%</b>      | <b>35,23%</b>  | <b>96,24%</b>    | <b>96,92%</b>  | <b>97,27%</b>  |
| Ativo Realizável a Longo Prazo                               | 1.117,63              | 1.117,63              | 1.117,63              | 0,00%              | 0,00%          | 0,00%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Investimentos  | 4.434,74              | 4.434,74              | 4.434,74              | 0,00%              | 0,00%          | 0,00%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Imobilizado  | 156.420.789,13        | 193.201.025,68        | 211.196.622,59        | 23,51%             | 35,02%         | 95,98%           | 96,62%         | 96,86%         |
| Intangível   | 413.473,84            | 600.666,96            | 887.540,28            | 45,27%             | 114,65%        | 0,25%            | 0,30%          | 0,41%          |
| <b>ATIVO REAL</b>  | <b>162.970.715,04</b> | <b>199.968.419,93</b> | <b>218.041.516,27</b> | <b>22,70%</b>      | <b>33,79%</b>  | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                          | <b>162.970.715,04</b> | <b>199.968.419,93</b> | <b>218.041.516,27</b> | <b>22,70%</b>      | <b>33,79%</b>  | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>                                    | <b>14.779.658,60</b>  | <b>1.891.231,13</b>   | <b>1.059.449,17</b>   | <b>-87,20%</b>     | <b>-92,83%</b> | <b>9,07%</b>     | <b>0,95%</b>   | <b>0,49%</b>   |
| <b>PASSIVO FINANCEIRO</b>                                    | <b>14.779.658,60</b>  | <b>1.891.231,13</b>   | <b>1.059.449,17</b>   | <b>-87,20%</b>     | <b>-92,83%</b> | <b>9,07%</b>     | <b>0,95%</b>   | <b>0,49%</b>   |
| Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | 93.083,20             | 37.107,35             | 746,70                | -60,14%            | -99,20%        | 0,06%            | 0,02%          | 0,00%          |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo                  | 7.255.572,10          | 1.315.488,97          | 743.253,83            | -81,87%            | -89,76%        | 4,45%            | 0,66%          | 0,34%          |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo                             | 0,00                  | 274,64                | 0,00                  | -                  | -              | 0,00%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Provisões a Curto Prazo                                      | 16.044,91             | 22.580,94             | 18.397,07             | 40,74%             | 14,66%         | 0,01%            | 0,01%          | 0,01%          |
| Demais Obrigações a Curto Prazo                              | 7.414.958,39          | 515.779,23            | 297.051,57            | -93,04%            | -95,99%        | 4,55%            | 0,26%          | 0,14%          |
| <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>                                | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           | <b>0,00%</b>       | <b>0,00%</b>   | <b>0,00%</b>     | <b>0,00%</b>   | <b>0,00%</b>   |
| <b>PASSIVO NÃO FINANCEIRO</b>                                | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           | <b>0,00%</b>       | <b>0,00%</b>   | <b>0,00%</b>     | <b>0,00%</b>   | <b>0,00%</b>   |
| <b>PASSIVO REAL</b>  | <b>14.779.658,60</b>  | <b>1.891.231,13</b>   | <b>1.059.449,17</b>   | <b>-87,20%</b>     | <b>-92,83%</b> | <b>9,07%</b>     | <b>0,95%</b>   | <b>0,49%</b>   |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                                    | <b>148.191.056,44</b> | <b>198.077.188,80</b> | <b>216.982.067,10</b> | <b>33,66%</b>      | <b>46,42%</b>  | <b>90,93%</b>    | <b>99,05%</b>  | <b>99,51%</b>  |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial                             | 78.090,65             | 0,00                  | 0,00                  | -100,00%           | -100,00%       | 0,05%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Demais Reservas  | 8.313,89              | 8.313,89              | 8.313,89              | 0,00%              | 0,00%          | 0,01%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Resultados Acumulados  | 148.104.651,90        | 198.068.874,91        | 216.973.753,21        | 33,74%             | 46,50%         | 90,88%           | 99,05%         | 99,51%         |

Fonte: Adaptado pela autora, conforme Mauss (2012), com base nos Balanços Patrimoniais extraídos do SIAFI (2015 a 2017).

Tabela 2 - Análises horizontal e vertical dos balanços patrimoniais do IFRS, nos anos de 2015 a 2017

|  | 2015                  | 2016                  | 2017                  | Análise horizontal |                 | Análise vertical |                |                |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|-----------------|------------------|----------------|----------------|
|  |                       |                       |                       | 2015/2016          | 2015/2017       | 2015             | 2016           | 2017           |
| <b>ATIVO</b>   | <b>255.804.536,53</b> | <b>265.071.289,00</b> | <b>275.594.839,61</b> | <b>3,62%</b>       | <b>7,74%</b>    | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                                      | <b>11.278.208,77</b>  | <b>10.410.644,65</b>  | <b>10.442.668,07</b>  | <b>-7,69%</b>      | <b>-7,41%</b>   | <b>4,41%</b>     | <b>3,93%</b>   | <b>3,79%</b>   |
| <b>ATIVO FINANCEIRO</b>                                      | <b>7.571.826,57</b>   | <b>6.409.964,78</b>   | <b>6.433.698,83</b>   | <b>-15,34%</b>     | <b>-15,03%</b>  | <b>2,96%</b>     | <b>2,42%</b>   | <b>2,33%</b>   |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                                | 3.809.538,97          | 2.212.049,46          | 1.253.715,75          | -41,93%            | -67,09%         | 1,49%            | 0,83%          | 0,45%          |
| Créditos a Curto Prazo                                       | 5.878,00              | 5.878,00              | 5.878,00              | 0,00%              | 0,00%           | 0,00%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo                      | 3.756.409,60          | 4.180.739,95          | 5.134.527,88          | 11,30%             | 36,69%          | 1,47%            | 1,58%          | 1,86%          |
| VPDs Pagas Antecipadamente                                   | 0,00                  | 11.297,37             | 39.577,20             | -                  | -               | 0,00%            | 0,00%          | 0,01%          |
| <b>ATIVO NÃO FINANCEIRO</b>                                  | <b>248.232.709,96</b> | <b>258.661.324,22</b> | <b>269.161.140,78</b> | <b>4,20%</b>       | <b>8,43%</b>    | <b>97,04%</b>    | <b>97,58%</b>  | <b>97,67%</b>  |
| Estoque  | 3.706.382,20          | 4.000.679,87          | 4.008.969,24          | 7,94%              | 8,16%           | 1,45%            | 1,51%          | 1,45%          |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>                                  | <b>244.526.327,76</b> | <b>254.660.644,35</b> | <b>265.152.171,54</b> | <b>4,14%</b>       | <b>8,44%</b>    | <b>95,59%</b>    | <b>96,07%</b>  | <b>96,21%</b>  |
| Ativo Realizável a Longo Prazo                               | 5.114,14              | 5.114,14              | 0,00                  | 0,00%              | -100,00%        | 0,00%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Investimentos  | 177,24                | 177,24                | 0,00                  | 0,00%              | -100,00%        | 0,00%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Imobilizado  | 243.827.791,07        | 253.953.646,82        | 264.481.951,14        | 4,15%              | 8,47%           | 95,32%           | 95,81%         | 95,97%         |
| Intangível   | 693.245,31            | 701.706,15            | 670.220,40            | 1,22%              | -3,32%          | 0,27%            | 0,26%          | 0,24%          |
| <b>ATIVO REAL</b>  | <b>255.804.536,53</b> | <b>265.071.289,00</b> | <b>275.594.839,61</b> | <b>3,62%</b>       | <b>7,74%</b>    | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                          | <b>255.804.536,53</b> | <b>265.071.289,00</b> | <b>275.594.839,61</b> | <b>3,62%</b>       | <b>7,74%</b>    | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>                                    | <b>12.223.944,40</b>  | <b>1.688.369,20</b>   | <b>1.325.545,84</b>   | <b>-86,19%</b>     | <b>-89,16%</b>  | <b>4,78%</b>     | <b>0,64%</b>   | <b>0,48%</b>   |
| <b>PASSIVO FINANCEIRO</b>                                    | <b>12.223.944,40</b>  | <b>1.688.369,20</b>   | <b>1.325.545,84</b>   | <b>-86,19%</b>     | <b>-89,16%</b>  | <b>4,78%</b>     | <b>0,64%</b>   | <b>0,48%</b>   |
| Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | 1.393.380,91          | 85.217,06             | 163.233,94            | -93,88%            | -88,29%         | 0,54%            | 0,03%          | 0,06%          |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo                  | 8.245.746,99          | 1.259.116,81          | 909.568,86            | -84,73%            | -88,97%         | 3,22%            | 0,48%          | 0,33%          |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo                             | 1.014,82              | 502,62                | 0,00                  | -50,47%            | -100,00%        | 0,00%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Demais Obrigações a Curto Prazo                              | 2.583.801,68          | 343.532,71            | 252.743,04            | -86,70%            | -90,22%         | 1,01%            | 0,13%          | 0,09%          |
| <b>PASSIVO NÃO FINANCEIRO</b>                                | <b>2.619,60</b>       | <b>2.619,60</b>       | <b>2.619,60</b>       | <b>0,00%</b>       | <b>0,00%</b>    | <b>0,00%</b>     | <b>0,00%</b>   | <b>0,00%</b>   |
| <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>                                | <b>2.619,60</b>       | <b>2.619,60</b>       | <b>2.619,60</b>       | <b>0,00%</b>       | <b>0,00%</b>    | <b>0,00%</b>     | <b>0,00%</b>   | <b>0,00%</b>   |
| Demais Obrigações a Longo Prazo                              | 2.619,60              | 2.619,60              | 2.619,60              | 0,00%              | 0,00%           | 0,00%            | 0,00%          | 0,00%          |
| <b>PASSIVO REAL</b>  | <b>12.226.564,00</b>  | <b>1.690.988,80</b>   | <b>1.328.165,44</b>   | <b>-86,17%</b>     | <b>-89,14%</b>  | <b>4,78%</b>     | <b>0,64%</b>   | <b>0,48%</b>   |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                                    | <b>243.577.972,53</b> | <b>263.380.300,20</b> | <b>274.266.674,17</b> | <b>8,13%</b>       | <b>12,60%</b>   | <b>95,22%</b>    | <b>99,36%</b>  | <b>99,52%</b>  |
| Demais Reservas  | 1.568.973,78          | 1.568.973,78          | 0,00                  | <b>0,00%</b>       | <b>-100,00%</b> | <b>0,61%</b>     | <b>0,59%</b>   | <b>0,00%</b>   |
| Resultados Acumulados  | 242.008.998,75        | 261.811.326,42        | 274.266.674,17        | <b>8,18%</b>       | <b>13,33%</b>   | <b>94,61%</b>    | <b>98,77%</b>  | <b>99,52%</b>  |

Fonte: Adaptado pela autora, conforme Mauss (2012), com base nos Balanços Patrimoniais extraídos do SIAFI (2015 a 2017).

Tabela 3 – Análises horizontal e vertical dos balanços patrimoniais do IFSul, nos anos de 2015 a 2017

|  | 2015                  | 2016                  | 2017                  | Análise Horizontal |               | Análise Vertical |                |                |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|---------------|------------------|----------------|----------------|
|  |                       |                       |                       | 2015/2016          | 2015/2017     | 2015             | 2016           | 2017           |
| <b>ATIVO</b>   | <b>259.347.855,67</b> | <b>252.284.562,14</b> | <b>259.528.031,38</b> | <b>-2,72%</b>      | <b>0,07%</b>  | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                                      | <b>8.532.733,11</b>   | <b>10.476.829,78</b>  | <b>9.688.623,32</b>   | <b>22,78%</b>      | <b>13,55%</b> | <b>3,29%</b>     | <b>4,15%</b>   | <b>3,73%</b>   |
| <b>ATIVO FINANCEIRO</b>                                      | <b>7.257.686,53</b>   | <b>8.673.996,06</b>   | <b>7.692.199,89</b>   | <b>19,51%</b>      | <b>5,99%</b>  | <b>2,80%</b>     | <b>3,44%</b>   | <b>2,96%</b>   |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                                | 2.205.177,84          | 2.356.301,24          | 2.187.312,63          | 6,85%              | -0,81%        | 0,85%            | 0,93%          | 0,84%          |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo                      | 5.051.460,09          | 6.254.206,28          | 5.497.195,49          | 23,81%             | 8,82%         | 1,95%            | 2,48%          | 2,12%          |
| VPDs Pagas Antecipadamente                                   | 1.048,60              | 63.488,54             | 7.691,77              | 5954,60%           | 633,53%       | 0,00%            | 0,03%          | 0,00%          |
| <b>ATIVO NÃO FINANCEIRO</b>                                  | <b>252.090.169,14</b> | <b>243.610.566,08</b> | <b>251.835.831,49</b> | <b>-3,36%</b>      | <b>-0,10%</b> | <b>97,20%</b>    | <b>96,56%</b>  | <b>97,04%</b>  |
| Estoques   | 1.275.046,58          | 1.802.833,72          | 1.996.423,43          | 41,39%             | 56,58%        | 0,49%            | 0,71%          | 0,77%          |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>                                  | <b>250.815.122,56</b> | <b>241.807.732,36</b> | <b>249.839.408,06</b> | <b>-3,59%</b>      | <b>-0,39%</b> | <b>96,71%</b>    | <b>95,85%</b>  | <b>96,27%</b>  |
| Ativo Realizável a Longo Prazo                               | 281,87                | 16.777,97             | 16.777,97             | 5852,38%           | 5852,38%      | 0,00%            | 0,01%          | 0,01%          |
| Investimentos  | 22.886,90             | 22.886,90             | 22.886,90             | 0,00%              | 0,00%         | 0,01%            | 0,01%          | 0,01%          |
| Imobilizado  | 248.710.855,78        | 240.463.919,05        | 249.256.439,87        | -3,32%             | 0,22%         | 95,90%           | 95,31%         | 96,04%         |
| Intangível   | 2.081.098,01          | 1.304.148,44          | 543.303,32            | -37,33%            | -73,89%       | 0,80%            | 0,52%          | 0,21%          |
| <b>ATIVO REAL</b>  | <b>259.347.855,67</b> | <b>252.284.562,14</b> | <b>259.528.031,38</b> | <b>-2,72%</b>      | <b>0,07%</b>  | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                          | <b>259.347.855,67</b> | <b>252.284.562,14</b> | <b>259.528.031,38</b> | <b>-2,72%</b>      | <b>0,07%</b>  | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>                                    | <b>8.818.505,06</b>   | <b>1.986.272,56</b>   | <b>12.514.967,19</b>  | <b>-77,48%</b>     | <b>41,92%</b> | <b>3,40%</b>     | <b>0,79%</b>   | <b>4,82%</b>   |
| <b>PASSIVO FINANCEIRO</b>                                    | <b>8.818.505,06</b>   | <b>1.986.272,56</b>   | <b>12.514.967,19</b>  | <b>-77,48%</b>     | <b>41,92%</b> | <b>3,40%</b>     | <b>0,79%</b>   | <b>4,82%</b>   |
| Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | 96,23                 | 29.164,91             | 11.575.478,55         | 30207,50%          | 12028870,75%  | 0,00%            | 0,01%          | 4,46%          |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo                  | 6.720.328,31          | 1.349.132,25          | 548.899,78            | -79,92%            | -91,83%       | 2,59%            | 0,53%          | 0,21%          |
| Demais Obrigações a Curto Prazo                              | 2.098.080,52          | 607.975,40            | 390.588,86            | -71,02%            | -81,38%       | 0,81%            | 0,24%          | 0,15%          |
| <b>PASSIVO NÃO FINANCEIRO</b>                                | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           | <b>0,00%</b>       | <b>0,00%</b>  | <b>0,00%</b>     | <b>0,00%</b>   | <b>0,00%</b>   |
| <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>                                | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           | <b>0,00%</b>       | <b>0,00%</b>  | <b>0,00%</b>     | <b>0,00%</b>   | <b>0,00%</b>   |
| <b>PASSIVO REAL</b>  | <b>8.818.505,06</b>   | <b>1.986.272,56</b>   | <b>12.514.967,19</b>  | <b>-77,48%</b>     | <b>41,92%</b> | <b>3,40%</b>     | <b>0,79%</b>   | <b>4,82%</b>   |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                                    | <b>250.529.350,61</b> | <b>250.298.289,58</b> | <b>247.013.064,19</b> | <b>-0,09%</b>      | <b>-1,40%</b> | <b>96,60%</b>    | <b>99,21%</b>  | <b>95,18%</b>  |
| Demais Reservas  | 22.605,01             | 22.605,01             | 22.605,01             | 0,00%              | 0,00%         | 0,01%            | 0,01%          | 0,01%          |
| Resultados Acumulados  | 250.506.745,60        | 250.275.684,57        | 246.990.459,18        | -0,09%             | -1,40%        | 96,59%           | 99,20%         | 95,17%         |

Fonte: Adaptado pela autora, conforme Mauss (2012), com base nos Balanços Patrimoniais extraídos do SIAFI (2015 a 2017).

#### 5.1.1.1.1 Análise horizontal dos balanços patrimoniais do IFFar

Analizando horizontalmente o ativo do IFFar, pode-se verificar que o ativo circulante apresentou variação monetária aumentativa de 0,49% do ano de 2015 para o ano de 2016 e variação monetária diminutiva de 2,92% no ano de 2015 para o ano de 2017. Os grupos Caixa e equivalentes e Estoques sofreram variação monetária negativa de 21,51% e 12,23%, respectivamente, do ano 2015 em relação ao ano de 2017. Já o grupo Demais créditos e valores a curto prazo cresceu 79,39%, no mesmo período.

O ativo não circulante é formado pelo Realizável a longo prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. Há destaque para o grupo Intangível, que apresentou aumento significativo ao longo do período analisado, resultando em aumento de 114,65% do ano de 2015 ao ano de 2017. Já o imobilizado aumentou 35,02% no mesmo período.

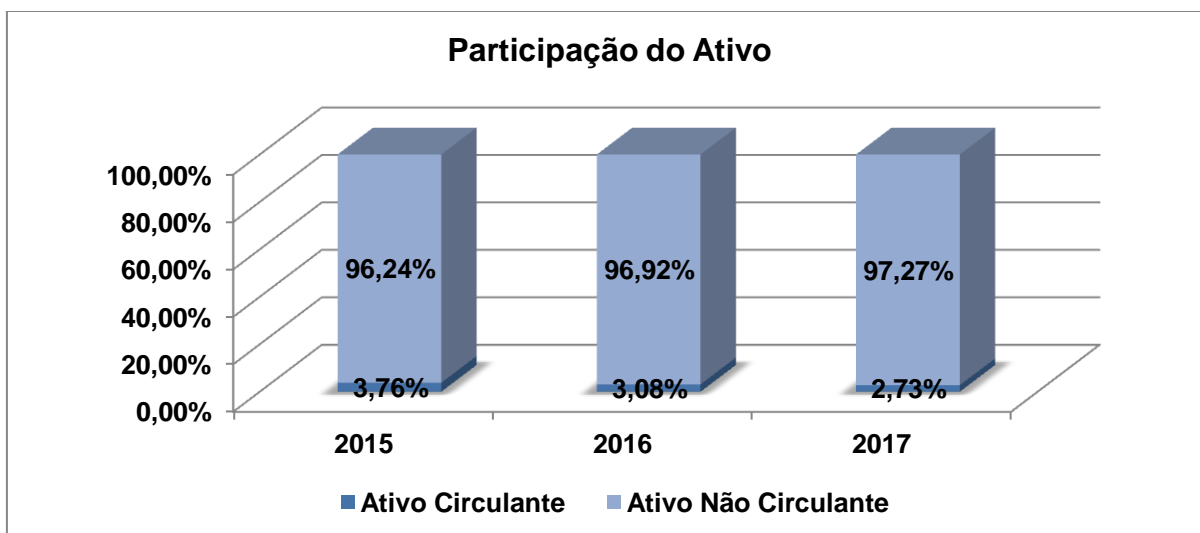
Conforme as notas explicativas do Relatório de Gestão do ano de 2017, o IFFar investiu em infraestrutura de TI e em equipamentos, para tornar as rotinas do trabalho administrativo mais eficientes e também possibilitar aumento na oferta de cursos e vagas. Da mesma forma, foram realizadas reavaliações de alguns imóveis, aumentando os saldos existentes. Ademais, o ativo não circulante apresentou aumento de 23,57% do ano de 2015 ao ano de 2016 e 35,23% do ano de 2015 ao ano de 2017.

Avaliando o passivo circulante pode-se verificar decréscimo expressivo das Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais de 99,20%; nos Fornecedores e contas a curto prazo de 89,76% e, também, do grupo Demais obrigações a curto prazo de 95,99%, no que se refere ao ano de 2015 em relação ao ano de 2017. No que tange ao passivo não circulante, a entidade não apresentou obrigações a longo prazo. O IFFar apresentou *superávit* em todos os períodos analisados, contribuindo para o aumento dos resultados acumulados no patrimônio líquido. Também foram contabilizados neste grupo os ajustes de avaliação patrimonial.

#### 5.1.1.1.2 Análise vertical dos balanços patrimoniais do IFFar

O ativo resultou em R\$ 162.970.715,04 em 2015, R\$ 199.968.419,93 em 2016 e R\$ 218.041.516,27 em 2017. No Gráfico 1 é demonstrada a participação do ativo circulante e do ativo não circulante do IFFar.

Gráfico 1 – Participação do ativo circulante e ativo não circulante do IFFar



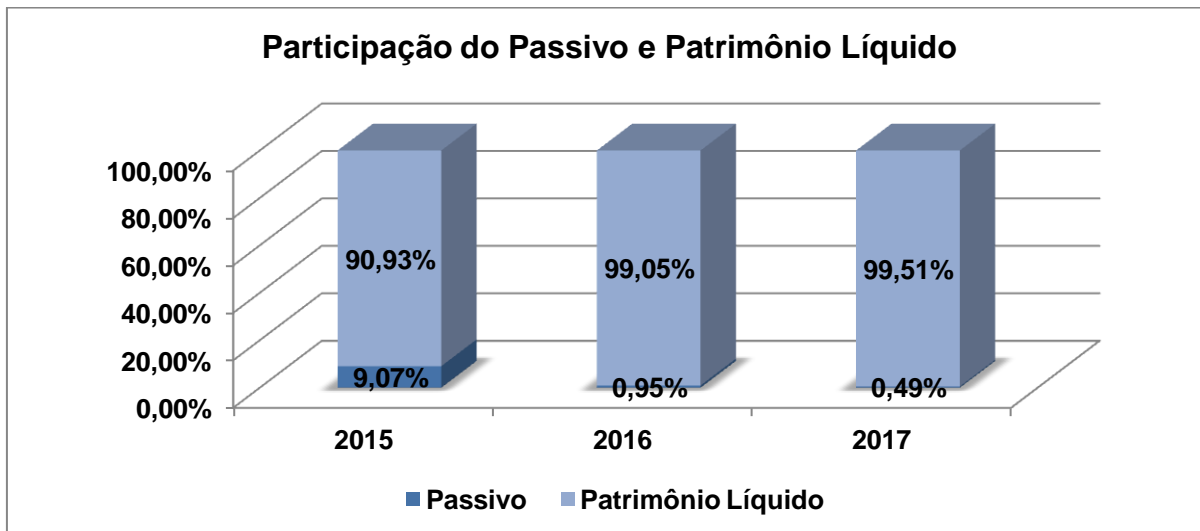
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Analisando verticalmente o ativo total do IFFar, conforme o Gráfico 1, verifica-se que o ativo não circulante apresenta valores relevantes no grupo. No ano de 2015 participa com 96,24%, no ano de 2016 com 96,92% e no ano de 2017 com 97,27% no total do ativo. No ativo circulante o grupo Caixa e equivalentes apresentou maior relevância, em todos os períodos analisados. Já no ativo não circulante, o Imobilizado teve maior representatividade, chegando ao ano de 2017 com 96,86% de participação no ativo total.

No ano de 2015, o grupo Demais obrigações a curto prazo, no passivo circulante, apresentou maior destaque, resultando em 4,55% no total do passivo. Nos anos de 2016 e 2017, a maior representatividade foi o grupo Fornecedores e contas a pagar no curto prazo.

No Gráfico 2 está evidenciada a participação do passivo e patrimônio líquido do IFFar.

Gráfico 2 – Participação do passivo e patrimônio líquido do IFFar



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Conforme o Gráfico 2, o passivo possui menor participação, representando 9,07% em 2015, 0,95% em 2016 e 0,49% em 2017, no total do passivo mais o patrimônio líquido. Já o patrimônio líquido, com maior participação, representa 90,93% em 2015, 99,05% em 2016 e 99,51% em 2017. Nota-se que a entidade não apresentava obrigações no longo prazo.

Na sequência são apresentadas as análises horizontal e vertical dos balanços patrimoniais do IFRS.

#### 5.1.1.1.3 Análise horizontal dos balanços patrimoniais do IFRS

Na Tabela 2 estão demonstradas as análises horizontal e vertical dos balanços patrimoniais do IFRS. Analisando horizontalmente o ativo, passivo e patrimônio líquido do IFRS, ficou evidente que os grupos totalizadores aumentaram em 3,62%, do ano de 2015 para o ano de 2016 e 7,74%, do ano de 2015 para o ano de 2017.

Examinando o ativo circulante, pode-se observar decréscimo de 7,69% do ano de 2015 para o ano de 2016 e 7,41% do ano de 2017 em relação ao período

inicial. O grupo Caixa e equivalentes apresentou decréscimo significativo de 67,09%, analisando o período do ano de 2015 ao ano de 2017. No entanto, percebe-se aumento no grupo Demais créditos a curto prazo. Conforme o Relatório de Gestão de 2017, são considerados créditos a curto prazo, os valores correspondentes ao adiantamento de 13º salário, adiantamento de férias, adiantamento de salário e em menor valor o regime de adiantamento de suprimento de fundos.

Ainda de acordo com o Relatório de Gestão de 2017, o grupo VPDs pagas antecipadamente consiste nos valores pagos antecipadamente a título de prêmios de seguro dos veículos automotores da frota da instituição. Esse grupo não apresentava saldo no ano de 2015, no entanto, foram contabilizados valores em 2016 e 2017.

O ativo não circulante apresentou variação monetária positiva ao longo do período analisado, apresentando aumento de 4,14% do ano de 2015 para o ano de 2016 e 8,44% do ano de 2015 para o ano de 2017. O imobilizado apresentou acréscimo ao longo do período analisado.

No que diz respeito ao grupo passivo circulante, pode-se observar que as obrigações a curto prazo diminuíram do ano de 2015 para o ano 2017. No ano de 2016 ocorreu decréscimo referente à regularização e baixa do 13º salário a pagar de exercícios anteriores e também regularização da baixa do sub-repasse diferido inscrito no exercício anterior, conforme o Relatório de Gestão.

São contabilizadas no grupo Demais obrigações a curto prazo, de acordo com o Relatório de Gestão de 2017, os valores de incentivo a educação à título de auxílio moradia, auxílio permanência e auxílio educação. No passivo não circulante, a entidade possui contabilizado o valor de R\$ 2.619,60, no grupo Demais obrigações a longo prazo, mantendo-se o saldo inalterado, ao longo do período analisado.

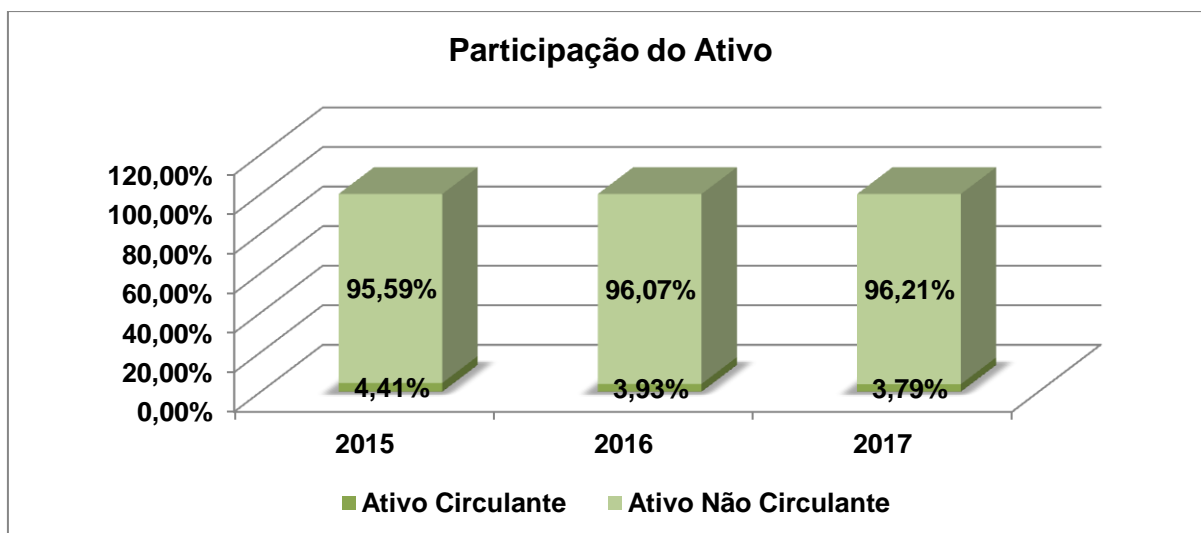
Analisando o patrimônio líquido, pode-se observar aumento na conta de resultados acumulados de 8,18% do ano de 2015 para o ano de 2016, pois o IFRS apresentou *superávit* em todos os períodos analisados. Em 2015 e 2016, a entidade apresentava saldo na conta Demais reservas, inexistindo no ano posterior.

#### 5.1.1.1.4 Análise vertical dos balanços patrimoniais do IFRS

O ativo, passivo e patrimônio líquido resultaram em R\$ 255.804.536,53 no ano de 2015, R\$ 265.071.289,00 no ano de 2016 e R\$ 275.594.839,61 no ano de 2017. A análise vertical dos balanços patrimoniais do IFRS demonstra que no ano de 2015, o grupo do ativo circulante com maior participação foi Caixa e equivalentes. Já nos anos de 2016 e 2017, destacou-se o grupo Demais créditos e valores a curto prazo.

No Gráfico 3 é ilustrado a participação do ativo circulante e do ativo não circulante do IFRS.

Gráfico 3 – Participação do ativo circulante e ativo não circulante do IFRS



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

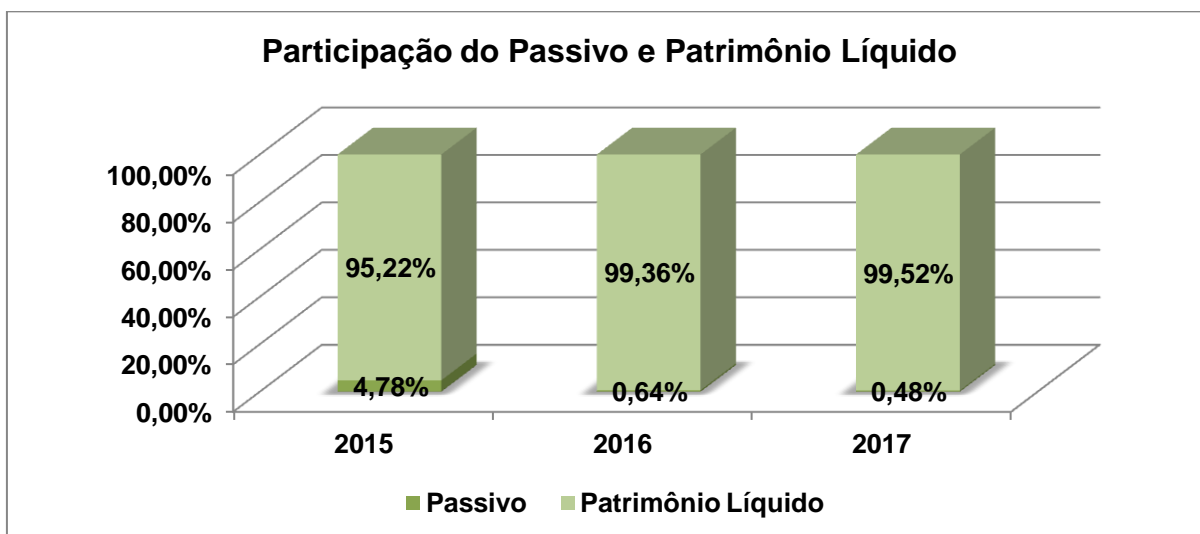
Analisando o ativo total, de acordo com o Gráfico 3, percebe-se que o ativo não circulante possui maior representatividade do que o ativo circulante, em todos os períodos. No ano de 2015 o ativo não circulante representou 95,59%, no ano de 2016 participou em 96,07% e no ano de 2017 resultou em 96,21%, no total do ativo. No ativo não circulante, o Imobilizado representou 95,32% no ano de 2015, 95,81% no ano de 2016 e 95,97% em 2017. Nota-se redução de 0,62% na participação do ativo circulante em relação ao ativo total, ao longo do período analisado.

No passivo circulante, o grupo Fornecedores e contas a pagar a curto prazo destacou-se em todos os períodos analisados, correspondendo a 3,22% em 2015, 0,48% em 2016 e 0,33% em 2017, no total do passivo. No Gráfico 4 apresenta-se a



participação do passivo e patrimônio líquido do IFRS.

Gráfico 4 – Participação do passivo e patrimônio líquido do IFRS



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

De acordo com o Gráfico 4, é possível observar que o patrimônio líquido corresponde em 95,22% em 2015, 99,36% em 2016 e 99,52% em 2017 do total passivo mais o patrimônio líquido. Enquanto que o passivo participa com 4,78% no ano de 2015, 0,64% no ano de 2016 e 0,48% no ano de 2017. O IFRS possui obrigações contabilizadas no longo prazo, no entanto, são consideradas irrelevantes diante dos valores do curto prazo.

Na sequência são apresentadas as análises horizontal e vertical dos balanços patrimoniais do IFSul.

#### 5.1.1.1.5 Análise horizontal dos balanços patrimoniais do IFSul

Na Tabela 3 estão dispostas as análises horizontal e vertical dos balanços patrimoniais do IFSul. Por meio da análise horizontal do ativo, passivo e patrimônio líquido do IFSul, verifica-se que os grupos totalizadores reduziram em 2,72%, do ano de 2015 para o ano de 2016 e aumentaram em 0,07% do ano de 2015 para o ano de 2017.

Da mesma forma que as demais instituições, no ativo circulante, o grupo Caixa e equivalentes diminuiu do ano de 2015 para o ano de 2017, apresentando

decréscimo de 0,81% ao longo do período. Destacam-se as VPDs pagas antecipadamente que cresceram significativamente ao longo do período analisado, com variação positiva de 633,53% do ano de 2015 para o ano de 2017. Os valores contabilizados no grupo correspondem aos prêmios de seguro, assinaturas e anuidades pagas antecipadamente, conforme especificado no Relatório de Gestão de 2017.

Os Estoques aumentaram 41,39% do ano de 2015 para o ano de 2016, e 56,58% do ano de 2017, comparando-se ao período inicial. Neste grupo estão contabilizados os materiais de consumo aplicados na instituição, tendo em vista, que nos IFs não ocorre a venda dos estoques.

Já no ativo não circulante, o ativo realizável a longo prazo aumentou significativamente em 5852,38% do ano de 2015 ao ano de 2017. Neste grupo estão registrados os valores de créditos por concessão de direito e de dívida ativa não tributária, considerados os ajustes de perda. O grupo Intangível destacou-se com variação percentual negativa em todo o período analisado, resultando em 37,33% do ano de 2015 para o ano de 2016 e 73,89% do ano de 2015 para o ano de 2017. Essa variação é decorrente da reclassificação de itens contabilizados como *Softwares* para Equipamentos de processamento de dados, dentro do grupo Bens Móveis, conforme o Relatório de Gestão de 2017.

No passivo circulante, percebe-se aumento significativo no grupo Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais. Nota-se decréscimo expressivo nos grupos Fornecedores e contas a pagar e Demais obrigações a curto prazo. No passivo não circulante o IFSul não possui valores registrados. Assim como as demais instituições, apresentou *superávit* em todos os períodos analisados.

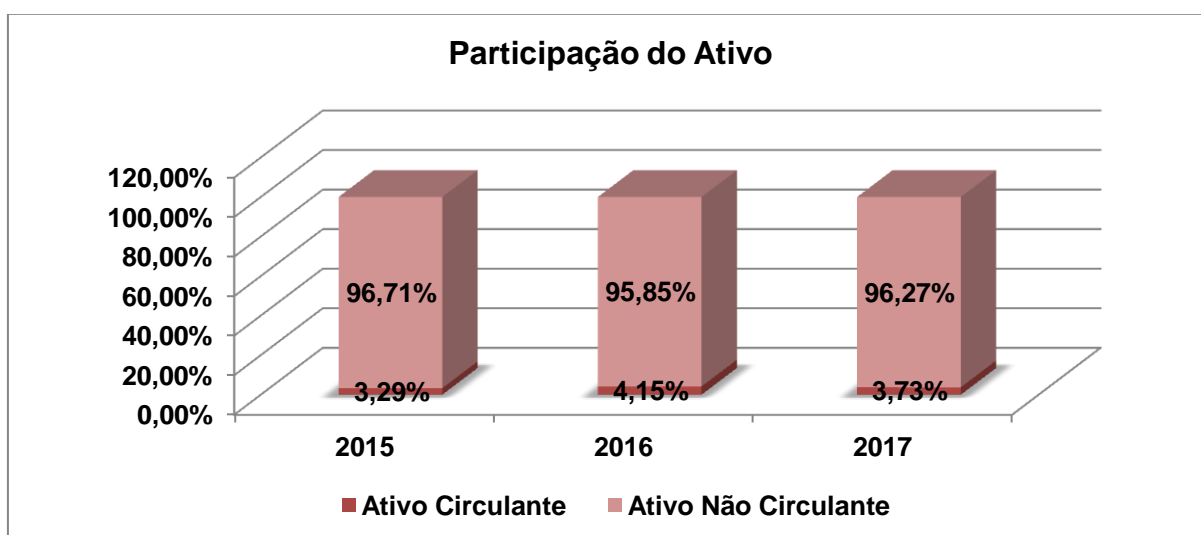
#### **5.1.1.1.6 Análise vertical dos balanços patrimoniais do IFSul**

O ativo circulante resultou em R\$ 8.532.733,11 no ano de 2015, R\$ 10.476.829,78 no ano de 2016 e R\$ 9.688.623,32 no ano de 2017. Analisando todos os períodos, ficou evidente que o grupo Demais créditos e valores a curto prazo apresentou maior participação, no que diz respeito ao ativo circulante,

representando 1,95% em 2015, 2,48% em 2016 e 2,12% em 2017, em relação ao ativo total. Esse grupo corresponde aos valores de adiantamentos de 13º salário e férias, créditos a receber por cessão de pessoal, tributos a compensar, entre outros.

Já o ativo não circulante totalizou R\$ 250.815.122,56 no ano de 2015, R\$ 241.807.732,36 no ano de 2016 e R\$ 249.839.408,06 no ano de 2017. O Imobilizado representou 95,90% em 2015, 95,31% em 2016 e 96,04% em 2017, no total do ativo. O Gráfico 5 ilustra a participação do ativo circulante e do ativo não circulante do IFSul.

Gráfico 5 – Participação do ativo circulante e ativo não circulante do IFSul



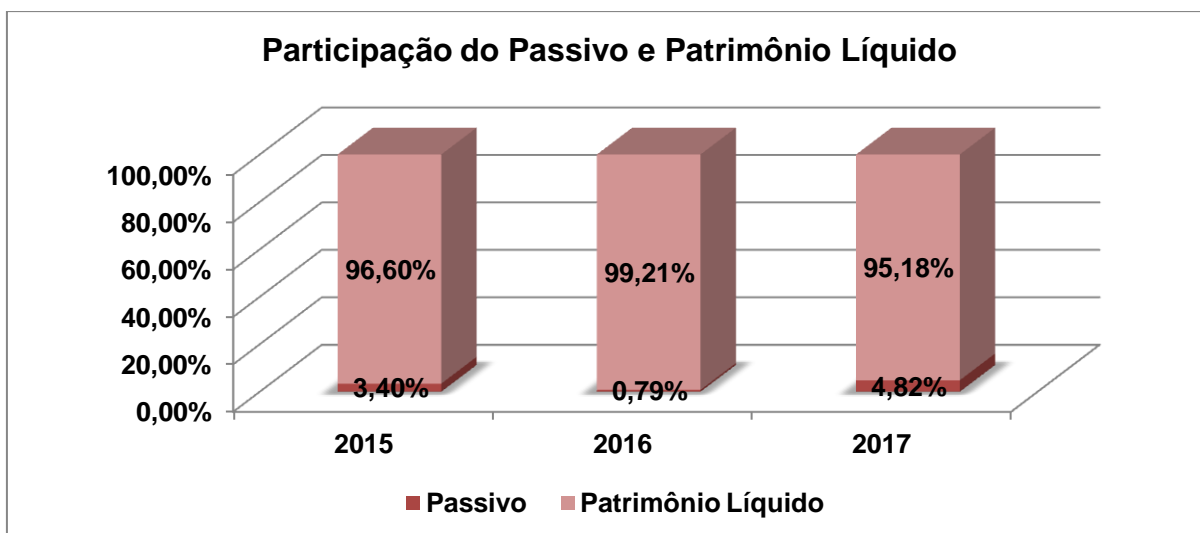
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Observa-se no Gráfico 5 que o ativo circulante participa em 3,29% e o ativo não circulante 96,71%, no ano de 2015, 4,15% e 95,85% no ano de 2016 e 3,73% e 96,27% no ano de 2017, respectivamente. Observa-se que o ativo não circulante apresenta maior participação que o ativo circulante, nos três períodos analisados.

No passivo circulante, nos anos de 2015 e 2016, o grupo Fornecedores e contas a pagar a curto prazo obteve maior participação. Já no ano de 2017, o destaque foi o grupo Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo. No patrimônio líquido, o grupo Resultados acumulados, representou 96,59% no ano de 2015, 99,20% no ano de 2016 e 95,17% no ano de 2017, no total do passivo mais o patrimônio líquido.

O Gráfico 6 apresenta a participação do passivo e patrimônio líquido do IFSul.

Gráfico 6 – Participação do passivo e patrimônio líquido do IFSul



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O passivo circulante resultou em R\$ 8.818.505,06 no ano de 2015, R\$ 1.986.272,56 no ano de 2016 e R\$ 12.514.967,19 no ano de 2017. Conforme o Gráfico 6, o passivo participa em 3,40% no ano de 2015, 0,79% no ano de 2016 e 4,82% no ano de 2017. A entidade não apresentou obrigações no longo prazo.

O patrimônio líquido apresentou saldo de R\$ 250.529.350,61 no ano de 2015, R\$ 250.298.289,58 no ano de 2016 e R\$ 247.013.064,19 no ano de 2017, representando 96,60% no ano de 2015, 99,21% no ano de 2016 e 95,18% no ano de 2017, no somatório do passivo mais o patrimônio líquido.

Depois de apresentar os resultados das análises horizontal e vertical aplicadas nos balanços patrimoniais dos IFs, cabe agora demonstrar os resultados das análises aplicadas nas demonstrações das variações patrimoniais.

#### **5.1.1.2 Análise horizontal e vertical das demonstrações das variações patrimoniais dos Institutos Federais**

Nas entidades privadas, geralmente, são aplicadas as técnicas de análise horizontal e vertical nos balanços patrimoniais e na demonstração dos resultados do exercício. Nesta pesquisa, as análises horizontal e vertical são aplicadas nos balanços patrimoniais e na demonstração das variações patrimoniais, partindo do pressuposto que a DVP possui desempenho semelhante a DRE, evidenciando se a

entidade apresentou *superávit* ou *déficit* no período (MCASP, 2017).

É importante salientar que nos cálculos da análise vertical da DVP considerou-se o somatório das variações patrimoniais aumentativas e das variações patrimoniais diminutivas como base 100%. A partir do total deste grupo, os demais índices percentuais foram calculados.

A seguir são apresentados nas Tabelas 4, 5 e 6 os resultados obtidos por meio da aplicação das técnicas de análise horizontal e vertical nas DVPs dos Institutos Federais, nos períodos compreendidos entre os anos de 2015 e 2017. A Tabela 4 refere-se aos resultados das análises horizontal e vertical das DVPs do IFFar; na Tabela 5 estão evidenciados os resultados das análises horizontal e vertical das DVPs do IFRS e a Tabela 6, por sua vez, apresenta os resultados das análises horizontal e vertical das DVPs do IFSul.

Tabela 4 - Análises horizontal e vertical das DVPs do IFFar, nos anos de 2015 a 2017

|   | 2015                  | 2016                  | 2017                  | Análise horizontal |                | Análise vertical |                |                |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|
|   |                       |                       |                       | 2015/2016          | 2015/2017      | 2015             | 2016           | 2017           |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>                  | <b>309.655.252,54</b> | <b>421.015.670,06</b> | <b>529.063.115,52</b> | <b>35,96%</b>      | <b>70,86%</b>  | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos             | 723.720,00            | 1.233.879,00          | 529.595,00            | 70,49%             | -26,82%        | 0,23%            | 0,29%          | 0,10%          |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras             | 195.477,00            | 166.812,00            | 556,00                | -14,66%            | -99,72%        | 0,06%            | 0,04%          | 0,00%          |
| Transferências e Delegações Recebidas                       | 269.451.323,00        | 319.507.946,00        | 332.762.300,00        | 18,58%             | 23,50%         | 87,02%           | 75,89%         | 62,90%         |
| Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos | 39.218.958,00         | 100.056.924,00        | 195.656.835,00        | 155,12%            | 398,88%        | 12,67%           | 23,77%         | 36,98%         |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas                  | 65.774,49             | 50.108,76             | 113.829,02            | -23,82%            | 73,06%         | 0,02%            | 0,01%          | 0,02%          |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>                   | <b>306.496.786,54</b> | <b>370.859.045,19</b> | <b>510.756.933,42</b> | <b>21,00%</b>      | <b>66,64%</b>  | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| Pessoal e Encargos  | 153.943.812,00        | 183.006.028,00        | 217.542.951,68        | 18,88%             | 41,31%         | 50,23%           | 49,35%         | 42,59%         |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais                  | 5.666.613,00          | 8.524.079,00          | 11.799.107,00         | 50,43%             | 108,22%        | 1,85%            | 2,30%          | 2,31%          |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo             | 43.376.873,00         | 48.084.428,00         | 45.578.832,00         | 10,85%             | 5,08%          | 14,15%           | 12,97%         | 8,92%          |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras              | 16.217,00             | 15.860,00             | 8.068,00              | -2,20%             | -50,25%        | 0,01%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Transferências e Delegações Concedidas                      | 50.986.368,00         | 61.249.604,00         | 45.952.115,00         | 20,13%             | -9,87%         | 16,64%           | 16,52%         | 9,00%          |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 45.557.033,00         | 63.666.681,00         | 184.508.411,00        | 39,75%             | 305,01%        | 14,86%           | 17,17%         | 36,12%         |
| Tributárias   | 111.285,00            | 177.980,00            | 178.744,00            | 59,93%             | 60,62%         | 0,04%            | 0,05%          | 0,03%          |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas                   | 6.838.585,00          | 6.134.385,00          | 5.188.705,00          | -10,30%            | -24,13%        | 2,23%            | 1,65%          | 1,02%          |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>                     | <b>3.158.466,00</b>   | <b>50.156.624,87</b>  | <b>18.306.182,10</b>  | <b>1488,01%</b>    | <b>479,59%</b> | <b>-</b>         | <b>-</b>       | <b>-</b>       |

Fonte: Adaptado pela autora, conforme Mauss (2012), com base nas Demonstrações das Variações Patrimoniais extraídas do SIAFI (2015 a 2017).

Tabela 5 – Análises horizontal e vertical das DVPs do IFRS, nos anos de 2015 a 2017

|   | 2015                  | 2016                  | 2017                  | Análise horizontal |               | Análise vertical |                |                |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|---------------|------------------|----------------|----------------|
|   |                       |                       |                       | 2015/2016          | 2015/2017     | 2015             | 2016           | 2017           |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>                  | <b>393.968.218,69</b> | <b>421.733.517,17</b> | <b>500.955.541,88</b> | <b>7,05%</b>       | <b>27,16%</b> | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos             | 880.525,73            | 1.174.953,00          | 1.812.419,53          | 33,44%             | 105,83%       | 0,22%            | 0,28%          | 0,36%          |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras             | 5.638,18              | 2.302,62              | 4.299,62              | -59,16%            | -23,74%       | 0,00%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Transferências e Delegações Recebidas                       | 370.328.741,38        | 410.458.270,67        | 461.501.556,00        | 10,84%             | 24,62%        | 94,00%           | 97,33%         | 92,12%         |
| Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos | 22.568.877,27         | 9.902.605,45          | 37.411.214,10         | -56,12%            | 65,76%        | 5,73%            | 2,35%          | 7,47%          |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas                  | 184.436,13            | 195.385,43            | 226.052,63            | 5,94%              | 22,56%        | 0,05%            | 0,05%          | 0,05%          |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>                   | <b>381.495.284,13</b> | <b>400.689.942,55</b> | <b>489.302.434,08</b> | <b>5,03%</b>       | <b>28,26%</b> | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| Pessoal e Encargos  | 211.198.130,64        | 247.817.738,91        | 306.128.527,11        | 17,34%             | 44,95%        | 55,36%           | 61,85%         | 62,56%         |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais                  | 21.358.909,03         | 24.117.424,64         | 27.877.153,78         | 12,92%             | 30,52%        | 5,60%            | 6,02%          | 5,70%          |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo             | 44.894.074,96         | 46.824.473,48         | 55.511.896,84         | 4,30%              | 23,65%        | 11,77%           | 11,69%         | 11,35%         |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras              | 12.312,68             | 18.429,88             | 21.286,71             | 49,68%             | 72,88%        | 0,00%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Transferências e Delegações Concedidas                      | 59.668.240,40         | 60.771.784,88         | 61.036.503,94         | 1,85%              | 2,29%         | 15,64%           | 15,17%         | 12,47%         |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 31.885.574,50         | 9.292.224,59          | 27.087.238,74         | -70,86%            | -15,05%       | 8,36%            | 2,32%          | 5,54%          |
| Tributárias   | 106.775,88            | 40.015,21             | 70.297,20             | -62,52%            | -34,16%       | 0,03%            | 0,01%          | 0,01%          |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas                   | 12.371.266,04         | 11.807.850,96         | 11.569.529,76         | -4,55%             | -6,48%        | 3,24%            | 2,95%          | 2,36%          |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>                     | <b>12.472.934,56</b>  | <b>21.043.574,62</b>  | <b>11.653.107,80</b>  | <b>68,71%</b>      | <b>-6,57%</b> | <b>-</b>         | <b>-</b>       | <b>-</b>       |

Fonte: Adaptado pela autora, conforme Mauss (2012), com base nas Demonstrações das Variações Patrimoniais extraídas do SIAFI (2015 a 2017).

Tabela 6 – Análises horizontal e vertical das DVPs do IFSul, nos anos de 2015 a 2017

|   | 2015                  | 2016                  | 2017                  | Análise horizontal |                | Análise vertical |                |                |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|
|   |                       |                       |                       | 2015/2016          | 2015/2017      | 2015             | 2016           | 2017           |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>                  | <b>486.712.941,88</b> | <b>443.064.163,75</b> | <b>465.987.178,39</b> | <b>-8,97%</b>      | <b>-4,26%</b>  | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| Contribuições   | 0,00                  | 0,00                  | 96,23                 | 0,00%              | 100,00%        | 0,00%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos             | 919.513,44            | 567.484,25            | 746.197,62            | -38,28%            | -18,85%        | 0,19%            | 0,13%          | 0,16%          |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras             | 7.620,23              | 378,62                | 6,29                  | -95,03%            | -99,92%        | 0,00%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Transferências e Delegações Recebidas                       | 396.289.927,87        | 437.953.170,10        | 455.648.653,96        | 10,51%             | 14,98%         | 81,42%           | 98,85%         | 97,78%         |
| Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos | 89.365.293,00         | 4.360.407,85          | 9.484.315,04          | -95,12%            | -89,39%        | 18,36%           | 0,98%          | 2,04%          |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas                  | 130.587,34            | 182.722,93            | 107.909,25            | 39,92%             | -17,37%        | 0,03%            | 0,04%          | 0,02%          |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>                   | <b>404.416.790,89</b> | <b>435.242.591,79</b> | <b>464.061.108,73</b> | <b>7,62%</b>       | <b>14,75%</b>  | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |
| Pessoal e Encargos  | 228.854.888,05        | 259.094.608,15        | 299.061.148,23        | 13,21%             | 30,68%         | 56,59%           | 59,53%         | 64,44%         |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais                  | 39.793.979,76         | 43.577.502,63         | 56.040.914,26         | 9,51%              | 40,83%         | 9,84%            | 10,01%         | 12,08%         |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo             | 43.451.603,12         | 61.571.123,36         | 50.119.001,64         | 41,70%             | 15,34%         | 10,74%           | 14,15%         | 10,80%         |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras              | 27.222,74             | 16.584,53             | 19.969,77             | -39,08%            | -26,64%        | 0,01%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Transferências e Delegações Concedidas                      | 56.785.751,43         | 58.967.233,89         | 47.275.673,02         | 3,84%              | -16,75%        | 14,04%           | 13,55%         | 10,19%         |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 26.597.262,51         | 3.224.414,11          | 2.395.569,31          | -87,88%            | -90,99%        | 6,58%            | 0,74%          | 0,52%          |
| Tributárias   | 15.277,41             | 15.911,60             | 16.767,76             | 4,15%              | 9,76%          | 0,00%            | 0,00%          | 0,00%          |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas                   | 8.890.805,87          | 8.775.213,52          | 9.132.064,74          | -1,30%             | 2,71%          | 2,20%            | 2,02%          | 1,97%          |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>                     | <b>82.296.150,99</b>  | <b>7.821.571,96</b>   | <b>1.926.069,66</b>   | <b>-90,50%</b>     | <b>-97,66%</b> | <b>-</b>         | <b>-</b>       | <b>-</b>       |

Fonte: Adaptado pela autora, conforme Mauss (2012), com base nas Demonstrações das Variações Patrimoniais extraídas do SIAFI (2015 a 2017).



#### **5.1.1.2.1 Análise horizontal das demonstrações das variações patrimoniais do IFFar**

As variações patrimoniais aumentativas totalizaram R\$ 309.655.252,54 no ano de 2015, R\$ 421.015.670,06 no ano de 2016 e R\$ 529.063.115,52 no ano de 2017. Nota-se aumento de 35,96% do ano de 2015 para o ano de 2016 e 70,86% do ano de 2015 para o ano de 2017. Destaca-se o grupo Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos, com variação de 398,88% do ano de 2017 em relação ao período inicial, considerando que no ano de 2017 houve reavaliação de alguns bens móveis e imóveis da instituição.

A Exploração e venda de bens, serviços e direitos aumentou em 70,49%, do ano de 2015 para o ano de 2016. No grupo está registrada a cessão do espaço físico da instituição. Nota-se também que o grupo Variações patrimoniais aumentativas financeiras reduziu em 14,66% do ano de 2015 para o ano de 2016 e 99,72% do ano de 2015 para o ano de 2017. Neste grupo são contabilizados juros e mora, e, remunerações de depósitos bancários e aplicações financeiras.

As variações patrimoniais diminutivas apresentaram resultado de R\$ 306.496.786,54 no ano de 2015, R\$ 370.859.045,19 no ano de 2016 e R\$ 510.756.933,42 no ano de 2017. Percebe-se aumento de 21% do ano de 2015 para o ano de 2016 e 66,64% do ano de 2015 para o ano de 2017. Há destaque para o grupo Benefícios previdenciários e assistências que aumentou 108,22% ao longo do período.

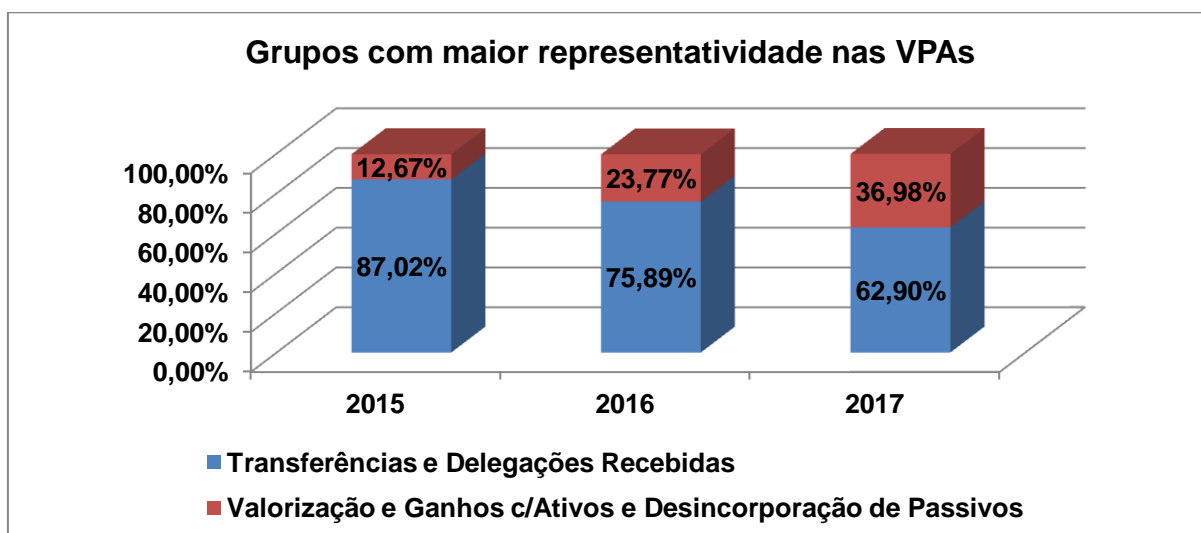
Com a reavaliação de alguns bens móveis e imóveis, houve também aumento nas variações patrimoniais diminutivas, e o grupo Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos, aumentou em 305,01%, do ano de 2015 para o ano de 2017. Verifica-se em todos os períodos analisados, que as variações patrimoniais aumentativas são maiores que as variações patrimoniais diminutivas, apresentando resultado patrimonial de R\$ 3.158.466,00 em 2015, R\$ 50.156.624,87 em 2016 e R\$ 18.306.182,10 em 2017.

### 5.1.1.2.2 Análise vertical das demonstrações das variações patrimoniais do IFFar

Na análise vertical das variações patrimoniais aumentativas do IFFar, nota-se que as Transferências e delegações recebidas correspondem a 87,02%, 75,89% e 62,90%, nos anos de 2015, 2016 e 2017, respectivamente, do total das VPAs. Este grupo representa mais de 50% das VPAs do IFFar, e dentre as contas, estão registradas as transferências intragovernamentais, que corresponde aos recursos recebidos do orçamento da União.

No Gráfico 7 está ilustrada a participação dos grupos com maior representatividade nas variações patrimoniais aumentativas do IFFar.

Gráfico 7 – Grupos com maior representatividade nas VPAs do IFFar

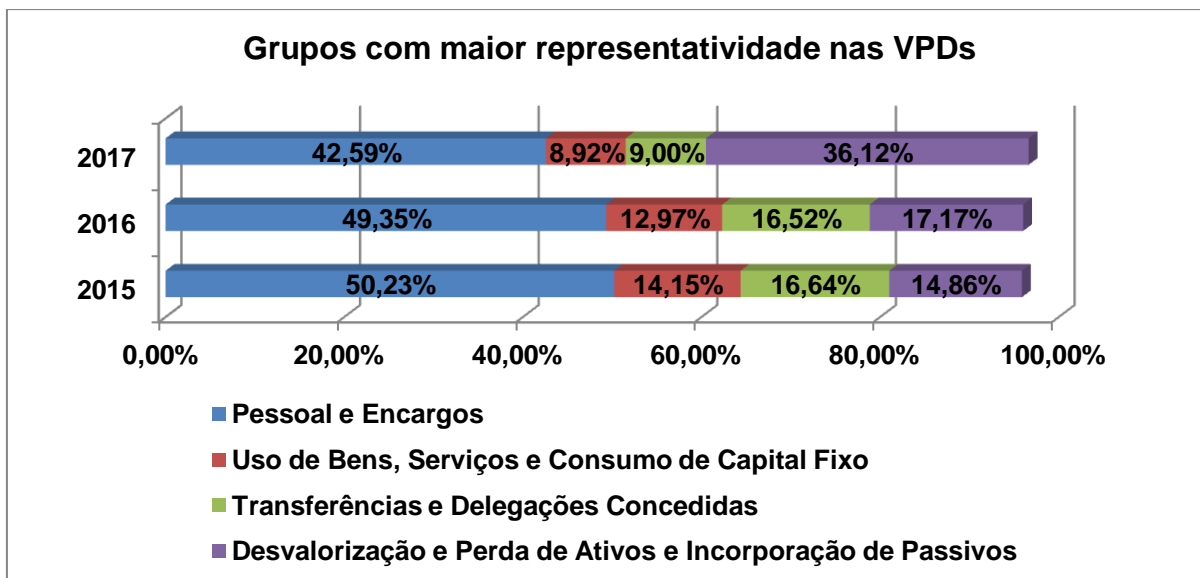


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Nota-se no Gráfico 7 que o grupo Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos aumentou a representatividade no total das variações patrimoniais aumentativas, do ano de 2015 para o ano de 2017. As reavaliações dos bens imóveis e aquisições dos bens móveis, resultou em aumento do grupo, representando 36,98% do total das variações patrimoniais aumentativas, no ano de 2017. As demais contas do grupo tiveram menor participação e por isso não estão apresentadas no gráfico.

O Gráfico 8 demonstra a participação dos grupos com maior representatividade nas variações patrimoniais diminutivas do IFFar.

Gráfico 8 – Grupos com maior representatividade nas VPDs do IFFar



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

De acordo com o Gráfico 8 os grupos com maior representatividade são: Pessoal e encargos; Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo; Transferências e delegações concedidas e Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos. Nota-se que os gastos com pessoal e encargos possuem maior representatividade. No ano de 2015 apresentou 50,23%, no ano de 2016 49,35% e no ano de 2017 resultou em 42,59%, no total das VPDs.

O grupo Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo refere-se aos materiais de consumo, aos serviços executados e aos valores referentes a depreciação, amortização e exaustão, e, participa com 14,15% em 2015, 12,97% em 2016 e 8,92% em 2017, no total das VPDs. Enquanto que as Transferências e delegações concedidas representam 16,64%, 16,52% e 9%, nos anos de 2015, 2016 e 2017, respectivamente, no total do grupo.

Com a reavaliação dos bens móveis e imóveis da entidade, o grupo Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos passou de R\$ 63.666.681,00 no ano de 2016 para R\$ 184.508.411,00 no ano de 2017. Em 2016 o grupo participava com 17,17% e em 2017 representava 36,12% do total das variações patrimoniais diminutivas.

Na sequência, aplicam-se as análises horizontal e vertical nas demonstrações das variações patrimoniais do IFRS.

### **5.1.1.2.3 Análise horizontal das demonstrações das variações patrimoniais do IFRS**

As variações patrimoniais aumentativas resultaram em acréscimo de 7,05% do ano de 2015 para o ano de 2016 e 27,16% do ano de 2015 para o ano de 2017. Destacam-se os grupos Exploração e venda de bens, serviços e direitos; Variações patrimoniais aumentativas financeiras e Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos.

O grupo Exploração e venda de bens, serviços e direitos apresentou aumento de 33,44% do ano de 2015 para o ano de 2016 e 105,83% do ano de 2017, em relação ao período inicial. Conforme o Relatório de Gestão do IFRS, no grupo estão registrados os ganhos decorrentes de alienações de bens, direitos e prestação de serviços, como os aluguéis recebidos da concessão do espaço para a cantina e também os valores relativos às inscrições em concursos e processos seletivos.

As Variações patrimoniais aumentativas financeiras reduziram em 59,16% do ano de 2015 para o ano de 2016, resultando em decréscimo de 23,74% do ano de 2015 para o ano de 2017. Já o grupo Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos reduziu 56,12% do ano de 2015 para o ano de 2016 e aumentou em 65,76% do ano de 2015 para o ano de 2017. No ano de 2017, o IFRS regularizou a incorporação da sede do Câmpus Porto Alegre, apresentando ganho na incorporação do ativo.

As variações patrimoniais diminutivas totalizaram em R\$ 381.495.284,13 em 2015, R\$ 400.689.942,55 em 2016 e R\$ 489.302.434,08 em 2017. Nota-se aumento de 5,03% do ano de 2015 para o ano de 2016 e 28,26% do ano de 2015 para o ano de 2017. Destacam-se os grupos Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos que diminuiu em 70,86% do ano de 2015 ao ano de 2016 e 15,05% do ano de 2015 ao ano de 2017, e as contas Tributárias que reduziram em 62,52% do ano de 2015 ao ano de 2016 e 34,16%, do ano de 2015 ao ano de 2017.

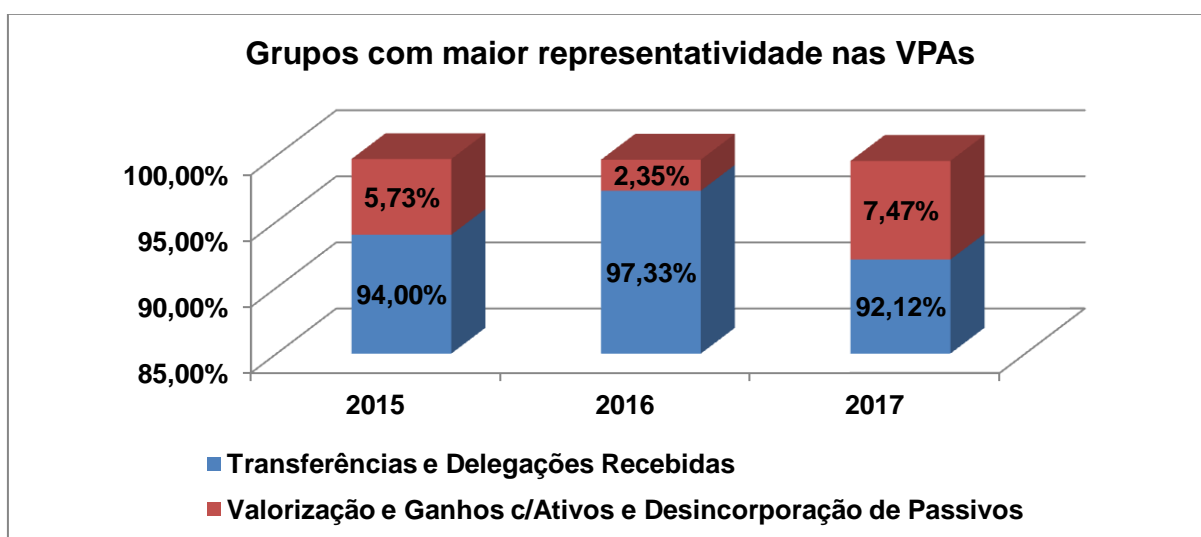
Em todos os períodos analisados as variações patrimoniais aumentativas são superiores as variações patrimoniais diminutivas apresentando resultado patrimonial de R\$ 12.472.934,56 em 2015, R\$ 21.043.574,62 em 2016 e R\$ 11.653.107,80 em 2017.

#### 5.1.1.2.4 Análise vertical das demonstrações das variações patrimoniais do IFRS

As variações patrimoniais aumentativas totalizaram em R\$ 393.968.218,69 em 2015, R\$ 421.733.517,17 em 2016 e R\$ 500.955.541,88 em 2017. Destacam-se os grupos Transferências e delegações recebidas e Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos.

O Gráfico 9 demonstra a participação dos grupos com maior representatividade nas variações patrimoniais aumentativas do IFRS.

Gráfico 9 – Grupos com maior representatividade nas VPAs do IFRS

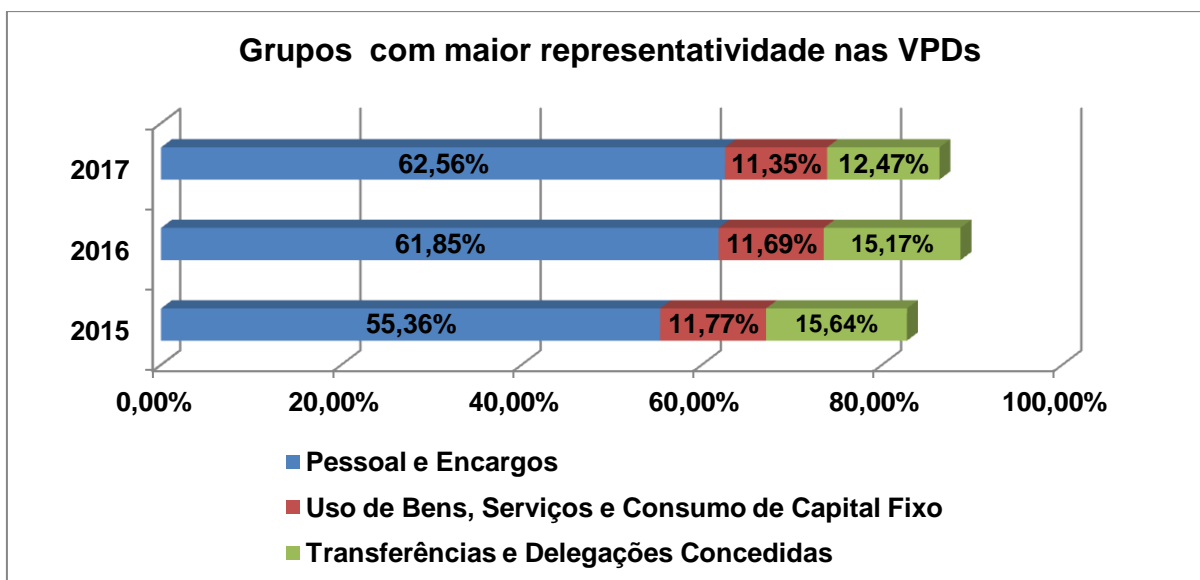


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Diante do exposto no Gráfico 9, nota-se que as Transferências e delegações recebidas correspondem a maior parte dos ingressos de recursos, em todos os anos analisados. Neste grupo, estão presentes as transferências intragovernamentais recebidas do orçamento do governo federal, participando com 94%, 97,33% e 92,12%, nos anos de 2015, 2016 e 2017, respectivamente, no total das VPAs. Já o grupo Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos, corresponde ao segundo grupo com maior representatividade. O IFRS regularizou a incorporação da sede do Campus Porto Alegre, apresentando ganho na incorporação do ativo, conforme consta no Relatório de Gestão.

No Gráfico 10 estão apresentados os grupos com maior representatividade nas variações patrimoniais diminutivas do IFRS.

Gráfico 10 – Grupos com maior representatividade nas VPDs do IFRS



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No Gráfico 10 pode-se perceber que os grupo Pessoal e encargos; Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo e as Transferências e delegações concedidas possuem maior representatividade nas variações patrimoniais diminutivas. Analisando os gastos com pessoal e encargos, ficou evidente que o grupo participa com mais de 55% do total das VPDs, entretanto, no Relatório de Gestão de 2017, o IFRS efetuou pagamentos de salários, encargos sociais e benefícios de empregados cedidos. Deve-se também às contratações de pessoal e ao crescimento vegetativo da folha de pagamento.

Na sequência, aplica-se as análises horizontal e vertical nas demonstrações das variações patrimoniais do IFSul.

#### 5.1.1.2.5 Análise horizontal das demonstrações das variações patrimoniais do IFSul

Nas variações patrimoniais aumentativas nota-se redução de 8,97% do ano de 2015 para o ano de 2016 e 4,26% do ano de 2015 para o ano de 2017. O grupo Valorização e ganhos com ativo e desincorporação de passivos teve variação monetária negativa de 95,12% do ano de 2015 para o ano de 2016 e de 89,39% do ano de 2015 para o ano de 2017. Também destacam-se as Variações patrimoniais aumentativas financeiras, resultando em redução de 95,03%, do ano de 2015 para

o ano de 2016.

As variações patrimoniais diminutivas totalizaram R\$ 404.416.790,89 em 2015, R\$ 435.242.591,79 em 2016 e R\$ 464.061.108,73 em 2017. Apresentando aumento de 7,62% do ano de 2015 para o ano de 2016 e acréscimo de 14,75% do ano de 2015 para o ano de 2017. Há destaque para o grupo Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos, com redução de 87,88% do ano de 2015 para o ano de 2016 e decréscimo de 90,99% do ano de 2015 para o ano de 2017.

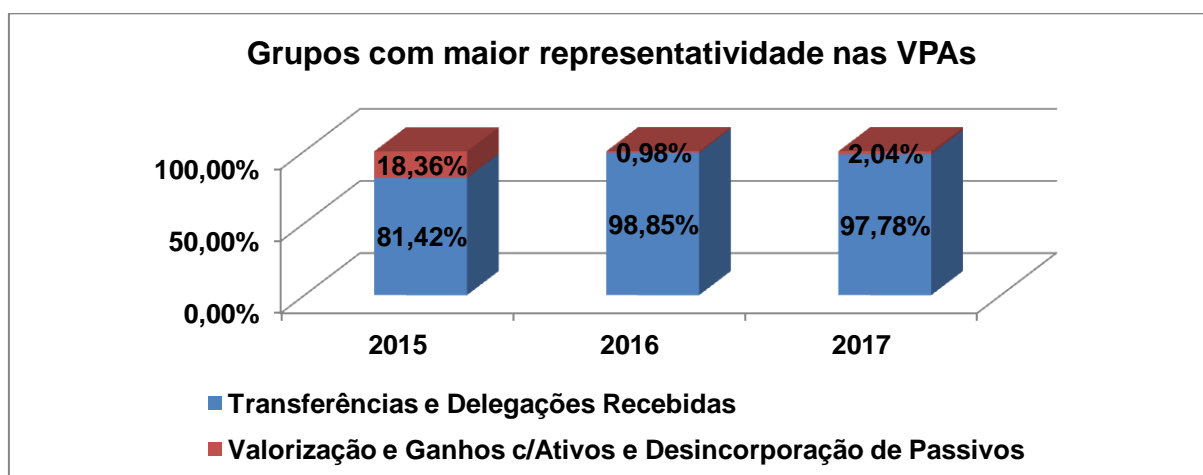
Nota-se que em todos os períodos analisados, as variações aumentativas são superiores às variações patrimoniais diminutivas. O resultado patrimonial foi de R\$ 82.296.150,99 em 2015, R\$ 7.821.571,96 em 2016 e R\$ 1.926.069,66 em 2017.

#### 5.1.1.2.6 Análise vertical das demonstrações das variações patrimoniais do IFSul

As variações patrimoniais aumentativas totalizaram R\$ 486.712.941,88 em 2015, R\$ 443.064.163,75 em 2016 e R\$ 465.987.178,39 em 2017. As Transferências e delegações recebidas e a Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos possuem maior representatividade nas VPAs.

O Gráfico 11 apresenta os grupos com maior representatividade nas variações patrimoniais aumentativas do IFSul.

Gráfico 11 – Grupos com maior representatividade nas VPAs do IFSul

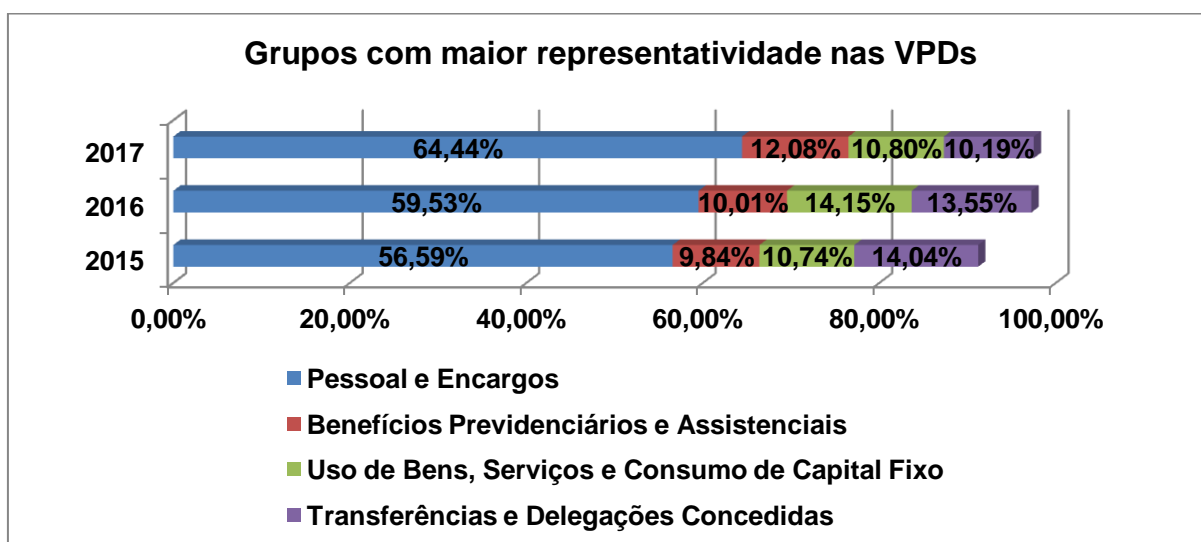


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No Gráfico 11 estão ilustrados os grupos com maior representatividade nas variações patrimoniais aumentativas. Há destaque para as Transferências e delegações recebidas que correspondem no total das VPAs 81,42%, 98,85% e 97,78%, nos anos de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. Dentro do grupo das Transferências e delegações recebidas estão as transferências intragovernamentais que representam os recursos financeiros recebidos da União para a execução orçamentária. O grupo Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos representou 18,36% em 2015, 0,98% em 2016 e 2,04% em 2017, do total das VPAs.

O Gráfico 12 evidencia os grupos com maior representatividade nas variações patrimoniais diminutivas do IFSul.

Gráfico 12 – Grupos com maior representatividade nas VPDs do IFSul



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Analisando no Gráfico 12 os grupos com maior representatividade nas variações patrimoniais diminutivas, ficou evidente que os gastos com Pessoal e encargos possuem maior participação, em todos os períodos analisados, representando 56,59%, 59,53% e 64,44% nos anos de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. Neste grupo são contabilizadas as despesas de remuneração de pessoal, encargos patronais, benefícios e outras variações patrimoniais diminutivas relacionadas ao pessoal e encargos. Já no grupo Benefícios previdenciários e assistenciais estão registrados os valores relativos às aposentadorias e pensões, e corresponde a 9,84% em 2015, 10,01% em 2016 e 12,08% em 2017, no total das VPDs.



Após discorrer sobre a análise vertical das demonstrações das variações patrimoniais dos Institutos Federais, com sede no estado do Rio Grande do Sul, cabe agora apresentar a análise dos indicadores econômico-financeiros.

## **5.2 Análise dos indicadores econômico-financeiros**

A análise por indicadores tem por “objetivo buscar elementos que deem maior clareza à análise ou mesmo indiquem constatações do desempenho econômico-financeiro da entidade” (PADOVEZE; BENEDICTO, 2011, p. 147).

Na análise dos indicadores econômico-financeiros dos Institutos Federais foram aplicadas as técnicas e os conceitos da obra de Mauss (2012). No entanto, nas fórmulas dos indicadores que compreendiam a receita orçamentária foram também consideradas as Transferências intragovernamentais, classificadas como variação patrimonial ativa e as de Transferências intragovernamentais, consideradas como variação patrimonial diminutiva, tendo em vista, que os recursos recebidos por meio do orçamento federal ingressam como uma variação patrimonial ativa de Transferência intragovernamental e quando devolvidas como uma variação patrimonial diminutiva de Transferência intragovernamental. Do contrário, os resultados seriam equivocados e não estariam demonstrando a realidade. As demais receitas recebidas pelos IFs, como é o caso dos aluguéis recebidos e as multas das bibliotecas são contabilizadas como receitas orçamentárias.

Ressalta-se que nas fórmulas que abrange as despesas foram utilizados os valores das despesas empenhadas. Apenas no indicador da margem bruta orçamentária foram aplicados os valores das despesas liquidadas.

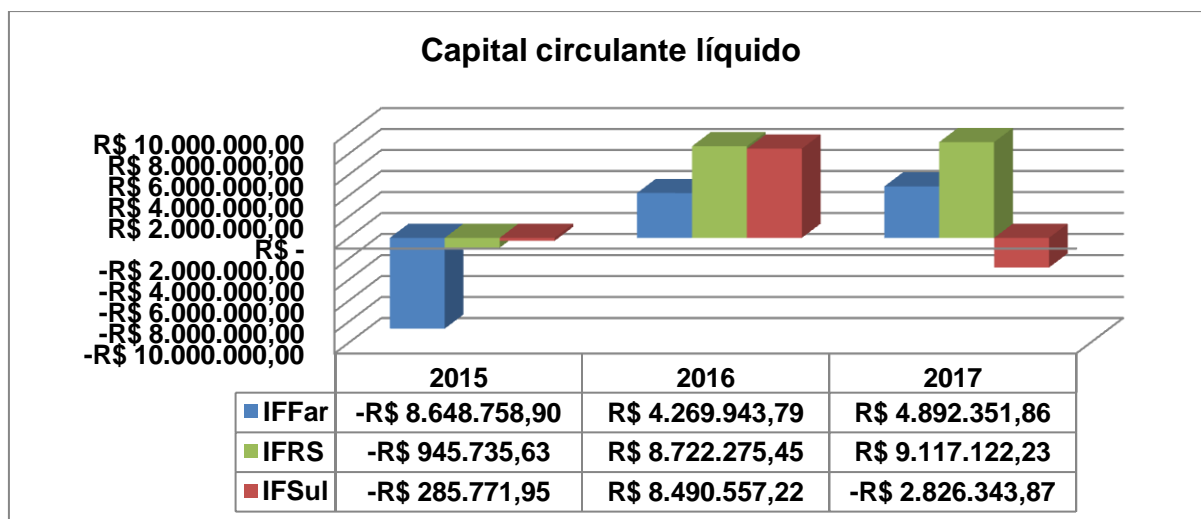
Na sequência apresenta-se os resultados obtidos por meio dos cálculos dos indicadores econômico-financeiros dos grupos de liquidez, atividade, endividamento, resultado e os oriundos das demonstrações contábeis da Lei Federal nº 4.320/1964 (BRASIL, 1964).

### 5.2.1 Indicadores do grupo de liquidez

De acordo com Bruni (2011), os indicadores de liquidez analisam a solvência da entidade, ou seja, a capacidade de honrar as obrigações assumidas. Salienta-se que o recurso financeiro recebido pelos IFs, realizado mediante uma VPA de transferência intragovernamental, é com base no valor liquidado, a partir de uma data de corte definida pela União e não por meio do recurso orçamentário disponibilizado para a execução financeira.

No Gráfico 13 é apresentado o capital circulante líquido dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 13 – Capital circulante líquido



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

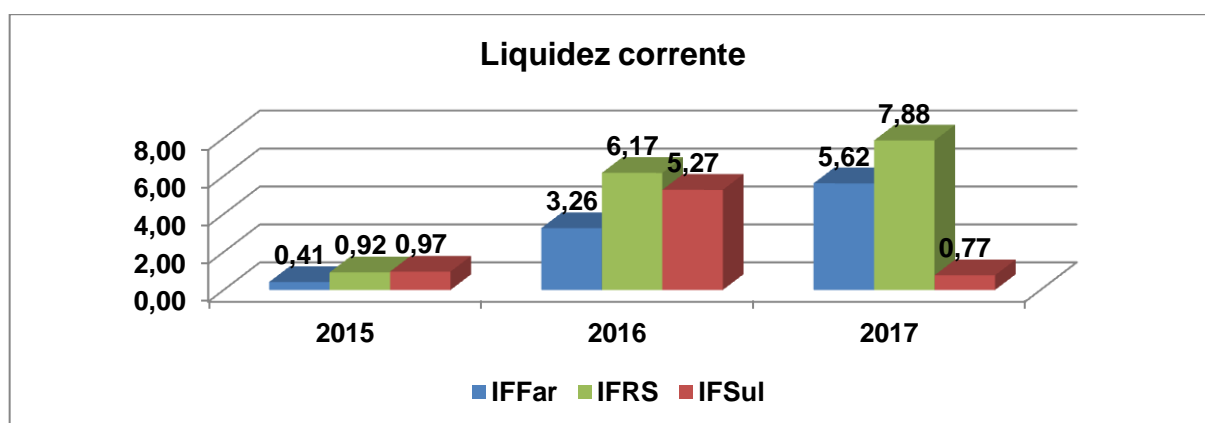
No Gráfico 13 estão dispostos os resultados do capital circulante líquido. Para apurar a sobra financeira, conforme a obra de Mauss (2012), é realizada a subtração do ativo circulante pelos investimentos do RPPS e pelo passivo circulante. Os três IFs não possuem aplicações no RPPS, nesse sentido, são aplicados apenas os valores do ativo circulante e passivo circulante. No ano de 2015, nota-se que os três IFs apresentaram capital circulante líquido negativo, evidenciando que o passivo circulante apresentou valores superiores ao ativo circulante.

No ano de 2016, pode-se verificar que os três IFs tiveram resultados positivos. O IFRS apresentou o melhor resultado, com R\$ 8.722.275,45, seguido do IFSul com R\$ 8.490.557,22 e o IFFar, por sua vez, resultou em R\$ 4.269.943,79. Já no ano de 2017, o IFFar e o IFRS apresentaram valores monetários

positivos, demonstrando sobra financeira. O IFSul apresentou capital circulante líquido negativo, demonstrando que a entidade não possuía recursos financeiros suficientes para quitar as suas obrigações no curto prazo.

No Gráfico 14 é exposto o índice de liquidez corrente dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 14 – Índice de liquidez corrente



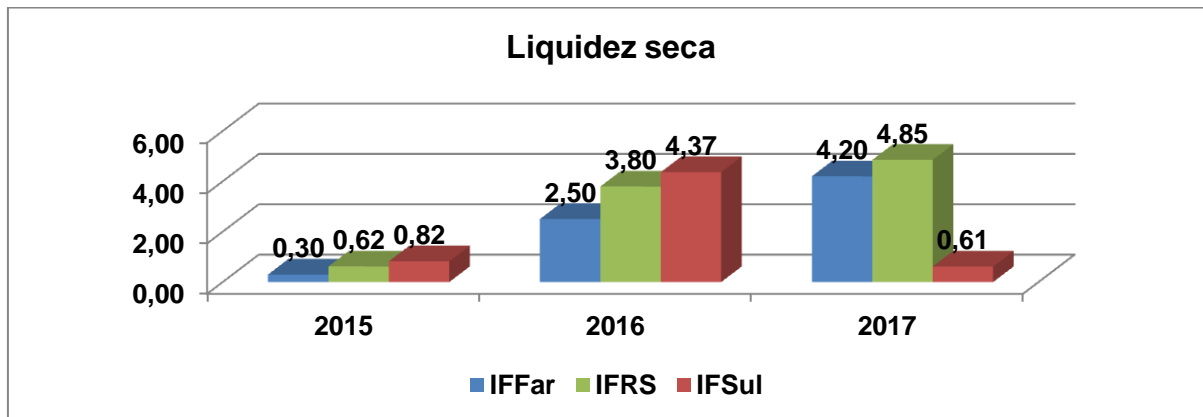
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No Gráfico 14 estão demonstrados os resultados dos cálculos dos índices de liquidez corrente. O índice de liquidez corrente, conforme Assaf Neto (2012), demonstra o quanto existe de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de obrigação a curto prazo. Analisando o ano de 2015, nota-se que os valores apresentados são inferiores a 1,00, evidenciando a falta de recursos financeiros para honrar as dívidas no curto prazo, reflexo do resultado negativo evidenciado no capital circulante líquido.

No ano de 2016, diferentemente do ano anterior, percebe-se que para cada R\$ 1,00 de passivo, o IFFar, o IFRS e o IFSul possuíam de R\$ 3,26, R\$ 6,17 e R\$ 5,27 de ativos, respectivamente, para quitar os seus compromissos. Avaliando o ano de 2017, pode-se observar que o IFSul apresentou o menor resultado, pois possuía apenas R\$ 0,77 para cada R\$ 1,00 de dívida. O IFFar e o IFRS apresentaram recursos de R\$ 5,62 e R\$ 7,88, respectivamente, demonstrando capacidade de honrar as suas dívidas no curto prazo.

No Gráfico 15 é apresentado o índice de liquidez seca dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 15 – Índice de liquidez seca



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

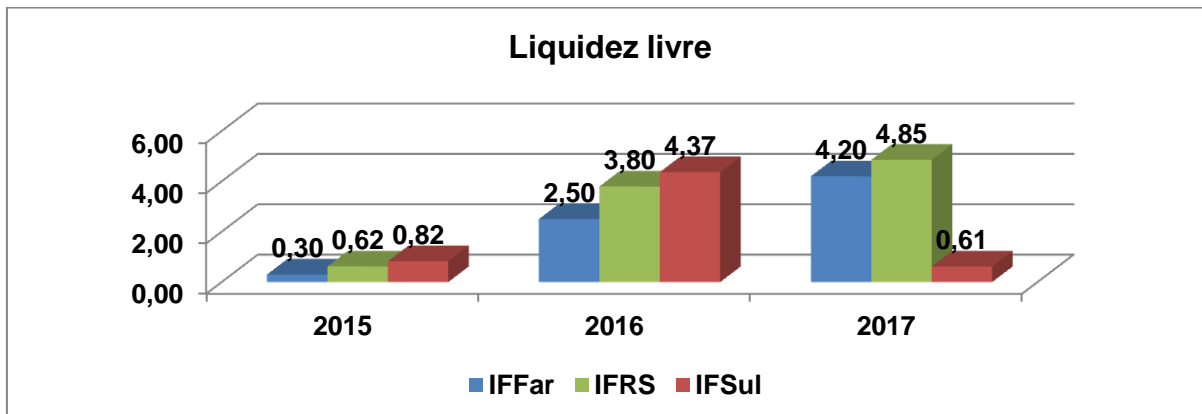
O índice de liquidez seca, de acordo com Bruni (2011), representa o quanto a entidade dispõe a realizar no curto prazo, desconsiderando a venda dos estoques. Para o cálculo desse índice, o estoque é subtraído para avaliar a capacidade da entidade em honrar as suas dívidas, no entanto, nos IFs não ocorre a venda dos estoques, pois estes são utilizados nas atividades institucionais, mas mesmo assim foram considerados na fórmula.

Como pode ser visto no Gráfico 15, no ano de 2015, os resultados foram insuficientes. O IFFar apresentou R\$ 0,30, o IFRS obteve R\$ 0,62 e o IFSul resultou em R\$ 0,82, para cada R\$ 1,00 de obrigações. Analisando o ano de 2016, nota-se um cenário diferente, demonstrando a capacidade das entidades em liquidar as suas dívidas. Da mesma forma que os indicadores de liquidez corrente, os resultados da liquidez seca foram positivos no ano de 2016 e os IFs possuíam mais que R\$ 1,00 para pagar os compromissos no curto prazo, e, apesar de diminuir a capacidade devido a retirada dos valores dos estoques, ainda assim foi suficiente para honrar as obrigações assumidas.

Já no ano de 2017, apenas o IFSul apresentou resultado insuficiente, apresentando R\$ 0,61 para cada R\$ 1,00 de dívida.

No Gráfico 16 é apresentado o índice de liquidez livre dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 16 – Índice de liquidez livre

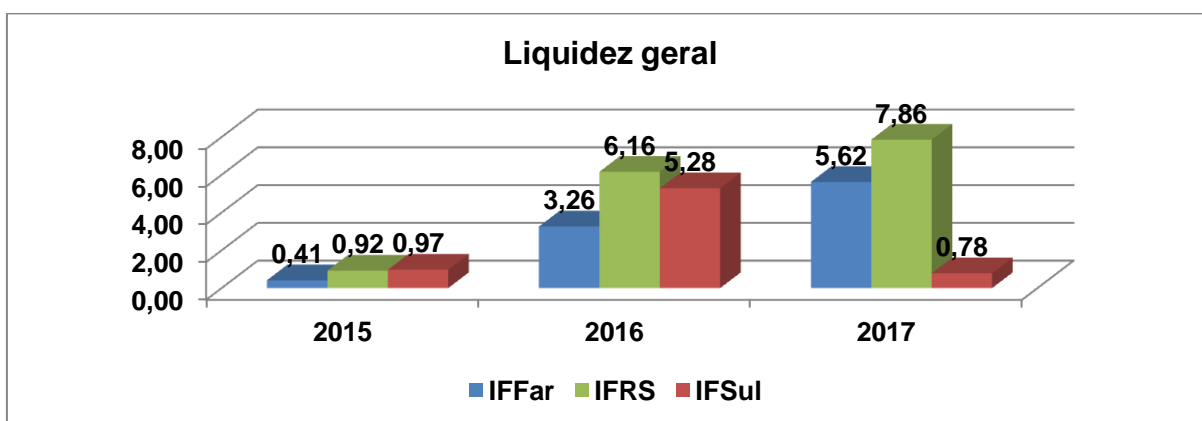


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Observa-se no Gráfico 16 que os índices de liquidez livre apresentaram valores semelhantes aos índices de liquidez seca, tendo em vista, que em ambas fórmulas o estoque é subtraído. No cálculo do índice de liquidez livre, as aplicações do RPPS também são subtraídas, no entanto, os três IFs não possuem valores monetários nessa aplicação, e por esse motivo os resultados apresentados foram os mesmos.

No Gráfico 17 está evidenciado o índice de liquidez geral dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 17 – Índice de liquidez geral



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Já os índices de liquidez geral assemelharam-se aos índices de liquidez corrente, isso decorre pelo fato de que o ativo realizável a longo prazo e o passivo

exigível a longo prazo não possuem valores significativos. O índice de liquidez geral, segundo Assaf Neto (2012), revela a liquidez no curto e a longo prazo, indicando a capacidade da entidade em quitar todos os seus compromissos. Para cada R\$ 1,00 que a entidade possui de dívida, o quanto há de bens e direitos no ativo curto e realizável a longo prazo.

Nota-se que no ano de 2015, o IFSul apresentou o melhor índice, resultando em R\$ 0,97 de ativos para cada R\$ 1,00 de passivos. Nos anos de 2016 e 2017, o IFRS destacou-se, apresentando R\$ 6,16 e R\$ 7,86 de recursos, respectivamente, para honrar as suas obrigações.

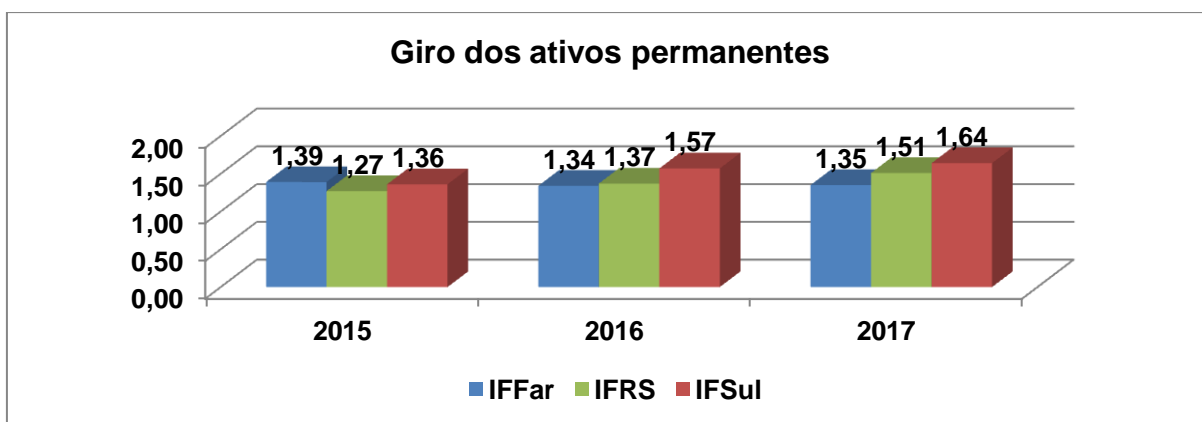
Depois de discorrer sobre os resultados do grupo de liquidez, cabe agora apresentar os resultados dos indicadores pertencentes ao grupo de atividade.

### 5.2.2 Indicadores do grupo de atividade

Os indicadores do grupo de atividade “objetivam medir a eficiência das decisões operacionais, em termos de obtenção e aplicação de recursos nas atividades das entidades do setor público” (MAUSS, 2012, p. 242).

No Gráfico 18 é apresentado o giro dos ativos permanentes dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 18 – Giro dos ativos permanentes



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

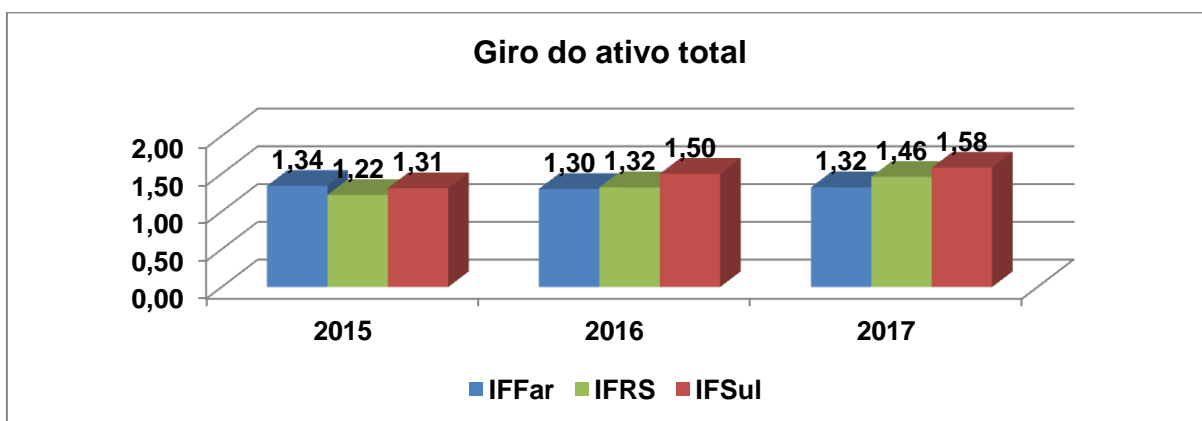
O giro dos ativos permanentes, de acordo com Mauss (2012), demonstra a eficiência das entidades no uso das suas instalações e equipamentos, por meio da

comparação entre as receitas e os ativos não circulantes. Conforme o Gráfico 18, no ano de 2015, o IFFar tinha o melhor índice, demonstrando que a entidade conseguia comprar 1,39 vezes os seus ativos permanentes, por meio do somatório da receita orçamentária e as transferências intragovernamentais. Já nos anos 2016 e o 2017, o IFSul apresentou o melhor resultado, indicando que a entidade conseguia comprar 1,57 vezes os seus ativos permanentes no ano de 2016 e 1,64 vezes, no ano de 2017.

Para o cálculo desse indicador, conforme Mauss (2012), era considerado o somatório do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos, do imobilizado e o intangível, pois até então o realizável a longo prazo era classificado como ativo permanente. No entanto, com as alterações trazidas pelo PCASP, o realizável a longo prazo deixou de ser considerado um ativo permanente e por isso foi excluído do cálculo.

No Gráfico 19 é disposto o giro do ativo total dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 19 – Giro do ativo total



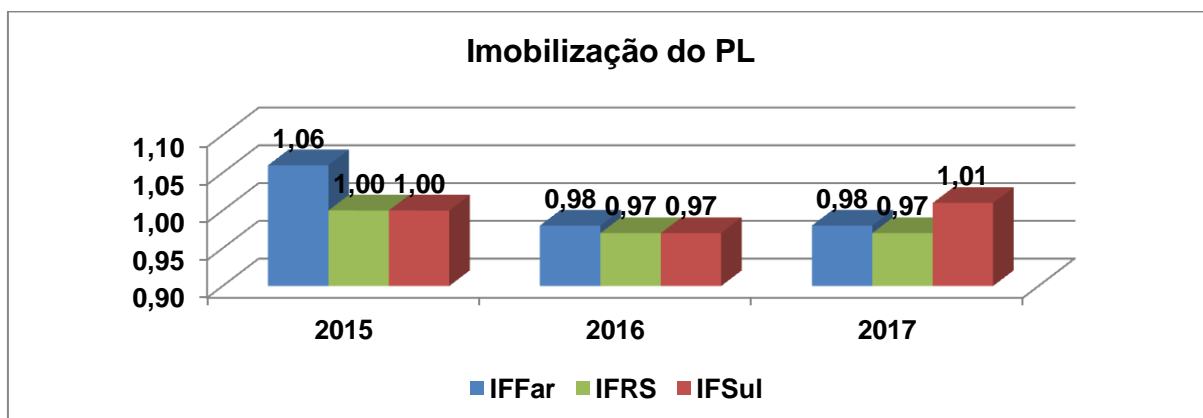
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O giro do ativo total, conforme Mauss (2012), permite analisar quantas vezes a receita orçamentária pode adquirir o ativo total. Nota-se que em 2015 o IFFar apresentou o melhor resultado, indicando que a entidade conseguia comprar 1,34 vezes os seus ativos, por meio do somatório das receitas orçamentárias e os recursos recebidos por transferências intragovernamentais. Nos anos de 2016 e 2017, o IFSul apresentou o melhor resultado, demonstrando capacidade de compra de 1,50 vezes e 1,58 vezes, respectivamente.

Nessa direção, nota-se que o giro total do ativo e o giro dos ativos permanentes apresentaram resultados semelhantes, tendo em vista, que a maior parte dos ativos das entidades é formado pelo somatório dos investimentos, imobilizados e intangíveis, conforme verifica-se nos Gráficos 1, 3 e 5.

No Gráfico 20 é demonstrado o indicador imobilização do patrimônio líquido dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 20 - Imobilização do patrimônio líquido



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O indicador imobilização do patrimônio líquido tem como finalidade apresentar como o patrimônio líquido foi aplicado para financiar os ativos permanentes da entidade (MAUSS, 2012).

No Gráfico 20 percebe-se que no ano de 2015, os três IFs demonstraram que o imobilizado está sendo financiado pelo patrimônio líquido. O IFFar precisou ainda contar com capitais de terceiros, que corresponde aos valores constantes no passivo circulante, tendo em vista, que o seu indicador resultou em 1,06. Já no ano de 2016, o IFFar também apresentou o maior resultado, no entanto, não precisou contar com capitais de terceiros para a aquisição, demonstrando que 98% do seu imobilizado é financiado pelo seu patrimônio líquido.

No ao ano de 2017, o IFSul apresentou resultado 1,01, evidenciando que 1% do imobilizado precisou ser financiado pelos capitais de terceiros.

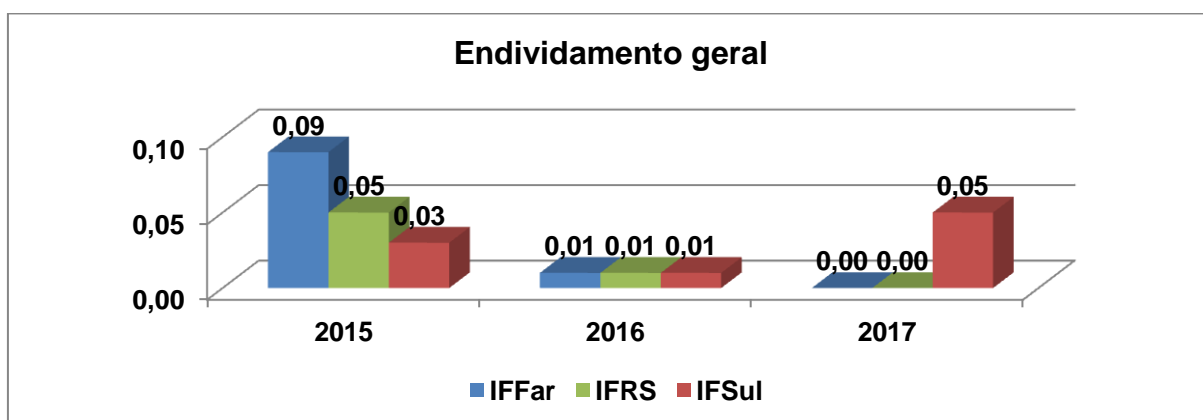
Na sequência são apresentados os resultados dos indicadores do grupo de endividamento.



### 5.2.3 Indicadores do grupo de endividamento

Os indicadores do grupo de endividamento, segundo Bruni (2011), analisam a composição dos financiamentos assumidos pela entidade e a relação entre os capitais próprios e de terceiros, de curto e de longo prazo. No Gráfico 21 é apresentado o indicador de endividamento geral dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 21 – Endividamento geral



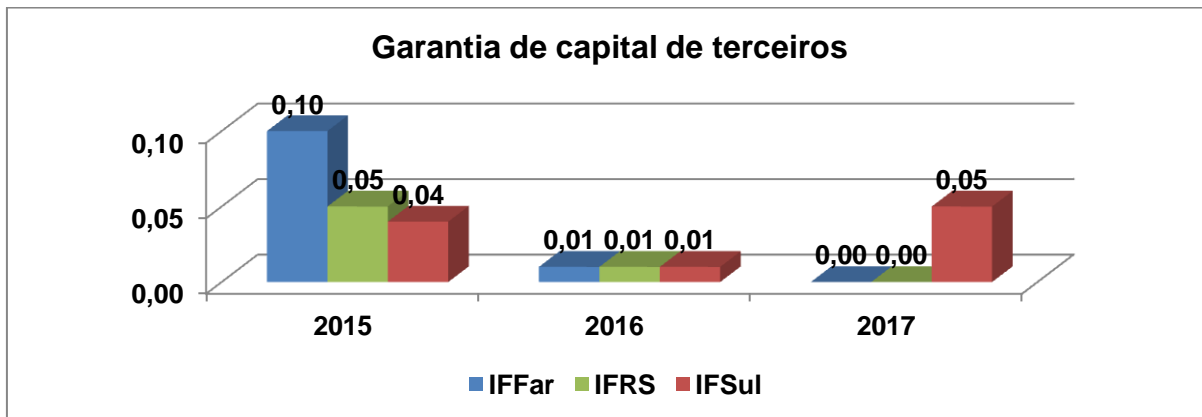
Fonte: Elaborado pela autora(2018)..

De acordo com Mauss (2012), o indicador endividamento geral mede a volume dos ativos totais financiados pelos credores. Nesse sentido, pode-se considerar que para cada R\$1,00 aplicado no ativo, quanto as entidades precisaram se endividar. Nota-se, no Gráfico 21, que em todos os períodos analisados, os resultados foram satisfatórios. No ano de 2015, o IFFar, o IFRS e o IFSul, apresentaram respectivamente, 9%, 5% e 3% de endividamento. No ano de 2016, os três IFs apresentaram o mesmo resultado, demonstrando 1% de endividamento. E no ano de 2017, o IFFar e o IFRS não precisaram se endividar e o IFSul apresentou apenas 5% de endividamento.

Importante salientar que o IFFar e o IFRS obtiveram valores muito baixos, com mais de duas casas decimais e, por isso, o resultado foi zero no ano de 2017.

O Gráfico 22 ilustra o indicador da garantia de capital de terceiros dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 22 – Garantia de capital de terceiros



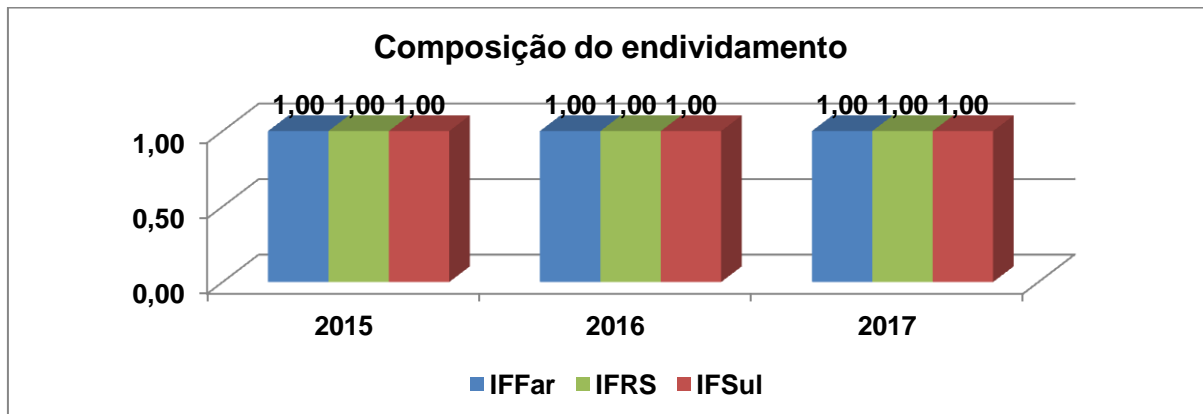
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

De acordo com Mauss (2012), o indicador de garantia de capital de terceiros demonstra que para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido, o quanto a entidade possui de dívidas. Nesse sentido, observa-se no Gráfico 22 que em todos os anos, os resultados foram satisfatórios.

No ano de 2015, para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido, o IFFar, o IFRS e o IFSul, apresentaram, R\$ 0,10, R\$ 0,05 e R\$ 0,04 de compromissos, respectivamente. No ano de 2016, os três apresentaram R\$ 0,01 de dívidas. Já no ano de 2017, o IFSul apresentou R\$ 0,05, os demais IFs apresentaram valores muito baixos de dívidas em relação ao patrimônio líquido, e os resultados obtidos tiveram mais de duas casas decimais.

No Gráfico 23 é demonstrada a composição do endividamento dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 23 – Composição do endividamento



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O indicador composição do endividamento evidencia a composição das obrigações da entidade, demonstrando a disposição das dívidas a curto ou a longo prazo (MAUSS, 2012). No Gráfico 23 nota-se que os três IFs apresentam 100% de suas dívidas no curto prazo, nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Apenas o IFRS possui como obrigações no longo prazo o valor de R\$ 2.619,60, nos anos de 2015, 2016 e 2017. No entanto, deve-se considerar que este valor é irrelevante em comparação às obrigações a curto prazo, nesse sentido, não houve alteração no resultado do indicador.

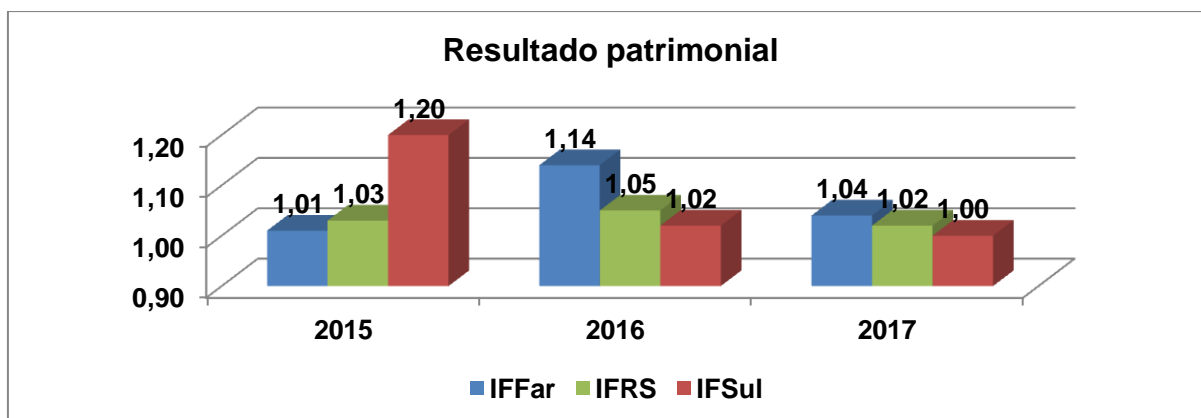
Depois de apresentar os indicadores do grupo de endividamento, cabe agora discorrer sobre os resultados dos indicadores do grupo de resultado.

#### 5.2.4 Indicadores do grupo de resultado

Os indicadores do grupo de resultado visam determinar a eficiência da gestão pública. Surgiram das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 (BRASIL, 2000), da Lei Federal nº 4.320/1964 (BRASIL, 1964) e também pelos indicadores aplicados na iniciativa privada (MAUSS, 2012).

Nos indicadores a seguir, são aplicados os conceitos de análise descritos na obra de Mauss (2012).

Gráfico 24 – Resultado patrimonial



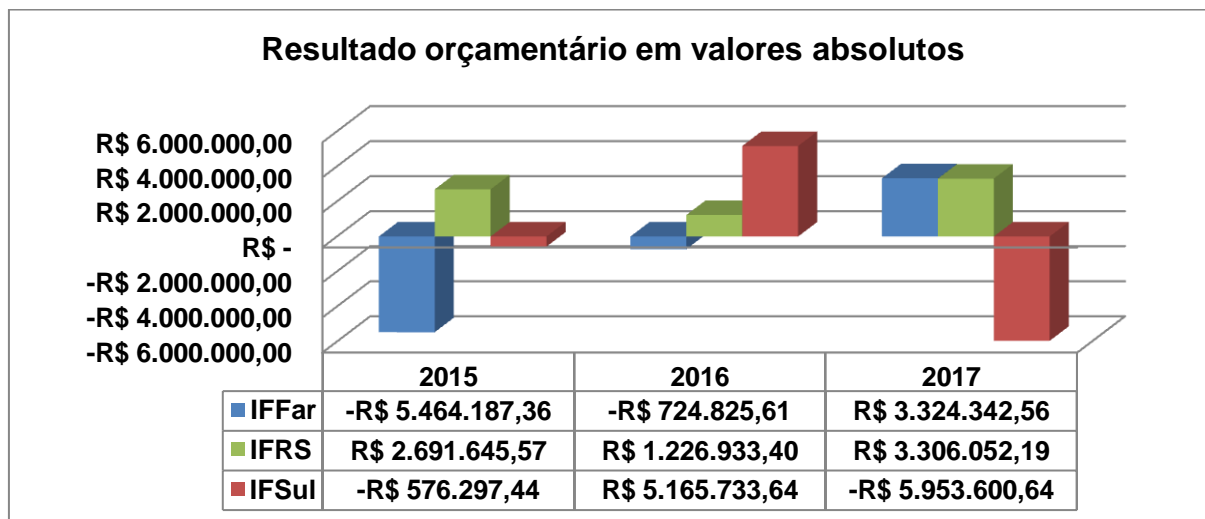
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O Gráfico 24 evidencia o resultado patrimonial, o qual determina a variação do patrimônio líquido ao longo do ano. O resultado é obtido pelo quociente entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas. Nessa perspectiva, pode-se analisar que em todos os períodos analisados, o resultado patrimonial foi satisfatório nas três instituições.

Analisando o ano de 2015, nota-se que o IFSul apresentou o melhor resultado. Já nos períodos subsequentes, o IFFar apresentou o melhor índice. No ano de 2017, para cada R\$ 1,00 de VPD, resultou em R\$ 1,04, R\$ 1,02 e R\$ 1,00 de VPA, no IFFar, no IFRS e no IFSul, respectivamente. Nessa direção, verifica-se nas análises horizontal e vertical que o patrimônio líquido aumentou de um ano para o outro, refletindo o resultado entre as VPAs e as VPDs.

No Gráfico 25 é apresentado o resultado orçamentário em valores absolutos dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 25 – Resultado orçamentário em valores absolutos

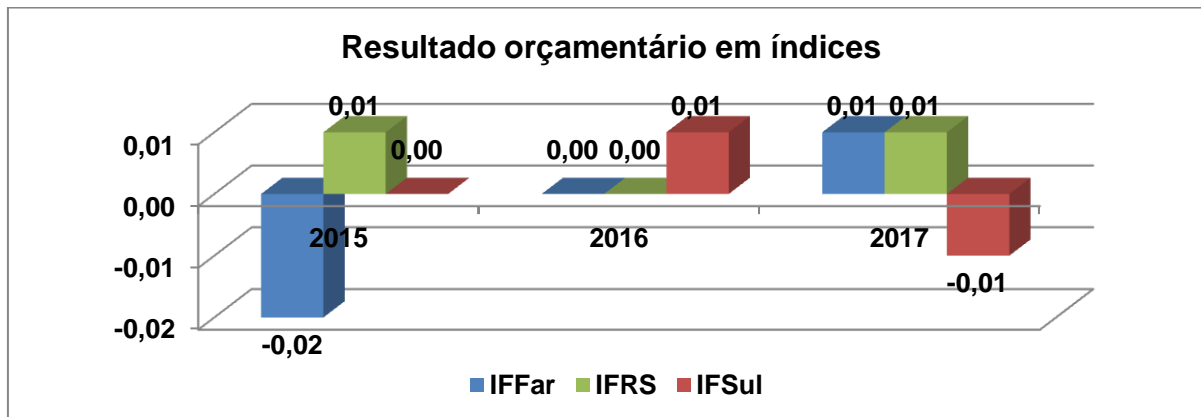


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No Gráfico 25 está demonstrado o resultado orçamentário em valores absolutos, que se obtém por meio da subtração entre as receitas orçamentárias e os recursos financeiros recebidos por transferências intragovernamentais pelas despesas empenhadas. Nota-se que em 2015, o IFFar e o IFSul apresentaram *déficit* e desequilíbrio orçamentário, tendo em vista, que os valores arrecadados foram inferiores aos valores empenhados. Em 2016, apenas o IFFar e em 2017, somente o IFSul apresentaram *déficit* no resultado orçamentário. Esses resultados refletem na inscrição em restos a pagar sem disponibilidade financeira, tendo em vista, que foi empenhado mais do que arrecadado. Já o IFRS apresentou os melhores indicadores, nos três períodos analisados.

O Gráfico 26 evidencia o resultado orçamentário em índices dos Institutos Federais, nos anos de 2015 e 2017.

Gráfico 26 – Resultado orçamentário em índices

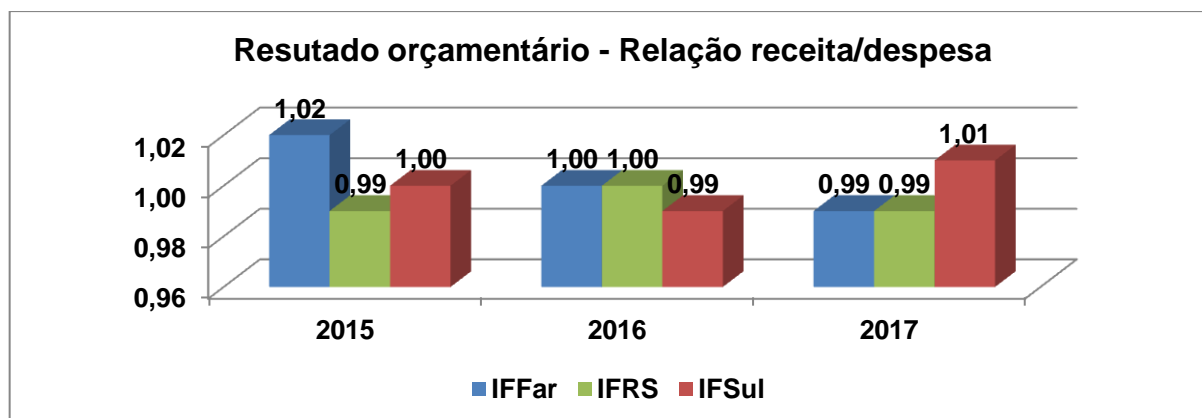


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No Gráfico 26 é apresentado o indicador do resultado orçamentário. Este indicador demonstra a economia orçamentária do período. Para o cálculo considera-se a divisão entre o resultado orçamentário e a receita orçamentária, revelando a relação entre o que foi arrecadado e não foi empenhado. Nesse sentido, observa-se que no ano de 2015, apenas o IFRS apresentou economia orçamentária. Já no ano de 2016, o IFFar e o IFRS obtiveram resultados muito baixos, que apresentaram valores com mais de duas casas decimais e por isso resultaram em zero, e o IFSul resultou em R\$ 0,01 de economia orçamentária. Em 2017 para cada R\$ 1,00 arrecadado, o IFFar e o IFRS apresentaram R\$ 0,01, indicando que a arrecadação foi superior ao valor empenhado.

No Gráfico 27 está exposto o resultado orçamentário por meio da relação entre a receita e a despesa. Este indicador demonstra o vínculo entre a despesa e a receita orçamentária, evidenciando o que foi empenhado com o que foi arrecadado.

Gráfico 27 – Resultado orçamentário – Relação receita/despesa

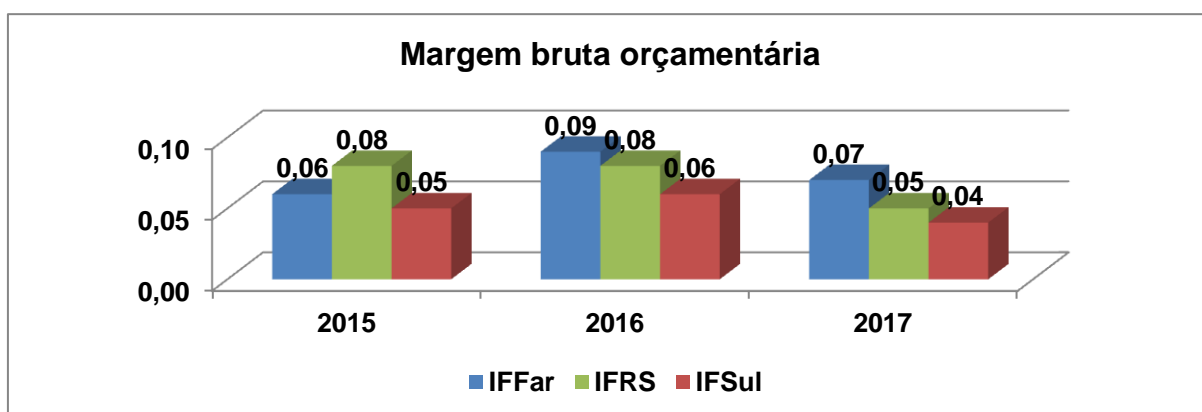


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No ano de 2015 foi empenhado pelo IFFar 102%, pelo IFRS 99% e pelo IFSul 100%, no entanto, apenas o IFRS obteve equilíbrio orçamentário, pois conforme demonstrado no Gráfico 26, o IFFar e o IFSul obtiveram valores empenhados superiores aos valores arrecadados. Já no ano de 2016, nota-se que as três autarquias cumpriram o princípio do equilíbrio orçamentário. Enquanto que no ano de 2017, apenas o IFSul não apresentou equilíbrio orçamentário, pois resultou em 101% de valores empenhados.

No Gráfico 28 está exposto o resultado da margem bruta orçamentária dos Institutos Federais, nos anos de 2015 e 2017.

Gráfico 28 – Margem bruta orçamentária



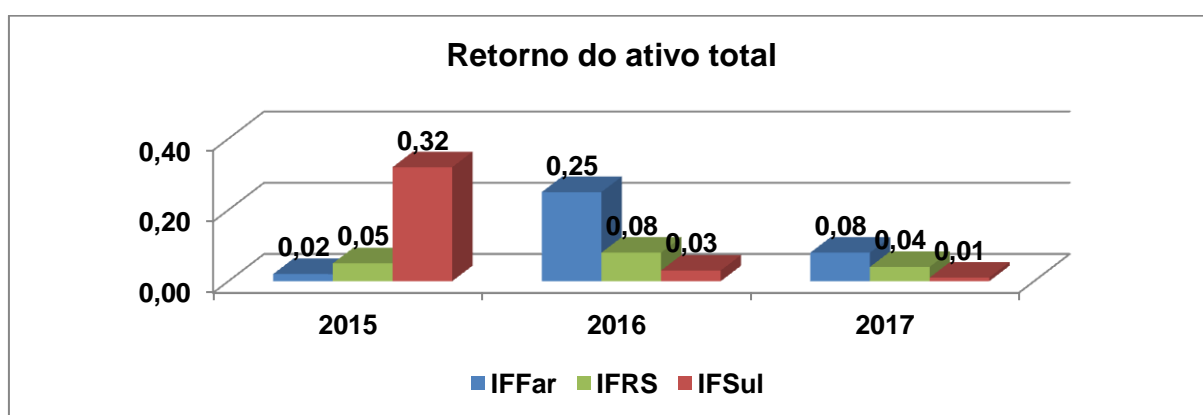
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A margem bruta orçamentária demonstra a economia de receita do ano, por meio da relação entre o resultado orçamentário liquidado com a receita total do período, desconsiderando os restos a pagar não processados como dívida, tendo em vista, que os mesmos podem ser estornados. Pode-se verificar no Gráfico 28

que no ano de 2015, para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada, foram economizados R\$ 0,06, R\$ 0,08 e R\$ 0,05, ou seja, 6%, 8% e 5%, pelo IFFar, IFRS e o IFSul, respectivamente. Nos anos de 2016 e de 2017, IFFar apresentou o melhor resultado, demonstrando que foram economizados R\$ 0,09 ou 9% e R\$ 0,07 ou 7%, respectivamente.

O Gráfico 29 apresenta os resultados do retorno do ativo total dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 29 – Retorno do ativo total



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

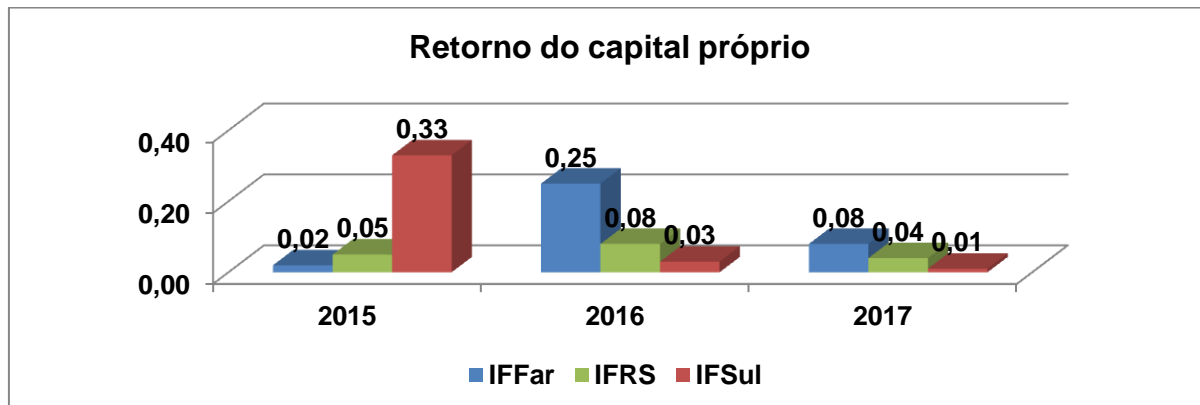
Analisando o Gráfico 29, nota-se que para cada R\$ 1,00 aplicados em ativos, R\$ 0,02, R\$ 0,05 e R\$ 0,32, transformou-se em *superávit* patrimonial e aumentou o patrimônio líquido, respectivamente, no IFFar, no IFRS e no IFSul, no que diz respeito ao ano de 2015.

Nota-se que o IFSul diminuiu o resultado ao longo dos períodos analisados, passando de R\$ 0,32 em 2015, para R\$ 0,01, no ano de 2017. Enquanto que o IFFar apresentou melhora no resultado, aumentando de R\$ 0,02 para R\$ 0,25, do ano de 2015 para o ano de 2016.



O Gráfico 30 apresenta o retorno do capital próprio dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 30 – Retorno do capital próprio



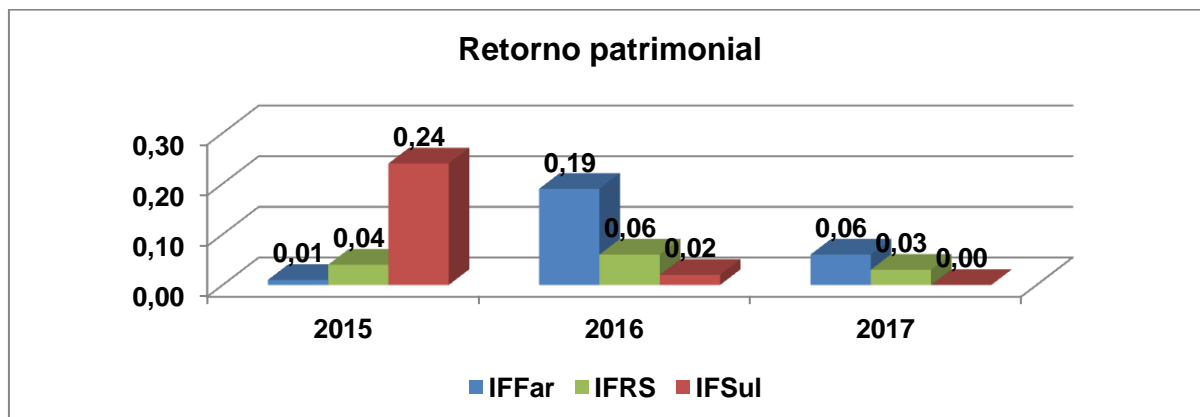
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O indicador de retorno do capital próprio demonstrado no Gráfico 30 relaciona quanto o resultado patrimonial aumentou o patrimônio líquido. Nesse sentido, nota-se que no ano de 2015, para cada R\$ 100,00 de patrimônio líquido, o IFFar, o IFRS e o IFSul, apresentaram, respectivamente, 2%, 5% e 33% de resultado patrimonial.

Pode-se verificar que o IFSul apresentou o melhor índice no ano de 2015. O IFFar destacou-se com 25% no ano de 2016 e apresentou 8% de resultado patrimonial no ano de 2017.

No Gráfico 31 é apresentado o retorno patrimonial dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 31 – Retorno patrimonial



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O Gráfico 31 demonstra o retorno patrimonial dos Institutos Federais. Esse

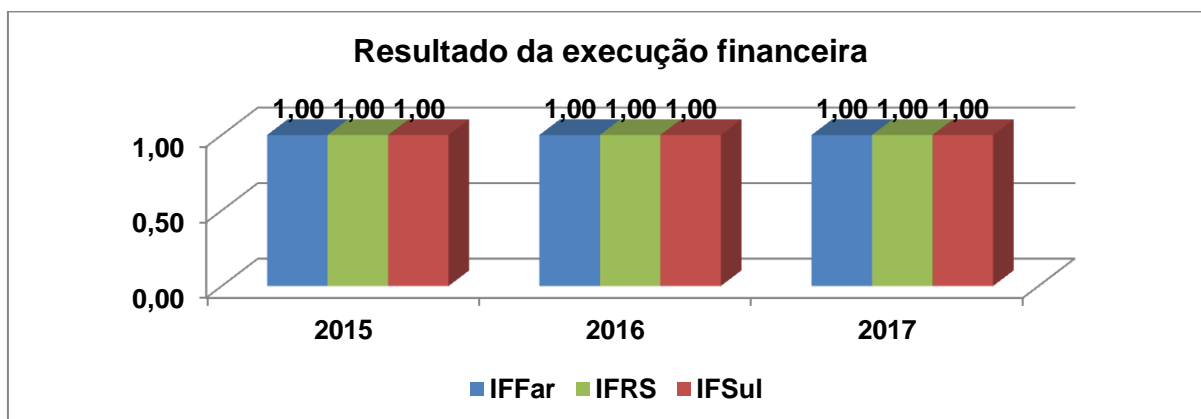
indicar relaciona quanto a receita arrecadada contribuiu no aumento do patrimônio líquido. Nota –se que no ano de 2015, para cada R\$ 100,00 de receita arrecadada, o IFFar, o IFRS e o IFSul aumentaram o PL em 1%, 4% e 24%. Nos anos de 2016, os resultados foram de 19%, 6% e 2% e em 2017, 6%, 3% e 0%, respectivamente. Considerando que o IFSul apresentou valor muito baixo e por isso o resultado foi zero.

Depois de apresentar os resultados dos indicadores do grupo de resultado, cabe agora demonstrar os resultados dos indicadores oriundos da Lei Federal nº 4.320/1964 (BRASIL, 1964).

### 5.2.5 Indicadores oriundos da Lei Federal nº 4.320/1964

Com base na Lei Federal nº 4.320/1964 (BRASIL, 1964), Mauss (2012) elaborou alguns indicadores que contribuem para a análise da gestão pública. No presente estudo foram aplicados os indicadores do resultado da execução financeira e do resultado patrimonial total.

Gráfico 32 – Resultado da execução financeira



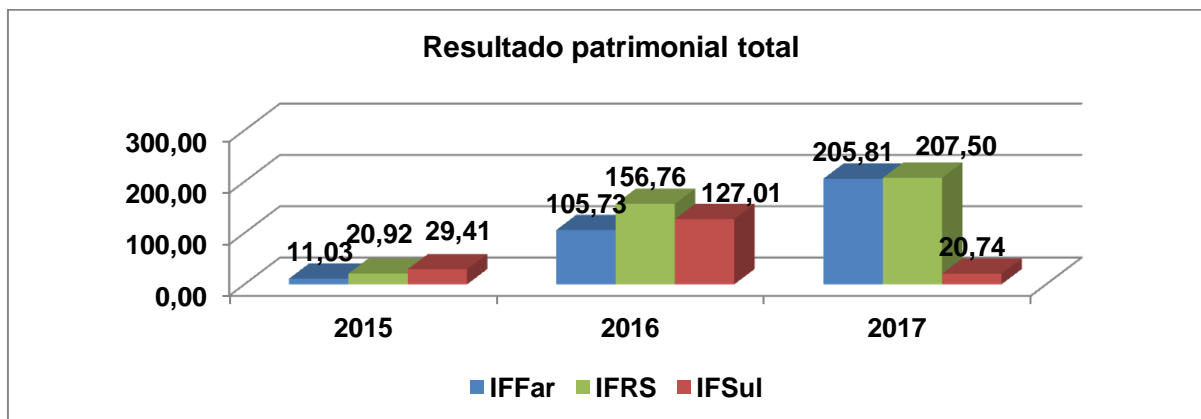
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No Gráfico 32 é apresentado o resultado da execução financeira. Esse indicador compara os ingressos com os dispêndios do período, demonstrando que para cada R\$ 1,00 de dispêndio o quanto se tem de ingresso. Nesse sentido, nota-se que nos três períodos analisados, as três entidades apresentaram o mesmo resultado. Para cada R\$ 1,00 de gastos, os Institutos Federais possuíam R\$ 1,00 de ingresso, nessa direção, pode-se verificar que o resultado está dentro do previsto

para o serviço público.

No Gráfico 33 é demonstrado o resultado patrimonial acumulado total dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 33 – Resultado patrimonial acumulado total



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No Gráfico 33 está exposto o resultado patrimonial total. Esse indicador verifica se o somatório dos ativos da entidade é suficiente para o pagamento dos passivos. Pode-se verificar que o resultado é satisfatório nos três IFs, e em todos os períodos analisados.

Avaliando o ano de 2015, pode-se observar que para cada R\$ 1,00 de obrigações, o IFFar, o IFRS e o IFSul possuíam R\$ 11,03, R\$ 20,92 e R\$ 29,41, respectivamente, em ativos. Nos anos posteriores, os resultados são ainda melhores. No entanto, no ano de 2017, nota-se queda do resultado do IFSul, mesmo assim, a entidade possuía condições de honrar os seus compromissos, por meio do somatório dos ativos.

Depois das análises apresentadas, cabe agora demonstrar os indicadores econômico-financeiros consolidados por instituição. Na Tabela 7 estão dispostos os indicadores econômico-financeiros dos períodos compreendidos entre os anos de 2015 a 2017, do IFFar.

Tabela 7 - Indicadores econômico-financeiros do IFFar, nos anos de 2015 a 2017

| INDICADORES                                 | 2015              | 2016             | 2017             |
|---|-------------------|------------------|------------------|
| <b>GRUPO DE LIQUIDEZ</b>                    |                   |                  |                  |
| Capital circulante líquido                  | -R\$ 8.648.758,90 | R\$ 4.269.943,79 | R\$ 4.892.351,86 |
| Liquidez corrente                           | 0,41              | 3,26             | 5,62             |
| Liquidez seca                               | 0,30              | 2,50             | 4,2              |
| Liquidez livre                              | 0,30              | 2,50             | 4,2              |
| Liquidez geral                              | 0,41              | 3,26             | 5,62             |
| <b>GRUPO DE ATIVIDADE</b>                   |                   |                  |                  |
| Giro dos ativos permanentes                 | 1,39              | 1,34             | 1,35             |
| Giro do ativo total                         | 1,34              | 1,30             | 1,32             |
| Imobilização do PL                          | 1,06              | 0,98             | 0,98             |
| <b>GRUPO DE ENDIVIDAMENTO</b>               |                   |                  |                  |
| Endividamento geral                         | 0,09              | 0,01             | 0,00             |
| Garantia de capital de terceiros            | 0,10              | 0,01             | 0,00             |
| Composição do endividamento                 | 1,00              | 1,00             | 1,00             |
| <b>GRUPO DE RESULTADO</b>                   |                   |                  |                  |
| Resultado patrimonial                       | 1,01              | 1,14             | 1,04             |
| Res. Orçamentário superávit orçamentário    | -R\$ 5.464.187,36 | -R\$ 724.825,61  | R\$ 3.324.342,56 |
| Res. Orçamentário superávit indicador       | -0,02             | 0,00             | 0,01             |
| Res. Orçamentário - Relação receita/despesa | 1,02              | 1,00             | 0,99             |
| Margem bruta orçamentária                   | 0,06              | 0,09             | 0,07             |
| Retorno do ativo total                      | 0,02              | 0,25             | 0,08             |
| Retorno do capital próprio                  | 0,02              | 0,25             | 0,08             |
| Retorno patrimonial                         | 0,01              | 0,19             | 0,06             |
| <b>LEI FEDERAL Nº 4.320/1964</b>            |                   |                  |                  |
| Resultado da execução financeira            | 1,00              | 1,00             | 1,00             |
| Resultado patrimonial acumulado total       | 11,03             | 105,73           | 205,81           |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na Tabela 8 estão demonstrados os indicadores econômico-financeiros dos períodos compreendidos entre os anos de 2015 a 2017, do IFRS.

Tabela 8 - Indicadores econômico-financeiros do IFRS, nos anos de 2015 a 2017

| INDICADORES                 | 2015            | 2016             | 2017             |
|-----------------------------|-----------------|------------------|------------------|
| <b>GRUPO DE LIQUIDEZ</b>    |                 |                  |                  |
| Capital circulante líquido  | -R\$ 945.735,63 | R\$ 8.722.275,45 | R\$ 9.117.122,23 |
| Liquidez corrente           | 0,92            | 6,17             | 7,88             |
| Liquidez seca               | 0,62            | 3,80             | 4,85             |
| Liquidez livre              | 0,62            | 3,80             | 4,85             |
| Liquidez geral              | 0,92            | 6,16             | 7,86             |
| <b>GRUPO DE ATIVIDADE</b>   |                 |                  |                  |
| Giro dos ativos permanentes | 1,27            | 1,37             | 1,51             |
| Giro do ativo total         | 1,22            | 1,32             | 1,46             |
| Imobilização do PL          | 1,00            | 0,97             | 0,97             |
| (Continua...)               |                 |                  |                  |

(Conclusão)

| INDICADORES                                 | 2015             | 2016             | 2017             |
|---|------------------|------------------|------------------|
| <b>GRUPO DE ENDIVIDAMENTO</b>               |                  |                  |                  |
| Endividamento geral                         | 0,05             | 0,01             | 0,00             |
| Garantia de capital de terceiros            | 0,05             | 0,01             | 0,00             |
| Composição do endividamento                 | 1,00             | 1,00             | 1,00             |
| <b>GRUPO DE RESULTADO</b>                   |                  |                  |                  |
| Resultado patrimonial                       | 1,03             | 1,05             | 1,02             |
| Res. Orçamentário superávit orçamentário    | R\$ 2.691.645,57 | R\$ 1.226.933,40 | R\$ 3.306.052,19 |
| Res. Orçamentário superávit indicador       | 0,01             | 0,00             | 0,01             |
| Res. Orçamentário - Relação receita/despesa | 0,99             | 1,00             | 0,99             |
| Margem bruta orçamentária                   | 0,08             | 0,08             | 0,05             |
| Retorno do ativo total                      | 0,05             | 0,08             | 0,04             |
| Retorno do capital próprio                  | 0,05             | 0,08             | 0,04             |
| Retorno patrimonial                         | 0,04             | 0,06             | 0,03             |
| <b>LEI FEDERAL Nº 4.320/1964</b>            |                  |                  |                  |
| Resultado da execução financeira            | 1,00             | 1,00             | 1,00             |
| Resultado patrimonial acumulado total       | 20,92            | 156,76           | 207,50           |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na Tabela 9 estão expostos os indicadores econômico-financeiros dos períodos compreendidos entre os anos de 2015 a 2017, do IFSul.

Tabela 9- Indicadores econômico-financeiros do IFSul, nos anos de 2015 a 2017

| INDICADORES                                 | 2015            | 2016             | 2017              |
|---|-----------------|------------------|-------------------|
| <b>GRUPO DE LIQUIDEZ</b>                    |                 |                  |                   |
| Capital circulante líquido                  | -R\$ 285.771,95 | R\$ 8.490.557,22 | -R\$ 2.826.343,87 |
| Liquidez corrente                           | 0,97            | 5,27             | 0,77              |
| Liquidez seca                               | 0,82            | 4,37             | 0,61              |
| Liquidez livre                              | 0,82            | 4,37             | 0,61              |
| Liquidez geral                              | 0,97            | 5,28             | 0,78              |
| <b>GRUPO DE ATIVIDADE</b>                   |                 |                  |                   |
| Giro dos ativos permanentes                 | 1,36            | 1,57             | 1,64              |
| Giro do ativo total                         | 1,31            | 1,50             | 1,58              |
| Imobilização do PL                          | 1,00            | 0,97             | 1,01              |
| <b>GRUPO DE ENDIVIDAMENTO</b>               |                 |                  |                   |
| Endividamento geral                         | 0,03            | 0,01             | 0,05              |
| Garantia de capital de terceiros            | 0,04            | 0,01             | 0,05              |
| Composição do endividamento                 | 1,00            | 1,00             | 1,00              |
| <b>GRUPO DE RESULTADO</b>                   |                 |                  |                   |
| Resultado patrimonial                       | 1,20            | 1,02             | 1,00              |
| Res. Orçamentário superávit orçamentário    | -R\$ 576.297,44 | R\$ 5.165.733,64 | -R\$ 5.953.600,64 |
| Res. Orçamentário superávit indicador       | 0,00            | 0,01             | -0,01             |
| Res. Orçamentário - Relação receita/despesa | 1,00            | 0,99             | 1,01              |
| Margem bruta orçamentária                   | 0,05            | 0,06             | 0,04              |
| Retorno do ativo total                      | 0,32            | 0,03             | 0,01              |
| Retorno do capital próprio                  | 0,33            | 0,03             | 0,01              |
| Retorno patrimonial                         | 0,24            | 0,02             | 0,00              |

(Continua...)

(Conclusão)

| <b>INDICADORES</b>                    | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017</b> |
|---------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Resultado da execução financeira      | 1,00        | 1,00        | 1,00        |
| Resultado patrimonial acumulado total | 29,41       | 127,01      | 20,74       |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na Tabela 10 estão apresentados os resultados de todos os indicadores econômico-financeiros dos três Institutos Federais, nos períodos compreendidos entre 2015 e 2017. Depois de discorrer sobre os resultados da análise dos indicadores econômico-financeiros, na próxima seção, são apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

Tabela 10 - Indicadores econômico-financeiros dos Institutos Federais, nos anos de 2015 a 2017

| INDICADORES                                 | IFFar             |                  |                  | IFRS             |                  |                  | IFSul           |                  |                   |
|---|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|-------------------|
|   | 2015              | 2016             | 2017             | 2015             | 2016             | 2017             | 2015            | 2016             | 2017              |
| <b>GRUPO DE LIQUIDEZ</b>                    |                   |                  |                  |                  |                  |                  |                 |                  |                   |
| Capital circulante líquido                  | -R\$ 8.648.758,90 | R\$ 4.269.943,79 | R\$ 4.892.351,86 | -R\$ 945.735,63  | R\$ 8.722.275,45 | R\$ 9.117.122,23 | -R\$ 285.771,95 | R\$ 8.490.557,22 | -R\$ 2.826.343,87 |
| Liquidez corrente                           | 0,41              | 3,26             | 5,62             | 0,92             | 6,17             | 7,88             | 0,97            | 5,27             | 0,77              |
| Liquidez seca                               | 0,30              | 2,5              | 4,2              | 0,62             | 3,80             | 4,85             | 0,82            | 4,37             | 0,61              |
| Liquidez livre                              | 0,30              | 2,5              | 4,2              | 0,62             | 3,80             | 4,85             | 0,82            | 4,37             | 0,61              |
| Liquidez geral                              | 0,41              | 3,26             | 5,62             | 0,92             | 6,16             | 7,86             | 0,97            | 5,28             | 0,78              |
| <b>GRUPO DE ATIVIDADE</b>                   |                   |                  |                  |                  |                  |                  |                 |                  |                   |
| Giro dos ativos permanentes                 | 1,39              | 1,34             | 1,35             | 1,27             | 1,37             | 1,51             | 1,36            | 1,57             | 1,64              |
| Giro do ativo total                         | 1,34              | 1,30             | 1,32             | 1,22             | 1,32             | 1,46             | 1,31            | 1,50             | 1,58              |
| Imobilização do PL                          | 1,06              | 0,98             | 0,98             | 1,00             | 0,97             | 0,97             | 1,00            | 0,97             | 1,01              |
| <b>GRUPO DE ENDIVIDAMENTO</b>               |                   |                  |                  |                  |                  |                  |                 |                  |                   |
| Endividamento geral                         | 0,09              | 0,01             | 0,00             | 0,05             | 0,01             | 0,00             | 0,03            | 0,01             | 0,05              |
| Garantia de capital de terceiros            | 0,10              | 0,01             | 0,00             | 0,05             | 0,01             | 0,00             | 0,04            | 0,01             | 0,05              |
| Composição do endividamento                 | 1,00              | 1,00             | 1,00             | 1,00             | 1,00             | 1,00             | 1,00            | 1,00             | 1,00              |
| <b>GRUPO DE RESULTADO</b>                   |                   |                  |                  |                  |                  |                  |                 |                  |                   |
| Resultado patrimonial                       | 1,01              | 1,14             | 1,04             | 1,03             | 1,05             | 1,02             | 1,20            | 1,02             | 1,00              |
| Res. Orçamentário superávit orçamentário    | -R\$ 5.464.187,36 | -R\$ 724.825,61  | R\$ 3.324.342,56 | R\$ 2.691.645,57 | R\$ 1.226.933,40 | R\$ 3.306.052,19 | -R\$ 576.297,44 | R\$ 5.165.733,64 | -R\$ 5.953.600,64 |
| Res. Orçamentário superávit indicador       | -0,02             | 0,00             | 0,01             | 0,01             | 0,00             | 0,01             | 0,00            | 0,01             | -0,01             |
| Res. Orçamentário - Relação receita/despesa | 1,02              | 1,00             | 0,99             | 0,99             | 1,00             | 0,99             | 1,00            | 0,99             | 1,01              |
| Margem bruta orçamentária                   | 0,06              | 0,09             | 0,07             | 0,08             | 0,08             | 0,05             | 0,05            | 0,06             | 0,04              |
| Retorno do ativo total                      | 0,02              | 0,25             | 0,08             | 0,05             | 0,08             | 0,04             | 0,32            | 0,03             | 0,01              |
| Retorno do capital próprio                  | 0,02              | 0,25             | 0,08             | 0,05             | 0,08             | 0,04             | 0,33            | 0,03             | 0,01              |
| Retorno patrimonial                         | 0,01              | 0,19             | 0,06             | 0,04             | 0,06             | 0,03             | 0,24            | 0,02             | 0,00              |
| <b>LEI FEDERAL Nº 4.320/1964</b>            |                   |                  |                  |                  |                  |                  |                 |                  |                   |
| Resultado da execução financeira            | 1,00              | 1,00             | 1,00             | 1,00             | 1,00             | 1,00             | 1,00            | 1,00             | 1,00              |
| Resultado patrimonial acumulado total       | 11,03             | 105,73           | 205,81           | 20,92            | 156,76           | 207,50           | 29,41           | 127,01           | 20,74             |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa aplicada tem como tema a análise das demonstrações contábeis de entidades públicas de educação. O objetivo geral consiste em analisar a situação econômico-financeira dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com sede no estado do Rio Grande do Sul, nos períodos compreendidos entre 2015 e 2017.

Para atender aos objetivos específicos, buscou-se analisar as demonstrações contábeis do Instituto Federal Farroupilha, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e do Instituto Federal Sul-rio-grandense, nos períodos compreendidos entre 2015 e 2017. Na pesquisa, optou-se por aplicar as análises horizontal e vertical, os indicadores da análise econômico-financeira e os indicadores oriundos das demonstrações contábeis da Lei Federal nº 4.320/1964 (BRASIL, 1964), propostos na obra de Mauss (2012), tendo em vista, que a análise conjunta e completa possibilita ao analista melhor conhecer a situação econômico-financeira das entidades.

Ressalta-se que no ano de 2015 foi implantado pela União o PCASP, com o intuito de uniformizar as práticas contábeis. Nesse sentido, nota-se que os demonstrativos apresentam a mesma estrutura de contas, favorecendo a análise e comparabilidade entre as instituições.

Definiu-se, como primeiro objetivo específico, aplicar as técnicas de análise horizontal e vertical nas demonstrações contábeis. Na análise horizontal dos balanços patrimoniais, percebe-se que o grupo caixa e equivalentes reduziu nos três



IFs, entre os anos de 2015 e 2017, já o grupo imobilizado aumentou no mesmo período. Na análise vertical ficou evidente que o ativo não circulante é maior que o ativo circulante, assim como o patrimônio líquido apresenta valores superiores ao passivo. No ativo não circulante os grupos imobilizado e intangível participam com valores consideráveis. Nota-se que no passivo circulante, os compromissos relativos às obrigações trabalhistas, fornecedores e demais contas a pagar no curto prazo possuem maior representatividade. O IFFar e o IFSul não apresentaram compromissos a longo prazo.

Por meio das técnicas de análise horizontal e vertical aplicadas nas variações patrimoniais aumentativas, pode-se perceber que nos três IFs, os grupos com maior representatividade correspondem às Transferências e delegações recebidas e Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos. Já nas variações patrimoniais diminutivas, o grupo Pessoal e encargos apresentou maior participação, em todos os períodos analisados.

No grupo Transferências e delegações recebidas estão registrados os recursos de transferências recebidas para o pagamento das despesas liquidadas pelos IFs, tendo em vista, que o recurso é repassado conforme o valor liquidado e por isso, observa-se a representatividade no total das VPAs. Com a reavaliação de alguns bens móveis e imóveis nos anos de 2016 e 2017, aumentou o resultado patrimonial significativamente, pois a contrapartida é registrada como variação patrimonial aumentativa, no caso de aumento do valor contabilizado dentro do exercício ou variação patrimonial diminutiva, se for reconhecida a perda da capacidade dos bens na geração de benefícios futuros.

O segundo objetivo da pesquisa consiste em aplicar os indicadores econômico-financeiros e o terceiro objetivo busca-se comparar os resultados obtidos. Avaliando os indicadores do grupo de liquidez, no ano de 2015, pode-se perceber que os três IFs não possuíam de recursos financeiros suficientes para honrar as suas dívidas no curto prazo, tendo em vista, que todos apresentaram capital circulante líquido negativo e os demais índices de liquidez apresentaram valor menor que 1,00. Neste ano o IFFar apresentou valores menores que os demais IFs. No ano de 2016, todos os indicadores de liquidez apresentaram valores satisfatórios, demonstrando que os recursos eram suficientes para quitar as

obrigações. Já no ano de 2017, o IFSul, apresentou valores insuficientes e o IFFar e o IFRS obtiveram resultados satisfatórios, pois resultaram em valores superiores a 1,00.

Em relação aos indicadores do grupo de atividade, o giro dos ativos permanentes e o giro do ativo total, apresentaram valores satisfatórios nos três IFs, em todos os períodos analisados. O IFFar apresentou maior capacidade em 2015, e o IFSul nos anos de 2016 e 2017, o IFRS apresentou resultados menores, mas também considerados suficientes. O índice de imobilização do patrimônio líquido, demonstra quanto o imobilizado é financiado pelo capital próprio, no ano de 2015, apenas o IFFar apresentou resultado superior a 100%, demonstrando que precisou de capitais de terceiros para compor o ativo permanente. No ano de 2016, os três IFs apresentaram valores inferiores a 100% e no ano de 2017, apenas o IFSul apresentou resultado de 101%, evidenciando 1% de capitais de terceiros no seu ativo permanente.

Analisando os indicadores do grupo de endividamento, nota-se que os o três IFs apresentaram valores satisfatórios nos índices de endividamento geral e garantia de capital de terceiros, em todos os períodos analisados. O IFSul apresentou os menores índices em 2015. No ano de 2016 os três obtiveram resultados semelhantes e em 2017, o IFSul, apresentou o maior indicador. Quanto a composição de endividamento, o IFFar e o IFSul possuem obrigações apenas no curto prazo e o IFRS possui um saldo de R\$ 2.619,60 no longo prazo, o que é considerado pouco relevante em comparação aos compromissos de curto prazo.

Nos indicadores do grupo de resultado, os resultados foram parcialmente satisfatórios. No ano de 2015, o IFSul destacou-se no resultado patrimonial, nos retornos do ativo total, do capital próprio e do patrimonial. Nos resultados orçamentários e na margem bruta, o IFRS apresentou os melhores indicadores. No ano de 2016, o IFSul apresentou os melhores resultados nos indicadores de resultado orçamentário em valores absolutos e em índices, enquanto que o IFFar apresentou nos demais índices. No ano de 2017, o IFFar, destacou-se apresentando os melhores resultados na maioria dos indicadores do grupo.

Da análise dos indicadores oriundos das demonstrações contábeis da Lei

Federal nº 4.320/1964 (BRASIL, 1964), todos foram satisfatórios, nos três IFs, nos três períodos analisados, indicando equilíbrio na execução financeira. Ressalta-se que os indicadores de capacidade de geração total de poupança e de execução orçamentária de capital, constantes na obra de Mauss (2012), não foram aplicados nesta pesquisa. Para o cálculo do indicador de capacidade de geração total de poupança, consideram-se as receitas e as despesas correntes, e no indicador da execução orçamentária de capital, as receitas e as despesas de capital. Nesse sentido, não foi possível identificar as receitas e despesas correntes e as receitas e despesas de capital, tendo em vista, que não consta a separação por categoria econômica nas transferências intragovernamentais evidenciadas na demonstração das variações patrimoniais.

Diante dos resultados apresentados, foi possível atender ao objetivo geral e responder o problema de pesquisa que questiona qual a situação econômico-financeira dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com sede no estado do Rio Grande do Sul, nos períodos compreendidos entre os anos de 2015 e 2017. Constatou-se que as três instituições possuem situação econômico-financeira semelhante nos três períodos analisados, inexistindo uma instituição que tenha se sobressaído em todos os grupos de indicadores. Nesse sentido, percebe-se que apesar das variações, cada IF destacou-se em um segmento.

No grupo de liquidez, o IFSul, apresentou valores menores, referente o ano de 2017, entretanto, nos demais anos os resultados foram próximos nas três instituições. Em relação ao grupo de atividade, ficou evidente que os resultados do giro dos ativos permanentes e giro do ativo total foram satisfatórios nos três períodos analisados, no entanto, o indicador de imobilização do patrimônio líquido demonstrou que as entidades possuem 100% do seu permanente financiado pelo patrimônio líquido. Nos índices de endividamento, nota-se que as entidades apresentaram resultados satisfatórios, nos três períodos analisados, enquanto que os resultados do grupo de resultado foram parcialmente satisfatórios. Já os indicadores oriundos das demonstrações contábeis da Lei Federal nº 4.320/1964 (BRASIL, 1964), foram suficientes, evidenciando que para cada R\$ 1,00 de ingresso, as entidades possuem R\$ 1,00 de dispêndio, o que é o previsto para o serviço público. Além disso, demonstram que o somatório de todos os seus ativos é

suficiente para o pagamento de todos os seus passivos. Neste contexto, observa-se que apesar das variações, as três entidades públicas analisadas estão em consonância no que tange a análise da situação econômico-financeira.

A pesquisa também proporcionou analisar a evolução das autarquias e demonstrar a situação dos IFs, principalmente no que se refere à falta de recursos financeiros e o contingenciamento no recebimento de recursos do orçamento federal. Além disso, o presente estudo busca incentivar mais pesquisas sobre o tema análise das demonstrações contábeis de órgãos governamentais e também enfatizar a importância da análise, tanto no setor público quanto no privado, demonstrando a relevância dos indicadores para a tomada de decisões e avaliação da gestão.

Ademais, buscou-se incentivar os demais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, localizados em outras regiões do País, aplicarem as análises em seus demonstrativos contábeis.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro**. 10.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

BENITES, Mauren C. S.; GOULARTE, Jeferson L. L. Análise Comparativa dos Indicadores Econômico-financeiros dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com sede no Rio Grande do Sul. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, Minas Gerais, v.5, n.21, p.59-72, 2017. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/1136>>. Acesso em: 01. mar. 2018.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, 25 fev. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.976, de 07 de outubro de 2009. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. Brasília, 07 out. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6976.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6976.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969. Altera disposições do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 29 set. 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-)

lei/Del0900.htm>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 04 mai. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, 30 jun. 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 17 mar. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. Brasília, 10 abr. 1987. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7596.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7596.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRUNI, Adriano Leal. **A Análise Contábil e Financeira**. 2.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da UNIVATES para trabalhos acadêmicos: Planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor\\_P%C3%BAblico.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Resolução nº 1130, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.3 – Planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2008/001130](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001130)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Resolução nº 1133, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações contábeis. Disponível em: <[www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2008/001133](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001133)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Resolução nº 1128, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_1128.pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1128.pdf)>.

Acesso em: 20 abr.2018.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. Tradução de Allan Vidigal Hastings. Revisão técnica de Jean Jacques Salim. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL -IFRS. **Carta de serviços ao cidadão**. 2017. Disponível em: <[https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Servico-ao-Cidadao\\_2017\\_revisado.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Servico-ao-Cidadao_2017_revisado.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 10.ed. São Paulo: Atlas S.A.; 2012.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 12. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

\_\_\_\_\_. **Balanços Públicos: Teoria e Prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica: Métodos e técnicas de pesquisa: Monografias, Dissertações, Teses e Livros**. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

LIMA, Diana Vaz; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. 2.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

\_\_\_\_\_. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011.

\_\_\_\_\_. **Técnicas de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 6.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

MAUSS, César Volnei. **Análise de Demonstrações Contábeis Governamentais**. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

MAUSS, César Volnei; SOUZA, Marcos Antonio. **Gestão de custos aplicada ao setor público: Modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental**. São Paulo: Atlas S.A., 2008.



MINISTÉRIO DA FAZENDA. Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Disponível em: <[www.fazenda.gov.br/institucional/legislacao/2008/portaria184](http://www.fazenda.gov.br/institucional/legislacao/2008/portaria184)>. Acesso em: 14 mai. 2018.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras**. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PEREIRA, Graziela de Fátima; TEDDO, Luiz Flávio Porfírio. Demonstrações Contábeis do setor Público à luz das normas internacionais e suas perspectivas para o gestor público. **Revista Mineira de Contabilidade**, Minas Gerais, n. 49, p. 6-14, jan./fev./mar.2013. Disponível em: <<http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc&page=article&op=view&path%5B%5D=234>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

QUINTANA, Alexandre C. et al. **Contabilidade Pública**: de acordo com as novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 1.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. 7. ed. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN. Portaria nº 438, de 12 de julho de 2012. Aprova a alteração dos Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial), nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) e nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, revoga a Portaria STN nº 665, de 30 de novembro de 2010, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria\\_STN\\_438\\_A\\_tualizacao\\_Anexos\\_Lei\\_4320.pdf](http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_STN_438_A_tualizacao_Anexos_Lei_4320.pdf)>. Acesso em: 14 mai. 2018.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN. Portaria nº 634, de 19 de novembro de 2013. Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br/web/stn/-/tesouro-nacional-divulga-a-publicacao-da-portaria-stn-n%C2%BA-634>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**: Orientações de Estudos, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertações, Teses. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.



TREVISAN, Ronieet al. Criação de um modelo de indicadores contábeis para avaliar a gestão financeira em prefeituras municipais. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 43, p. 24-34, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/83/83>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - Cálculo dos indicadores econômico-financeiros dos Institutos Federais do ano de 2015

| Cálculos dos indicadores econômico-financeiros dos Institutos Federais no ano de 2015 |  |                        |                        |
|---|--|------------------------|------------------------|
| <b>Capital Circulante Líquido (CCL)</b>   | <b>CCL = AC - investimentos do RPPS - PC</b>         |                        |                        |
|   | <b>IFFar</b>   | <b>IFRS</b>            | <b>IFSul</b>           |
| Ativo Circulante  | R\$ 6.130.899,70                                     | R\$ 11.278.208,77      | R\$ 8.532.733,11       |
| Passivo Circulante  | R\$ 14.779.658,60                                    | R\$ 12.223.944,40      | R\$ 8.818.505,06       |
| Investimentos do RPPS   | R\$ -  | R\$ -                  | R\$ -                  |
| <b>CCL</b>  | <b>-R\$ 8.648.758,90</b>                             | <b>-R\$ 945.735,63</b> | <b>-R\$ 285.771,95</b> |
| <b>Indicador de liquidez corrente (ILC)</b>   | <b>ILC = AC/PC</b>                                   |                        |                        |
|   | <b>IFFar</b>   | <b>IFRS</b>            | <b>IFSul</b>           |
| Ativo Circulante  | R\$ 6.130.899,70                                     | R\$ 11.278.208,77      | R\$ 8.532.733,11       |
| Passivo Circulante  | R\$ 14.779.658,60                                    | R\$ 12.223.944,40      | R\$ 8.818.505,06       |
| <b>ILC</b>  | <b>0,41</b>  | <b>0,92</b>            | <b>0,97</b>            |
| <b>Indicador de Liquidez Seca (ILS)</b>   | <b>ILS = AC - estoques / PC</b>                      |                        |                        |
|   | <b>IFFar</b>   | <b>IFRS</b>            | <b>IFSul</b>           |
| Ativo Circulante  | R\$ 6.130.899,70                                     | R\$ 11.278.208,77      | R\$ 8.532.733,11       |
| Estoques  | R\$ 1.711.680,83                                     | R\$ 3.706.382,20       | R\$ 1.275.046,58       |
| Passivo Circulante  | R\$ 14.779.658,60                                    | R\$ 12.223.944,40      | R\$ 8.818.505,06       |
| <b>ILS</b>  | <b>0,30</b>  | <b>0,62</b>            | <b>0,82</b>            |
| <b>Indicador de liquidez livre (ILL)</b>  | <b>ILL = AC - estoques - aplicações do RPPS / PC</b> |                        |                        |
|   | <b>IFFar</b>   | <b>IFRS</b>            | <b>IFSul</b>           |
| Ativo Circulante  | R\$ 6.130.899,70                                     | R\$ 11.278.208,77      | R\$ 8.532.733,11       |
| Estoques  | R\$ 1.711.680,83                                     | R\$ 3.706.382,20       | R\$ 1.275.046,58       |
| Aplicações do RPPS  | R\$ -  | R\$ -                  | R\$ -                  |
| Passivo Circulante  | R\$ 14.779.658,60                                    | R\$ 12.223.944,40      | R\$ 8.818.505,06       |
| <b>ILL</b>  | <b>0,30</b>  | <b>0,62</b>            | <b>0,82</b>            |
| <b>Indicador de liquidez geral (ILG)</b>  | <b>ILG = AC + ARLP / PC + PELP</b>                   |                        |                        |
|   | <b>IFFar</b>   | <b>IFRS</b>            | <b>IFSul</b>           |
| Ativo Circulante  | R\$ 6.130.899,70                                     | R\$ 11.278.208,77      | R\$ 8.532.733,11       |
| Ativo Realizável a Longo Prazo  | R\$ 1.117,63   | R\$ 5.114,14           | R\$ 281,87             |
| Passivo Circulante  | R\$ 14.779.658,60                                    | R\$ 12.223.944,40      | R\$ 8.818.505,06       |
| Passivo Exigível a Longo Prazo  | R\$ -  | R\$ 2.619,60           | R\$ -                  |
| <b>ILG</b>  | <b>0,41</b>  | <b>0,92</b>            | <b>0,97</b>            |

| Giro dos ativos permanentes (GAP)                    | GAP = Receita orçamentária / (investimentos + imobilizado + intangível) |                    |                    |
|--|---|--------------------|--------------------|
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Receita Orçamentária                                 | R\$ 218.752.344,08  | R\$ 311.491.769,78 | R\$ 340.262.266,08 |
| Investimentos  | R\$ 4.434,74  | R\$ 177,24         | R\$ 22.886,90      |
| Imobilizado  | R\$ 156.420.789,13  | R\$ 243.827.791,07 | R\$ 248.710.855,78 |
| Intangível   | R\$ 413.473,84  | R\$ 693.245,31     | R\$ 2.081.098,01   |
| <b>GAP</b>   | <b>1,39</b>   | <b>1,27</b>        | <b>1,36</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Giro do ativo total (GAT)                            | GAT = receita orçamentária / ativo real total                           |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Receita Orçamentária                                 | R\$ 218.752.344,08  | R\$ 311.491.769,78 | R\$ 340.262.266,08 |
| Ativo real total                                     | R\$ 162.970.715,04  | R\$ 255.804.536,53 | R\$ 259.347.855,67 |
| <b>GAT</b>   | <b>1,34</b>   | <b>1,22</b>        | <b>1,31</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Imobilização do patrimônio líquido (IPL)             | IPL = investimentos + imobilizado + intangível / patrimônio líquido     |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Investimentos  | R\$ 4.434,74  | R\$ 177,24         | R\$ 22.886,90      |
| Imobilizado  | R\$ 156.420.789,13  | R\$ 243.827.791,07 | R\$ 248.710.855,78 |
| Intangível   | R\$ 413.473,84  | R\$ 693.245,31     | R\$ 2.081.098,01   |
| PL   | R\$ 148.191.056,44  | R\$ 243.577.972,53 | R\$ 250.529.350,61 |
| <b>IPL</b>   | <b>1,06</b>   | <b>1,00</b>        | <b>1,00</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Indicador de endividamento geral (IEG)               | IEG = (PC + PELP) ou passivo real / ativo total                         |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Passivo exigível total                               | R\$ 14.779.658,60   | R\$ 12.226.564,00  | R\$ 8.818.505,06   |
| Ativo total  | R\$ 162.970.715,04  | R\$ 255.804.536,53 | R\$ 259.347.855,67 |
| <b>IEG</b>   | <b>0,09</b>   | <b>0,05</b>        | <b>0,03</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Indicador de garantia de capital de terceiros (IGCT) | IGCT = (PC + PELP) ou passivo real / patrimônio líquido                 |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Passivo exigível total                               | R\$ 14.779.658,60   | R\$ 12.226.564,00  | R\$ 8.818.505,06   |
| PL   | R\$ 148.191.056,44  | R\$ 243.577.972,53 | R\$ 250.529.350,61 |
| <b>IGCT</b>  | <b>0,10</b>   | <b>0,05</b>        | <b>0,04</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Indicador de composição do endividamento (ICE)       | ICE = PC / (PC + PELP) ou passivo real                                  |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Passivo Circulante                                   | R\$ 14.779.658,60   | R\$ 12.223.944,40  | R\$ 8.818.505,06   |
| Passivo exigível total                               | R\$ 14.779.658,60   | R\$ 12.226.564,00  | R\$ 8.818.505,06   |
| <b>ICE</b>   | <b>1,00</b>   | <b>1,00</b>        | <b>1,00</b>        |

| Margem bruta<br>orçamentária (MBO)           | MBO = receita orçamentária - despesa liquidada / receita<br>orçamentária total |                         |   |
|--|--|-------------------------|---|
|  | IFFar  | IFRS                    | IFSul   |
| Receita orçamentária                         | R\$ 218.752.344,08   | R\$ 311.491.769,78      | R\$ 340.262.266,08  |
| Despesa liquidada                            | R\$ 205.152.595,69   | R\$ 286.810.042,77      | R\$ 322.854.671,83  |
| <b>MBO</b>                                   | <b>0,06</b>  | <b>0,08</b>             | <b>0,05</b>   |
|  |  |                         |   |
| Retorno Patrimonial (RP)                     | Retorno = resultado patrimonial / receita orçamentária total                   |                         |   |
|  | IFFar  | IFRS                    | IFSul   |
| Resultado patrimonial                        | R\$ 3.158.466,00   | R\$ 12.472.934,56       | R\$ 82.296.150,99   |
| Receita orçamentária total                   | R\$ 218.752.344,08   | R\$ 311.491.769,78      | R\$ 340.262.266,08  |
| <b>RP</b>                                    | <b>0,01</b>  | <b>0,04</b>             | <b>0,24</b>   |
|  |  |                         |   |
| Retorno do ativo total<br>(ROA)              | ROA = resultado patrimonial / ativo total                                      |                         |   |
|  | IFFar  | IFRS                    | IFSul   |
| Resultado patrimonial                        | R\$ 3.158.466,00   | R\$ 12.472.934,56       | R\$ 82.296.150,99   |
| Ativo total                                  | R\$ 162.970.715,04   | R\$ 255.804.536,53      | R\$ 259.347.855,67  |
| <b>ROA</b>                                   | <b>0,02</b>  | <b>0,05</b>             | <b>0,32</b>   |
|  |  |                         |   |
| Retorno do capital próprio<br>(ROE)          | ROE = resultado patrimonial / patrimônio líquido                               |                         |   |
|  | IFFar  | IFRS                    | IFSul   |
| Resultado patrimonial                        | R\$ 3.158.466,00   | R\$ 12.472.934,56       | R\$ 82.296.150,99   |
| PL   | R\$ 148.191.056,44   | R\$ 243.577.972,53      | R\$ 250.529.350,61  |
| <b>ROE</b>                                   | <b>0,02</b>  | <b>0,05</b>             | <b>0,33</b>   |
|  |  |                         |   |
| Resultado orçamentário<br>(RO)               | RO = resultado<br>orçamentário / receita<br>orçamentária                       |                         | Relação entre receita e despesa =<br>despesa orçamentária / receita<br>orçamentária |
|  | IFFar  | IFRS                    | IFSul   |
| Despesa empenhada                            | R\$ 224.216.531,44   | R\$ 308.800.124,21      | R\$ 340.838.563,52  |
| Receita orçamentária total                   | R\$ 218.752.344,08   | R\$ 311.491.769,78      | R\$ 340.262.266,08  |
| <b>Resultado orçamentário R\$</b>            | <b>-R\$ 5.464.187,36</b>   | <b>R\$ 2.691.645,57</b> | <b>-R\$ 576.297,44</b>  |
| <b>Resultado orçamentário<br/>indicador</b>  | <b>- 0,02</b>  | <b>0,01</b>             | <b>0,00</b>   |
| <b>Relação receita/despesa<br/>indicador</b> | <b>1,02</b>  | <b>0,99</b>             | <b>1,00</b>   |
|  |  |                         |   |
| Resultado patrimonial (RP)                   | RP = variação patrimonial ativa / variação patrimonial<br>passiva              |                         |   |
|  | IFFar  | IFRS                    | IFSul   |
| VPA  | R\$ 309.655.252,54   | R\$ 393.968.218,69      | R\$ 486.712.941,88  |
| VPD  | R\$ 306.496.786,54   | R\$ 381.495.284,13      | R\$ 404.416.790,89  |
| <b>Superávit indicador</b>                   | <b>1,01</b>  | <b>1,03</b>             | <b>1,20</b>   |

| Indicador do resultado da execução financeira | Resultados financeiro do período = ingressos (orçamentários + extraorçamentários) / dispêndios (orçamentários + extraorçamentários) |                    |                    |
|---|---|--------------------|--------------------|
|   | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Ingresso extraorçamentário                    | R\$ 27.442.242,36   | R\$ 29.666.793,88  | R\$ 23.050.270,77  |
| Dispêndio extraorçamentário                   | R\$ 21.736.286,63   | R\$ 33.087.516,01  | R\$ 21.905.378,86  |
| Receita Orçamentária                          | R\$ 266.555.226,64  | R\$ 370.470.486,47 | R\$ 382.191.807,45 |
| Despesa Orçamentária                          | R\$ 272.019.414,00  | R\$ 367.778.840,90 | R\$ 382.768.104,89 |
| <b>Superávit Corrente</b>                     | <b>1,00</b>   | <b>1,00</b>        | <b>1,00</b>        |
|   |   |                    |                    |
| Indicador de resultado patrimonial total      | Resultado patrimonial total = soma do ativo real total / soma do passivo real total   |                    |                    |
|   | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Ativo real                                    | R\$ 162.970.715,04  | R\$ 255.804.536,53 | R\$ 259.347.855,67 |
| Passivo real                                  | R\$ 14.779.658,60   | R\$ 12.226.564,00  | R\$ 8.818.505,06   |
| <b>Resultado patrimonial</b>                  | <b>11,03</b>  | <b>20,92</b>       | <b>29,41</b>       |

## APÊNDICE B - Cálculo dos indicadores econômico-financeiros dos Institutos Federais do ano de 2016

| Cálculos dos indicadores econômico-financeiros dos Institutos Federais no ano de 2016 |  |                         |                         |
|---|--|-------------------------|-------------------------|
| Capital Circulante Líquido (CCL)  | CCL = AC - investimentos do RPPS - PC        |                         |                         |
|   | IFFar  | IFRS                    | IFSul                   |
| Ativo Circulante  | R\$ 6.161.174,92                             | R\$ 10.410.644,65       | R\$ 10.476.829,78       |
| Passivo Circulante  | R\$ 1.891.231,13                             | R\$ 1.688.369,20        | R\$ 1.986.272,56        |
| Investimentos do RPPS   | R\$ -  | R\$ -                   | R\$ -                   |
| <b>CCL</b>  | <b>R\$ 4.269.943,79</b>                      | <b>R\$ 8.722.275,45</b> | <b>R\$ 8.490.557,22</b> |
| Indicador de liquidez corrente (ILC)  | ILC = AC/PC                                  |                         |                         |
|   | IFFar  | IFRS                    | IFSul                   |
| Ativo Circulante  | R\$ 6.161.174,92                             | R\$ 10.410.644,65       | R\$ 10.476.829,78       |
| Passivo Circulante  | R\$ 1.891.231,13                             | R\$ 1.688.369,20        | R\$ 1.986.272,56        |
| <b>ILC</b>  | <b>3,26</b>                                  | <b>6,17</b>             | <b>5,27</b>             |
| Indicador de Liquidez Seca (ILS)  | ILS = AC - estoques / PC                     |                         |                         |
|   | IFFar  | IFRS                    | IFSul                   |
| Ativo Circulante  | R\$ 6.161.174,92                             | R\$ 10.410.644,65       | R\$ 10.476.829,78       |
| Estoques  | R\$ 1.427.529,11                             | R\$ 4.000.679,87        | R\$ 1.802.833,72        |
| Passivo Circulante  | R\$ 1.891.231,13                             | R\$ 1.688.369,20        | R\$ 1.986.272,56        |
| <b>ILS</b>  | <b>2,50</b>                                  | <b>3,80</b>             | <b>4,37</b>             |
| Indicador de liquidez livre (ILL)   | ILL = AC - estoques - aplicações do RPPS/ PC |                         |                         |
|   | IFFar  | IFRS                    | IFSul                   |
| Ativo Circulante  | R\$ 6.161.174,92                             | R\$ 10.410.644,65       | R\$ 10.476.829,78       |
| Estoques  | R\$ 1.427.529,11                             | R\$ 4.000.679,87        | R\$ 1.802.833,72        |
| Aplicações do RPPS  | R\$ -  | R\$ -                   | R\$ -                   |
| Passivo Circulante  | R\$ 1.891.231,13                             | R\$ 1.688.369,20        | R\$ 1.986.272,56        |
| <b>ILL</b>  | <b>2,50</b>                                  | <b>3,80</b>             | <b>4,37</b>             |
| Indicador de liquidez geral (ILG)   | ILG = AC + ARLP / PC + PELP                  |                         |                         |
|   | IFFar  | IFRS                    | IFSul                   |
| Ativo Circulante  | R\$ 6.161.174,92                             | R\$ 10.410.644,65       | R\$ 10.476.829,78       |
| Ativo Realizável a Longo Prazo  | R\$ 1.117,63                                 | R\$ 5.114,14            | R\$ 16.777,97           |
| Passivo Circulante  | R\$ 1.891.231,13                             | R\$ 1.688.369,20        | R\$ 1.986.272,56        |
| Passivo Exigível a Longo Prazo  | R\$ -  | R\$ 2.619,60            | R\$ -                   |
| <b>ILG</b>  | <b>3,26</b>                                  | <b>6,16</b>             | <b>5,28</b>             |

| Giro dos ativos permanentes (GAP)                    | GAP = Receita orçamentária / (investimentos + imobilizado + intangível) |                    |                    |
|--|---|--------------------|--------------------|
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Receita Orçamentária                                 | R\$ 259.077.221,79  | R\$ 349.354.060,26 | R\$ 379.579.883,93 |
| Investimentos  | R\$ 4.434,74  | R\$ 177,24         | R\$ 22.886,90      |
| Imobilizado  | R\$ 193.201.025,68  | R\$ 253.953.646,82 | R\$ 240.463.919,05 |
| Intangível   | R\$ 600.666,96  | R\$ 701.706,15     | R\$ 1.304.148,44   |
| <b>GAP</b>   | <b>1,34</b>   | <b>1,37</b>        | <b>1,57</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Giro do ativo total (GAT)                            | GAT = receita orçamentária / ativo real total                           |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Receita Orçamentária                                 | R\$ 259.077.221,79  | R\$ 349.354.060,26 | R\$ 379.579.883,93 |
| Ativo real total                                     | R\$ 199.968.419,93  | R\$ 265.071.289,00 | R\$ 252.284.562,14 |
| <b>GAT</b>   | <b>1,30</b>   | <b>1,32</b>        | <b>1,50</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Imobilização do patrimônio líquido (IPL)             | IPL = investimentos + imobilizado + intangível / patrimônio líquido     |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Investimentos  | R\$ 4.434,74  | R\$ 177,24         | R\$ 22.886,90      |
| Imobilizado  | R\$ 193.201.025,68  | R\$ 253.953.646,82 | R\$ 240.463.919,05 |
| Intangível   | R\$ 600.666,96  | R\$ 701.706,15     | R\$ 1.304.148,44   |
| PL   | R\$ 198.077.188,80  | R\$ 263.380.300,20 | R\$ 250.298.289,58 |
| <b>IPL</b>   | <b>0,98</b>   | <b>0,97</b>        | <b>0,97</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Indicador de endividamento geral (IEG)               | IEG = (PC + PELP) ou passivo real / ativo total                         |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Passivo exigível total                               | R\$ 1.891.231,13  | R\$ 1.690.988,80   | R\$ 1.986.272,56   |
| Ativo total  | R\$ 199.968.419,93  | R\$ 265.071.289,00 | R\$ 252.284.562,14 |
| <b>IEG</b>   | <b>0,01</b>   | <b>0,01</b>        | <b>0,01</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Indicador de garantia de capital de terceiros (IGCT) | IGCT = (PC + PELP) ou passivo real / patrimônio líquido                 |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Passivo exigível total                               | R\$ 1.891.231,13  | R\$ 1.690.988,80   | R\$ 1.986.272,56   |
| PL   | R\$ 198.077.188,80  | R\$ 263.380.300,20 | R\$ 250.298.289,58 |
| <b>IGCT</b>  | <b>0,01</b>   | <b>0,01</b>        | <b>0,01</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Indicador de composição do endividamento (ICE)       | ICE = PC / (PC + PELP) ou passivo real                                  |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Passivo Circulante                                   | R\$ 1.891.231,13  | R\$ 1.688.369,20   | R\$ 1.986.272,56   |
| Passivo exigível total                               | R\$ 1.891.231,13  | R\$ 1.690.988,80   | R\$ 1.986.272,56   |
| <b>ICE</b>   | <b>1,00</b>   | <b>1,00</b>        | <b>1,00</b>        |



| Margem bruta<br>orçamentária (MBO)          | MBO = receita orçamentária - despesa liquidada / receita<br>orçamentária total |   |                         |
|---|--|---|-------------------------|
|   | IFFar  | IFRS  | IFSul                   |
| Receita orçamentária                        | R\$ 259.077.221,79   | R\$ 349.354.060,26  | R\$ 379.579.883,93      |
| Despesa liquidada                           | R\$ 235.868.549,43   | R\$ 322.175.279,54  | R\$ 356.008.991,84      |
| <b>MBO</b>                                  | <b>0,09</b>  | <b>0,08</b>   | <b>0,06</b>             |
|   |  |   |                         |
| Retorno Patrimonial (RP)                    | Retorno = resultado patrimonial / receita orçamentária total                   |   |                         |
|   | IFFar  | IFRS  | IFSul                   |
| Resultado patrimonial                       | R\$ 50.156.624,87  | R\$ 21.043.574,62   | R\$ 7.821.571,96        |
| Receita orçamentária total                  | R\$ 259.077.221,79   | R\$ 349.354.060,26  | R\$ 379.579.883,93      |
| <b>RP</b>                                   | <b>0,19</b>  | <b>0,06</b>   | <b>0,02</b>             |
|   |  |   |                         |
| Retorno do ativo total<br>(ROA)             | ROA = resultado patrimonial / ativo total                                      |   |                         |
|   | IFFar  | IFRS  | IFSul                   |
| Resultado patrimonial                       | R\$ 50.156.624,87  | R\$ 21.043.574,62   | R\$ 7.821.571,96        |
| Ativo total                                 | R\$ 199.968.419,93   | R\$ 265.071.289,00  | R\$ 252.284.562,14      |
| <b>ROA</b>                                  | <b>0,25</b>  | <b>0,08</b>   | <b>0,03</b>             |
|   |  |   |                         |
| Retorno do capital<br>próprio (ROE)         | ROE = resultado patrimonial / patrimônio líquido                               |   |                         |
|   | IFFar  | IFRS  | IFSul                   |
| Resultado patrimonial                       | R\$ 50.156.624,87  | R\$ 21.043.574,62   | R\$ 7.821.571,96        |
| PL  | R\$ 198.077.188,80   | R\$ 263.380.300,20  | R\$ 250.298.289,58      |
| <b>ROE</b>                                  | <b>0,25</b>  | <b>0,08</b>   | <b>0,03</b>             |
|   |  |   |                         |
| Resultado orçamentário<br>(RO)              | RO = resultado<br>orçamentário /<br>receita orçamentária                       | Relação entre receita e despesa =<br>despesa orçamentária / receita<br>orçamentária |                         |
|   | IFFar  | IFRS  | IFSul                   |
| Despesa empenhada                           | R\$ 259.802.047,40   | R\$ 348.127.126,86  | R\$ 374.414.150,29      |
| Receita orçamentária total                  | R\$ 259.077.221,79   | R\$ 349.354.060,26  | R\$ 379.579.883,93      |
| <b>Resultado orçamentário<br/>R\$</b>       | <b>-R\$ 724.825,61</b>   | <b>R\$ 1.226.933,40</b>   | <b>R\$ 5.165.733,64</b> |
| <b>Resultado orçamentário<br/>indicador</b> | <b>0,00</b>  | <b>0,00</b>   | <b>0,01</b>             |
| <b>Relação receita/despesa</b>              | <b>1,00</b>  | <b>1,00</b>   | <b>0,99</b>             |
|   |  |   |                         |
| Resultado patrimonial<br>(RP)               | RP = variação patrimonial ativa / variação patrimonial passiva                 |   |                         |
|   | IFFar  | IFRS  | IFSul                   |
| VPA   | R\$ 421.015.670,06   | R\$ 421.733.517,17  | R\$ 443.064.163,75      |
| VPD   | R\$ 370.859.045,19   | R\$ 400.689.942,55  | R\$ 435.242.591,79      |
| <b>Superávit indicador</b>                  | <b>1,14</b>  | <b>1,05</b>   | <b>1,02</b>             |

| Indicador do resultado da execução financeira | Resultados financeiro do período = ingressos (orçamentários + extraorçamentários) / dispêndios (orçamentários + extraorçamentários) |                    |                    |
|---|---|--------------------|--------------------|
|   | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Ingresso extraorçamentário                    | R\$ 25.332.877,91   | R\$ 27.560.815,59  | R\$ 20.407.018,01  |
| Dispêndio extraorçamentário                   | R\$ 25.128.358,20   | R\$ 30.385.238,50  | R\$ 25.421.628,25  |
| Receita Orçamentária                          | R\$ 311.416.106,50  | R\$ 407.805.409,94 | R\$ 423.818.877,07 |
| Despesa Orçamentária                          | R\$ 312.140.932,11  | R\$ 406.578.476,54 | R\$ 418.653.143,43 |
| <b>Superávit Corrente</b>                     | <b>1,00</b>   | <b>1,00</b>        | <b>1,00</b>        |
|   |   |                    |                    |
| Indicador de resultado patrimonial total      | Resultado patrimonial total = soma do ativo real total / soma do passivo real total   |                    |                    |
|   | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Ativo real                                    | R\$ 199.968.419,93  | R\$ 265.071.289,00 | R\$ 252.284.562,14 |
| Passivo real                                  | R\$ 1.891.231,13  | R\$ 1.690.988,80   | R\$ 1.986.272,56   |
| <b>Resultado patrimonial</b>                  | <b>105,73</b>   | <b>156,76</b>      | <b>127,01</b>      |

## APÊNDICE C – Cálculo dos indicadores econômico-financeiros dos Institutos Federais do ano de 2017

| Cálculos dos indicadores econômico-financeiros dos Institutos Federais no ano de 2017 |  |                         |                          |
|---|--|-------------------------|--------------------------|
| Capital Circulante Líquido (CCL)  | CCL = AC - investimentos do RPPS - PC        |                         |                          |
|   | IFFar  | IFRS                    | IFSul                    |
| Ativo Circulante  | R\$ 5.951.801,03                             | R\$ 10.442.668,07       | R\$ 9.688.623,32         |
| Passivo Circulante  | R\$ 1.059.449,17                             | R\$ 1.325.545,84        | R\$ 12.514.967,19        |
| Investimentos do RPPS   | R\$ -  | R\$ -                   | R\$ -                    |
| <b>CCL</b>  | <b>R\$ 4.892.351,86</b>                      | <b>R\$ 9.117.122,23</b> | <b>-R\$ 2.826.343,87</b> |
| Indicador de liquidez corrente (ILC)  | ILC = AC/PC                                  |                         |                          |
|   | IFFar  | IFRS                    | IFSul                    |
| Ativo Circulante  | R\$ 5.951.801,03                             | R\$ 10.442.668,07       | R\$ 9.688.623,32         |
| Passivo Circulante  | R\$ 1.059.449,17                             | R\$ 1.325.545,84        | R\$ 12.514.967,19        |
| <b>ILC</b>  | <b>5,62</b>                                  | <b>7,88</b>             | <b>0,77</b>              |
| Indicador de Liquidez Seca (ILS)  | ILS = AC - estoques / PC                     |                         |                          |
|   | IFFar  | IFRS                    | IFSul                    |
| Ativo Circulante  | R\$ 5.951.801,03                             | R\$ 10.442.668,07       | R\$ 9.688.623,32         |
| Estoques  | R\$ 1.502.274,04                             | R\$ 4.008.969,24        | R\$ 1.996.423,43         |
| Passivo Circulante  | R\$ 1.059.449,17                             | R\$ 1.325.545,84        | R\$ 12.514.967,19        |
| <b>ILS</b>  | <b>4,20</b>                                  | <b>4,85</b>             | <b>0,61</b>              |
| Indicador de liquidez livre (ILL)   | ILL = AC - estoques - aplicações do RPPS/ PC |                         |                          |
|   | IFFar  | IFRS                    | IFSul                    |
| Ativo Circulante  | R\$ 5.951.801,03                             | R\$ 10.442.668,07       | R\$ 9.688.623,32         |
| Estoques  | R\$ 1.502.274,04                             | R\$ 4.008.969,24        | R\$ 1.996.423,43         |
| Aplicações do RPPS  | R\$ -  | R\$ -                   | R\$ -                    |
| Passivo Circulante  | R\$ 1.059.449,17                             | R\$ 1.325.545,84        | R\$ 12.514.967,19        |
| <b>ILL</b>  | <b>4,20</b>                                  | <b>4,85</b>             | <b>0,61</b>              |
| Indicador de liquidez geral (ILG)   | ILG = AC + ARLP / PC + PELP                  |                         |                          |
|   | IFFar  | IFRS                    | IFSul                    |
| Ativo Circulante  | R\$ 5.951.801,03                             | R\$ 10.442.668,07       | R\$ 9.688.623,32         |
| Ativo Realizável a Longo Prazo  | R\$ 1.117,63                                 | R\$ -                   | R\$ 16.777,97            |
| Passivo Circulante  | R\$ 1.059.449,17                             | R\$ 1.325.545,84        | R\$ 12.514.967,19        |
| Passivo Exigível a Longo Prazo  | R\$ -  | R\$ 2.619,60            | R\$ -                    |
| <b>ILG</b>  | <b>5,62</b>                                  | <b>7,86</b>             | <b>0,78</b>              |

| Giro dos ativos permanentes (GAP)                    | GAP = Receita orçamentária / (investimentos + imobilizado + intangível) |                    |                    |
|--|---|--------------------|--------------------|
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Receita Orçamentária                                 | R\$ 287.337.454,56  | R\$ 401.280.099,82 | R\$ 408.936.702,06 |
| Investimentos  | R\$ 4.434,74  | R\$ -              | R\$ 22.886,90      |
| Imobilizado  | R\$ 211.196.622,59  | R\$ 264.481.951,14 | R\$ 249.256.439,87 |
| Intangível   | R\$ 887.540,28  | R\$ 670.220,40     | R\$ 543.303,32     |
| <b>GAP</b>   | <b>1,35</b>   | <b>1,51</b>        | <b>1,64</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Giro do ativo total (GAT)                            | GAT = receita orçamentária / ativo real total                           |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Receita Orçamentária                                 | R\$ 287.337.454,56  | R\$ 401.280.099,82 | R\$ 408.936.702,06 |
| Ativo real total                                     | R\$ 218.041.516,27  | R\$ 275.594.839,61 | R\$ 259.528.031,38 |
| <b>GAT</b>   | <b>1,32</b>   | <b>1,46</b>        | <b>1,58</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Imobilização do patrimônio líquido (IPL)             | IPL = investimentos + imobilizado + intangível / patrimônio líquido     |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Investimentos  | R\$ 4.434,74  | R\$ -              | R\$ 22.886,90      |
| Imobilizado  | R\$ 211.196.622,59  | R\$ 264.481.951,14 | R\$ 249.256.439,87 |
| Intangível   | R\$ 887.540,28  | R\$ 670.220,40     | R\$ 543.303,32     |
| PL   | R\$ 216.982.067,10  | R\$ 274.266.674,17 | R\$ 247.013.064,19 |
| <b>IPL</b>   | <b>0,98</b>   | <b>0,97</b>        | <b>1,01</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Indicador de endividamento geral (IEG)               | IEG = (PC + PELP) ou passivo real / ativo total                         |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Passivo exigível total                               | R\$ 1.059.449,17  | R\$ 1.328.165,44   | R\$ 12.514.967,19  |
| Ativo total  | R\$ 218.041.516,27  | R\$ 275.594.839,61 | R\$ 259.528.031,38 |
| <b>IEG</b>   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>        | <b>0,05</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Indicador de garantia de capital de terceiros (IGCT) | IGCT = (PC + PELP) ou passivo real / patrimônio líquido                 |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Passivo exigível total                               | R\$ 1.059.449,17  | R\$ 1.328.165,44   | R\$ 12.514.967,19  |
| PL   | R\$ 216.982.067,10  | R\$ 274.266.674,17 | R\$ 247.013.064,19 |
| <b>IGCT</b>  | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>        | <b>0,05</b>        |
|  |   |                    |                    |
| Indicador de composição do endividamento (ICE)       | ICE = PC / (PC + PELP) ou passivo real                                  |                    |                    |
|  | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Passivo Circulante                                   | R\$ 1.059.449,17  | R\$ 1.325.545,84   | R\$ 12.514.967,19  |
| Passivo exigível total                               | R\$ 1.059.449,17  | R\$ 1.328.165,44   | R\$ 12.514.967,19  |
| <b>ICE</b>   | <b>1,00</b>   | <b>1,00</b>        | <b>1,00</b>        |

| Margem bruta<br>orçamentária (MBO)           | MBO = receita orçamentária - despesa liquidada / receita<br>orçamentária total |   |                          |
|--|--|---|--------------------------|
|  | IFFar  | IFRS  | IFSul                    |
| Receita orçamentária                         | R\$ 287.337.454,56   | R\$ 401.280.099,82  | R\$ 408.936.702,06       |
| Despesa liquidada                            | R\$ 266.402.319,17   | R\$ 379.519.888,15  | R\$ 393.764.295,39       |
| <b>MBO</b>                                   | <b>0,07</b>  | <b>0,05</b>   | <b>0,04</b>              |
|  |  |   |                          |
| Retorno Patrimonial (RP)                     | Retorno = resultado patrimonial / receita orçamentária total                   |   |                          |
|  | IFFar  | IFRS  | IFSul                    |
| Resultado patrimonial                        | R\$ 18.306.182,10  | R\$ 11.653.107,80   | R\$ 1.926.069,66         |
| Receita orçamentária total                   | R\$ 287.337.454,56   | R\$ 401.280.099,82  | R\$ 408.936.702,06       |
| <b>RP</b>                                    | <b>0,06</b>  | <b>0,03</b>   | <b>0,00</b>              |
|  |  |   |                          |
| Retorno do ativo total (ROA)                 | ROA = resultado patrimonial / ativo total                                      |   |                          |
|  | IFFar  | IFRS  | IFSul                    |
| Resultado patrimonial                        | R\$ 18.306.182,10  | R\$ 11.653.107,80   | R\$ 1.926.069,66         |
| Ativo total                                  | R\$ 218.041.516,27   | R\$ 275.594.839,61  | R\$ 259.528.031,38       |
| <b>ROA</b>                                   | <b>0,08</b>  | <b>0,04</b>   | <b>0,01</b>              |
|  |  |   |                          |
| Retorno do capital próprio<br>(ROE)          | ROE = resultado patrimonial / patrimônio líquido                               |   |                          |
|  | IFFar  | IFRS  | IFSul                    |
| Resultado patrimonial                        | R\$ 18.306.182,10  | R\$ 11.653.107,80   | R\$ 1.926.069,66         |
| PL   | R\$ 216.982.067,10   | R\$ 274.266.674,17  | R\$ 247.013.064,19       |
| <b>ROE</b>                                   | <b>0,08</b>  | <b>0,04</b>   | <b>0,01</b>              |
|  |  |   |                          |
| Resultado orçamentário<br>(RO)               | RO = resultado<br>orçamentário /<br>receita                                    | Relação entre receita e despesa =<br>despesa orçamentária / receita<br>orçamentária |                          |
|  | IFFar  | IFRS  | IFSul                    |
| Despesa empenhada                            | R\$ 284.013.112,00   | R\$ 397.974.047,63  | R\$ 414.890.302,70       |
| Receita orçamentária total                   | R\$ 287.337.454,56   | R\$ 401.280.099,82  | R\$ 408.936.702,06       |
| <b>Resultado orçamentário R\$</b>            | <b>R\$ 3.324.342,56</b>  | <b>R\$ 3.306.052,19</b>   | <b>-R\$ 5.953.600,64</b> |
| <b>Resultado orçamentário<br/>indicador</b>  | <b>0,01</b>  | <b>0,01</b>   | <b>- 0,01</b>            |
| <b>Relação receita/despesa<br/>indicador</b> | <b>0,99</b>  | <b>0,99</b>   | <b>1,01</b>              |
|  |  |   |                          |
| Resultado patrimonial (RP)                   | RP = variação<br>patrimonial ativa -<br>variação<br>patrimonial<br>passiva     | RP = variação patrimonial ativa /<br>variação patrimonial passiva                   |                          |
|  | IFFar  | IFRS  | IFSul                    |
| VPA  | R\$ 529.063.115,52   | R\$ 500.955.541,88  | R\$ 465.987.178,39       |
| VPD  | R\$ 510.756.933,42   | R\$ 489.302.434,08  | R\$ 464.061.108,73       |
| <b>Superávit indicador</b>                   | <b>1,04</b>  | <b>1,02</b>   | <b>1,00</b>              |

| Indicador do resultado da execução financeira | Resultados financeiro do período = ingressos (orçamentários + extraorçamentários) / dispêndios (orçamentários + extraorçamentários) |                    |                    |
|---|---|--------------------|--------------------|
|   | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Ingresso extraorçamentário                    | R\$ 18.017.182,61   | R\$ 19.771.313,30  | R\$ 21.839.396,19  |
| Dispêndio extraorçamentário                   | R\$ 21.562.762,73   | R\$ 24.035.699,20  | R\$ 16.054.784,16  |
| Receita Orçamentária                          | R\$ 332.521.285,62  | R\$ 461.785.918,39 | R\$ 451.280.883,43 |
| Despesa Orçamentária                          | R\$ 329.196.943,06  | R\$ 458.479.866,20 | R\$ 457.234.484,07 |
| <b>Superávit Corrente</b>                     | <b>R\$ 1,00</b>   | <b>1,00</b>        | <b>1,00</b>        |
|   |   |                    |                    |
| Indicador de resultado patrimonial total      | Resultado patrimonial total = soma do ativo real total / soma do passivo real total   |                    |                    |
|   | IFFar   | IFRS               | IFSul              |
| Ativo real                                    | R\$ 218.041.516,27  | R\$ 275.594.839,61 | R\$ 259.528.031,38 |
| Passivo real                                  | R\$ 1.059.449,17  | R\$ 1.328.165,44   | R\$ 12.514.967,19  |
| <b>Resultado patrimonial</b>                  | <b>205,81</b>   | <b>207,50</b>      | <b>20,74</b>       |



**UNIVATES**

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil  
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000  
[www.univates.br](http://www.univates.br) | 0800 7 07 08 09